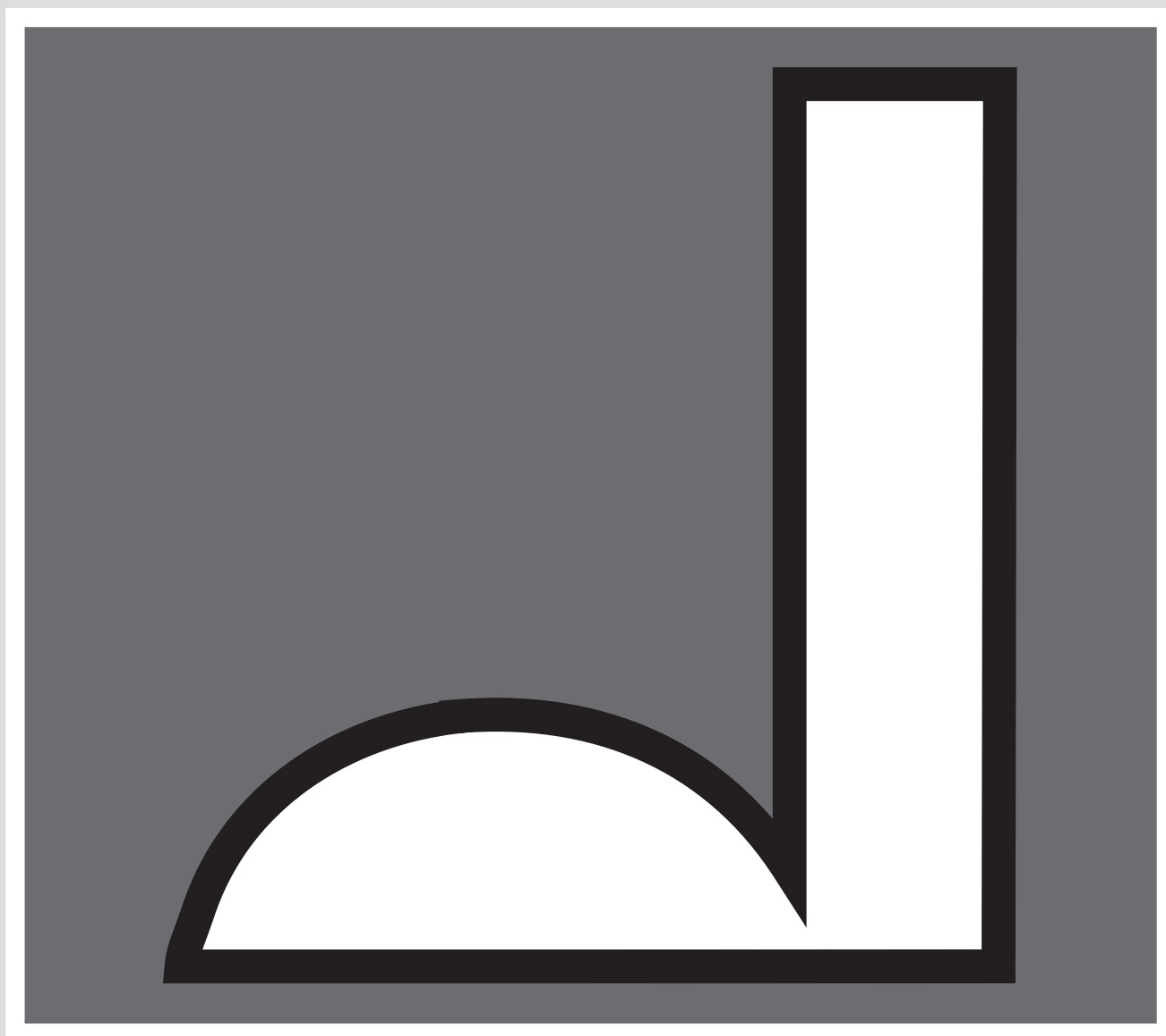




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXIII - Nº 168 - TERÇA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF**

---

**MESA DO SENADO FEDERAL**

**PRESIDENTE**  
 Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)  
**1º VICE-PRESIDENTE**  
 Tião Viana - (PT-AC)  
**2º VICE-PRESIDENTE**  
 Alvaro Dias - (PSDB-PR)  
**1º SECRETÁRIO**  
 Efraim Morais - (DEM-PB)  
**2º SECRETÁRIO**  
 Gerson Camata - (PMDB-ES)

**3º SECRETÁRIO**  
 César Borges - (PR-BA) (1)  
**4º SECRETÁRIO**  
 Magno Malta - (PR-ES)

**Suplentes de Secretário**  
**1º** - Papaléo Paes - (PSDB-AP)  
**2º** - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)  
**3º** - João Vicente Claudino - (PTB-PI)  
**4º** - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

**LIDERANÇAS**

<p align="center"><b>Maioria</b> (PMDB) - 21 <b>Líder</b> <b>Valdir Raupp - PMDB</b> ..... <b>Líder do PMDB - 21</b> <b>Valdir Raupp</b> Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p align="center"><b>Bloco de Apoio ao Governo</b> (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 <b>Líder</b> <b>Ideli Salvatti - PT</b> Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles ..... <b>Líder do PT - 12</b> <b>Ideli Salvatti</b> Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns  <b>Líder do PR - 4</b> <b>João Ribeiro</b> Vice-Líder do PR Expedito Júnior  <b>Líder do PSB - 2</b> <b>Renato Casagrande</b> Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares  <b>Líder do PC DO B - 1</b> <b>Inácio Arruda</b>  <b>Líder do PP - 1</b> <b>Francisco Dornelles</b>  <b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b></p>	<p align="center"><b>Bloco Parlamentar da Minoria</b> (DEM/PSDB) - 25 <b>Líder</b> <b>Mário Couto - PSDB</b> Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu<sup>(1)</sup> Papaléo Paes ..... <b>Líder do DEM - 12</b> <b>José Agripino</b> Vice-Líder do DEM Kátia Abreu<sup>(1)</sup> Jayme Campos Antonio Carlos Júnior<sup>(2,3)</sup> Maria do Carmo Alves<sup>(4)</sup>  <b>Líder do PSDB - 13</b> <b>Arthur Virgílio</b> Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena</p>
<p align="center"><b>PTB - 7</b> <b>Líder</b> <b>Epitácio Cafeteira - PTB</b> Vice-Líder Sérgio Zambiasi</p>	<p align="center"><b>PSOL - 1</b> <b>Líder</b> <b>José Nery - PSOL</b></p>	<p align="center"><b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello</p>
<p align="center"><b>PDT - 5</b> <b>Líder</b> <b>Osmar Dias - PDT</b> Vice-Líder Patrícia Saboya</p>		

1. A Senadora Kátia Abreu encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008.
2. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
3. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF Nº 068/08-GLDEM).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009.

**EXPEDIENTE**

<p align="center"><b>Agaciél da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p align="center"><b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
---	---

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 194ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 20 DE OUTUBRO DE 2008

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR *JEFFERSON PRAIA* – Registro da inauguração da quinta edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. .... 40857

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO* – Reflexão sobre o turismo no Brasil, com destaque para o potencial turístico do Estado do Mato Grosso..... 40858

SENADORA *MARISA SERRANO* – Considerações sobre a atual crise financeira mundial e a posição do PSDB sobre a mesma. .... 40862

SENADOR *MARCO MACIEL* – Considerações sobre a trajetória do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 – Complementar, que define regras para criação, incorporação, fusão, desmembramento e instalação de municípios, aprovado pelo Senado na semana passada, e apelo à Câmara dos Deputados para a imediata apreciação da matéria..... 40867

##### 1.2.2 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2008, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que *dispõe sobre percentual de vagas a ser reservado para candidaturas de cada sexo nas eleições para o Parlamento do Mercosul*. .... 40871

##### 1.2.3 – Aviso do Tribunal de Contas da União (Autuação)

Aviso nº 40, de 2008-CN (nº 1.392-Sesest-TCU-Plenário/2008, na origem), que *encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 2.113, de 2008-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado nas obras rodoviárias emergenciais na BR-153/SP, trecho compreendido entre o acesso a Lins/SP e o entroncamento com a BR-369 (Divisa SP/PR) – km 178,3 ao km 347,7. (TC nº 002.081/2006-7)*. .... 40872

##### 1.2.4 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR *MÁRIO COUTO* – Preocupação com a segurança pública no Estado do Pará e em todo o País. Defesa da mobilização dos senadores em prol da aprovação de medidas favoráveis aos aposentados, a partir próxima semana. .... 40872

SENADOR *WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA* – Consagração do PMDB nas eleições municipais em todo o país..... 40877

SENADOR *LEOMAR QUINTANILHA* – Comemoração pelo transcurso dos 20 anos de criação do Estado do Tocantins, em 5 de outubro de 1988. .. 40883

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Questionamento sobre a solidariedade do Presidente Lula aos candidatos de seu partido, no segundo turno das eleições municipais. Comentários sobre o debate realizado ontem, entre os candidatos à Prefeitura de São Paulo..... 40887

SENADOR *JOÃO RIBEIRO*, como Líder – Anuncio de realização de reunião das bancadas do Estado de Tocantins no Senado e na Câmara, de deputados estaduais e dos prefeitos eleitos para discutir o Orçamento de 2009..... 40895

SENADOR *MÃO SANTA* – Considerações sobre o PMDB e retrospectiva histórica sobre a atuação do Partido, especialmente no Piauí. Cobranças do Governo Federal de obras de infra-estrutura no Estado do Piauí. .... 40899

##### 1.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 1.249, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no exterior, no período de 31 de outubro a 5 de novembro de 2008*..... 40903

Nº 1.250, de 2008, de autoria da Senadora Fátima Cleide, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no exterior, no período de 28 a 31 de outubro de 2008*. .... 40904

Nº 1.251, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando voto de solidariedade ao padre Júlio Lancellotti*..... 40904

### 1.2.6 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 498/2008, de 17 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2004 (7.376/2006, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *disciplina os alimentos gravídicos e a forma como será exercido e dá outras providências*, e seu envio à sanção. .... 40933

### 1.2.7 – Ofícios do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Nº 179/2008, de 7 do corrente, comunicando que foi dado conhecimento àquela Comissão e encaminhado a seus membros, através do Of. CAE nº 043/2008-Circular, do Aviso nº 47, de 2008 (nº 287/GMF, na origem), do Ministério da Fazenda, encaminhando relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele órgão, no mês de julho de 2008. .... 40933

Nº 180/2008, de 7 do corrente, comunicando que foi dado conhecimento àquela Comissão e encaminhado a seus membros, através do Of. CAE nº 043/2008-Circular, do Aviso nº 48, de 2008 – Aviso nº 078/08-BCB-Presi encaminhando o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de julho de 2008, as razões delas determinantes, a posição das reservas internacionais a ela vinculadas. .... 40933

Nº 182/2008, de 7 do corrente, comunicando que foi dado conhecimento àquela Comissão e encaminhado a seus membros, através do Of. CAE nº 043/2008-Circular, do Aviso nº 56, de 2008 – Aviso nº 086/08-BCB-Presi, encaminhando o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de agosto de 2008, as razões delas determinantes, a posição das reservas internacionais a ela vinculadas. .... 40933

### 1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “Guerreiros das Sombras”, pu-

blicada na revista **Veja**, edição de 17 de setembro último. .... 40934

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “No STF, governo defende volta de punições mais duras para jornalistas”, publicada no jornal **O Globo**, edição de 20 de junho último.. 40935

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “A política externa brasileira perdeu seu último trunfo”, publicada na revista **Isto É**, edição de 13 de agosto último. .... 40936

1.3 – ENCERRAMENTO

### 2 – CONVÊNIO

Nº 27, de 2008, entre o Senado Federal e o Banco BBM S/A..... 40939

## SENADO FEDERAL

### 3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

#### 4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

##### 5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

#### 6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

##### 7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

##### 8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

#### 9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

#### 10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

## CONGRESSO NACIONAL

#### 11 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

#### 12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

#### 13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

#### 14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

# Ata da 194ª Sessão Não Deliberativa, em 20 de outubro de 2008

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Mão Santa, Jefferson Praia e Wellington Salgado de Oliveira*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 14 minutos, e encerra-se às 19 horas e 25 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

São 14 horas e 14 minutos. Esta é a 194ª sessão não deliberativa do Senado da República do Brasil. Segunda-feira, 20 de outubro.

Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é o Senador Jefferson Praia, por permuta com o Senador Marco Maciel.

Regimentalmente, tratando-se de uma sessão não-deliberativa, V. Exª poderá usar a palavra por 20 minutos, mas jamais cortarei a palavra do ilustre Senador.

**O SR. JEFFERSON PRAIA** (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nesta segunda-feira, dia 20 de outubro, inaugura-se a quinta edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. A exposição comemora os 150 anos da Teoria da Evolução pela Seleção Natural do cientista britânico Charles Darwin, cuja obra foi fortemente influenciada por suas observações e experiências nos trópicos, e permanecerá aberta à visitação pública até o próximo domingo, dia 26, na Esplanada dos Ministérios desta Capital Federal.

O evento é abrilhantado pela participação de instituições de pesquisa e ensino, universidades, escolas técnicas federais, colégios de todos os níveis de ensino, secretarias de educação e de ciência e tecnologia, organizações não-governamentais, setor privado, cientistas, docentes, técnicos e veículos de comunicação que debaterão assuntos como Evolução Natural e Social, Biodiversidade e Meio Ambiente.

Sr. Presidente, cumprimento todas as organizações e todos os indivíduos responsáveis por essa realização, na pessoa do Sr. Ministro da Ciência e Tec-

nologia, Dr. Sergio Machado Rezende. Aproveito para lembrar que, mais do que nunca, é preciso envolver os mais amplos segmentos da nossa sociedade no debate e na abertura de caminhos que permitam romper as amarras que limitam o desenvolvimento e a difusão de inovações no Brasil.

Recente estudo do Banco Mundial mostra as dificuldades enfrentadas pelo País quando se trata de colocar em uso socialmente relevante tudo aquilo que é concebido nos laboratórios por nossos cientistas e tecnólogos. Hoje, estes publicam suas pesquisas sob a forma de artigos em revistas e jornais científicos e são responsáveis, Sr. Presidente, por 2% do conteúdo desses periódicos, mas o número de patentes internacionais geradas por seus estudos é ainda mais baixo: apenas 0,18% do registro de novos produtos e processos para a indústria e outras áreas da economia.

Como sempre, vários fatores compõem o problema, que é complexo, e os mais sérios são os seguintes:

- nosso ensino fundamental e médio é precário;

- isso produz trabalhadores e profissionais pouco qualificados para encarar as exigências da economia da informação e da sociedade do conhecimento;

- nossas universidades, em geral, não estão suficientemente entrosadas com o setor produtivo, ou melhor dizendo, precisamos avançar no campo do entrosamento entre as universidades e o setor produtivo, as empresas;

- tanto assim que uma pesquisa da Unesp, com base em estudos do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), revela que nossas instituições de ensino superior representam somente 0,78% do total de depositantes de patentes no Brasil;

- países emergentes, como China e Índia, crescem a ritmo mais forte que o nosso, transformando conhecimento em valor agregado à

produção, porque investem muito mais que nós nessas áreas. Na China, segundo o referido relatório do Banco Mundial, 53% dos estudantes de nível superior estão nas áreas de Ciência e Engenharia; no Chile, 33%; enquanto que, no Brasil, Sr. Presidente, apenas 19%.

Ora, Sr. Presidente, tudo isso contribui para o quadro atual, em que os cerca de 50 mil pesquisadores que o Brasil já tem dedicam muito mais atenção, tempo e energia à teoria do que às aplicações práticas do seu laboratório científico.

Uma coisa, porém, é certa e serve para incentivar a nossa busca de alternativas. Toda vez que o País tomou a firme decisão de investir recursos materiais, financeiros, organizacionais e, sobretudo, humano em centros de excelência para a produção de conhecimento tecnológico novo, avançado e criador de riquezas e oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico, sempre que isso aconteceu – repito –, fomos capazes de mostrar ao mundo nossas ações em áreas como a indústria aeronáutica, a produção de petróleo em águas profundas, onde o Brasil já é referência mundial. Em poucas palavras, é prioritário criar, fortalecer e multiplicar laços entre a pesquisa básica e a pesquisa aplicada, o que, por sua vez, requer uma aproximação entre as capacidades da academia e as necessidades das empresas.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, dessa transformação emancipadora depende, inclusive, o encaminhamento bem-sucedido da questão amazônica.

Como podemos, Sr. Presidente, aproveitar sustentavelmente a rica biodiversidade amazônica? O desafio é enorme e estamos distantes dessa promissora realidade. Para mudarmos o contexto atual no campo da ciência e tecnologia na Amazônia, precisamos urgentemente transformar discursos em ações que vão ao encontro do melhor aproveitamento da biodiversidade da Amazônia e, conseqüentemente, da geração de trabalho, emprego, renda e conservação do meio ambiente.

Aqui no Senado, Sr. Presidente, devemos agora dar a nossa contribuição, destinando, no Orçamento do ano que vem, uma parcela maior de recursos para investimento na área de ciência e tecnologia na Amazônia, principalmente, na minha avaliação, Sr. Presidente, na pesquisa aplicada.

Entretanto, faz-se necessário sabermos quais deverão ser as atividades econômicas a serem estimuladas na Amazônia? Esse é o outro grande desafio.

Como estamos atrasados, como estamos distantes do que realmente queremos para a Amazônia! Das pesquisas realizadas, a maior parte da população não as conhecem, principalmente aqueles empreendedo-

res que poderiam aproveitá-las, gerando, como disse anteriormente, trabalho, emprego, renda e conservação do meio ambiente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Senador Jefferson Praia, consultamos a lista de oradores inscritos e convidado para usar da palavra a Senadora Serys Slhessa-renko. Ela é do Partido dos Trabalhadores do Estado de Mato Grosso.

V. Ex<sup>a</sup> pode usar, de acordo com nosso Regimento, por ser uma sessão não deliberativa, 20 minutos, mas jamais cortaria a palavra da Senadora.

**A SRA. SERYS SLHESARENKO** (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sr<sup>a</sup> Senadora, como Parlamentar, como Senadora do Estado de Mato Grosso, quero afirmar que o nosso Estado, até então, tem marcado sua posição no Brasil e no mundo como um Estado eminentemente produtor de matéria-prima para alimentos, especialmente para exportação. É o maior produtor de carne, de grãos, o maior produtor de soja, produz muito algodão, frango, carne bovina; enfim, é um grande produtor de matéria-prima para exportação.

Hoje gostaria de fazer algumas colocações aqui sobre o turismo no Brasil. Como Senadora de Mato Grosso, estou nessa batalha, porque realmente devemos nos preocupar, nos interessar para que Mato Grosso tenha também o seu turismo organizado.

O que ver em Mato Grosso? Tem, e não é pouco. Nós temos lá o Pantanal – a maior parte do Pantanal está no Estado de Mato Grosso –, nós temos Chapada dos Guimarães, temos belezas naturais de todos os tipos e tamanhos. Em nosso Município de Nobres, temos um potencial de cavernas; em Cuverlândia, um potencial de cavernas fantástico. Não conheço Bonito, Senadora Marisa, realmente só conheço por fotos. E é muito bonito. Bonito é muito bonito! Bonito é lindo! Mas sabemos que Mato Grosso também tem esse tipo de beleza, só que o turismo não está organizado. E como sempre, quando nos atemos a essa discussão, dizemos que o turismo é uma “indústria” – embora não o seja de fato –, uma “indústria” limpa, grande geradora de empregos.

Por isso, quero aqui hoje trazer um levantamento breve sobre a questão do turismo no Brasil e, **a posteriori**, discutir de forma bastante aberta e concreta, lá no nosso Estado, como fazermos avançar no turismo em Mato Grosso, que possui um potencial muito significativo em termos de trazer recursos para o Estado, um Estado que, como produtor de matéria-prima para exportação, exporta o imposto junto.

Toda matéria-prima exportável não deixa impostos no Estado. Claro que estamos agregando valor aos produtos existentes. Está mudando a mentalidade do grande empresariado, do médio empresariado. Está-se agregando valor à matéria-prima lá produzida, assim como à agricultura familiar, que vem se organizando para produzir de uma forma que melhore a qualidade de vida não só na mesa do produtor familiar como também para que ele possa suprir o mercado interno. Eu costumo dizer que, em termos de alimento, é tão promissora a agricultura familiar em Mato Grosso que ela tem condições de não apenas suprir o mercado interno, o do Estado, como também de dar uma grande contribuição para o mercado interno do Brasil. O Estado de Mato Grosso, como já disse, é grande produtor, principalmente, de grãos e de carne. E agora o biocombustível está emergindo com uma força muito significativa. Tudo isso estão trazendo divisas para o nosso País por meio da exportação.

O turismo pode e deve ser instrumento para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, não um instrumento coadjuvante, mas um instrumento essencial e central no processo de crescimento do País. Exemplos não faltam ao redor do mundo para demonstrar o potencial do turismo como fator de desenvolvimento econômico e social dos países e de seus povos.

Os benefícios começam com a consolidação, na infra-estrutura, das regiões turísticas, passam pela melhoria da qualificação da mão-de-obra prestadora dos serviços, e terminam por resultar em maior liquidez na economia local, regional e nacional.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, os relatórios mais recentes sobre a situação do turismo no Brasil mostram que o nosso potencial está longe de ser aproveitado, mesmo com as visíveis melhorias no fluxo de turistas nacionais e estrangeiros em todo o País.

No mundo globalizado pelos transportes eficientes e baratos, o turismo e o lazer se tornaram indústria de produção de serviços, intensiva em mão-de-obra e forte geradora de renda. Talvez seja, hoje, um dos poucos nichos da moderna economia demandante de mão-de-obra qualificada em larga escala, o que aumenta a renda do setor e tem alta capacidade estruturante da cadeia de empregos e da infra-estrutura locais.

Por isso, e por muito mais, o Brasil deve adotar, como política de governo para o desenvolvimento nacional, o fomento à indústria do turismo. Ainda engatinhando nesse campo, apesar de as primeiras tentativas de organizar o setor datarem de antes do Governo de JK, podemos fazer muito mais e melhor.

Demonstração cabal de nossa capacidade geradora de riqueza a partir do turismo vem dos números

que os relatórios do setor apresentam para o passado recente.

**A Sr<sup>a</sup> Marisa Serrano** (PSDB – MS) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Aparte concedido à Senadora Marisa Serrano.

**A Sr<sup>a</sup> Marisa Serrano** (PSDB – MS) – Obrigada, Senadora Serys. V. Ex<sup>a</sup> tocou no ponto fundamental. Em uma época de discussão da economia e, principalmente, das nossas finanças, na perspectiva de recessão mundial – pelo menos nos grandes países –, acredito que o turista brasileiro vai se voltar muito mais para o turismo interno, vai conhecer as nossas belezas. Aqueles que pensavam em fazer viagens para o exterior, com a alta do dólar, necessariamente, vão rever suas possibilidades e pensar um pouquinho mais no próprio País. É chegado o momento de o Governo também – não apenas o Governo Federal, mas também os estaduais e municipais – se atentar para o fato e fazer um esforço nesse sentido. Este é o momento em que todos devem parar e pensar no que podem fazer para atrair esse turista nacional que não está indo para o exterior, mas que quer descansar, quer conhecer, quer sair com os filhos... Estamos na iminência das férias de final de ano. É a hora de nossos prefeitos – os que estão deixando os cargos e os que estão assumindo –, governadores e Governo Federal pensarem, efetivamente, em garantir recursos para seus Municípios – trabalho sazonal, eu sei, mas importante para quantas milhares de pessoas – e mudar um pouco a ótica daquilo em que estamos investindo, que é o turismo. E é hora também de vermos o Orçamento. Espero, e vou fazer isto, como fiz no ano passado: apostar no turismo, colocar recursos para o turismo, para que o turismo realmente tenha... Pelo menos no meu Estado. Mas se cada um fizer isso pelo seu Estado, vamos alocar recursos consideráveis para o turismo brasileiro. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pelas palavras.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senadora.

Como eu dizia, de acordo com os dados recém-divulgados pelo Banco Central, US\$426 milhões ingressaram na economia do País até o último mês de junho, com os gastos de turistas estrangeiros, Senadores. O valor, 24,91% superior aos US\$341 milhões registrados em junho de 2007, faz desse mês o melhor mês de junho de toda a série histórica – iniciada em 1969. Já o acumulado do semestre chega próximo a US\$2,9 bilhões, volume 19,02% maior do que o registrado nos primeiros seis meses do ano passado, que foram US\$2,436 bilhões.

Esta é a primeira vez que o desempenho de um primeiro semestre do ano encosta na casa dos US\$3

bilhões – o melhor da série, até então, havia sido o de 2007. Além disso, o acumulado nesses seis meses, por exemplo, já é superior a toda a receita turística arrecadada ao longo do ano de 2003, quando ingressaram US\$2,479 bilhões na economia brasileira por meio do turismo internacional.

Como declarou o Sr. Ministro do Turismo, Luiz Barretto – palavras do Ministro –, *“os sucessivos recordes em entrada de divisas por gastos de turistas estrangeiros demonstram que a nossa política de promoção internacional do Brasil está no rumo certo: trazer mais turistas que gastem mais e fiquem mais tempo no País”*. Ainda segundo o Ministro, *“é apostando neste trinômio que pautamos as nossas ações no exterior”*. Ficamos muito satisfeitos ao comprovar que o trabalho desenvolvido pelo Ministério do Turismo, por meio da Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) está colocando o setor entre os principais produtos da balança de exportações do Brasil.

A Presidente da Embratur – aliás, uma mulher –, Jeanine Pires, reforça que o turismo é um dos grandes setores indutores da economia nacional. De acordo com ela, *“se compararmos o setor com os principais bens exportados pelo Brasil, em 2007, o turismo fica na quarta posição, à frente dos automóveis. Na pauta de serviços, é o primeiro da lista, seguido por transportes (19,2%) e serviços prestados às empresas (12%)”*.

Números do Banco Central divulgados no início do ano também atestam que 2007 foi o melhor da história do turismo brasileiro em relação ao ingresso de divisas por meio do gasto de turistas estrangeiros. O Brasil fechou o ano passado com US\$4,953 bilhões recebidos com a atividade, volume que superou em 14,75% os US\$4,316 bilhões registrados em 2006 – até então, a melhor marca da série histórica.

Segundo dados da Infraero, o total de desembarques internacionais de passageiros (que inclui também os brasileiros retornando do exterior) alcançou 1.798.757 pessoas (vôos regulares e fretados) no primeiro trimestre de 2008, registrando crescimento de 5,12% em relação ao mesmo período de 2007. Os desembarques internacionais em vôos *charter* (fretamentos que transportam exclusivamente turistas estrangeiros) totalizaram 118.128 pessoas. Por outro lado, os desembarques internacionais em vôos regulares (1.680.629 passageiros) cresceram 9,1% em relação ao mesmo trimestre de 2007 (quando foram registrados 1.539.822 passageiros).

Quanto aos desembarques em vôos nacionais, de janeiro a março de 2008, os dados da Infraero revelam estabilidade em relação ao mesmo trimestre de 2007: desembarcaram, nos aeroportos do País, provenientes de vôos domésticos, 12.109.453 passageiros.

Como V. Ex<sup>as</sup> podem constatar, os números do setor turismo no Brasil são expressivamente bons, com tendência a acentuada melhoria no decorrer de 2008, como indicam as previsões feitas pela pesquisa da Embratur junto aos empresários do segmento.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, espera-se majoração do faturamento para o ano em curso, comparativamente a 2007, em quase todos os ramos turísticos: 90% de indicações de incremento, 8% de estabilidade e 2% de redução (saldo de 88%). Se essa previsão vier a se confirmar, a variação positiva média do faturamento será de 24,3%. Empresários dos segmentos transporte aéreo, operadoras, parques temáticos e atrações turísticas são os mais otimistas.

Quanto ao quadro de pessoal, as perspectivas de 79% do mercado são de ampliação no corrente ano, enquanto apenas 4% prevêm redução. Os saldos mais elevados de expectativas de contratação de mão-de-obra são detectados nos ramos transporte aéreo (100%) e operadoras (98%); por outro lado, os mais básicos são verificados nos ramos eventos e turismo receptivo (7% e 4%, respectivamente).

De fato, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, as perspectivas são estimulantes, ainda mais diante do desafio que o Brasil tem para consolidar e expandir o turismo. As potencialidades podem ser medidas pelos números do turismo na Espanha, que recebe mais de 60 milhões de visitantes por ano, com uma receita cambial de mais de US\$40 bilhões. Os Estados Unidos, país com aproximadamente a mesma idade histórica do Brasil, recebem perto de 60 milhões de turistas por ano e arrecadam em torno de US\$90 bilhões.

A participação do Brasil no mercado mundial do turismo ainda é pequena, mas tem potencial para se multiplicar rapidamente, desde que as políticas de apoio sejam mantidas. Hoje, recebemos pouco mais de um quinto do que recebem a Espanha ou os Estados Unidos e cerca de 10% do que recebe a França, país mais visitado no mundo.

Com o trabalho, podemos almejar nos aproximar dos maiores centros turísticos mundiais. Para isso, é indispensável dotar o País de infra-estrutura – hotéis, rodovias, aeroportos, trens –, qualificar a nossa mão-de-obra direta ou indiretamente ligada ao turismo e assegurar adequada recepção e proteção aos turistas, sejam nacionais ou estrangeiros.

Sr. Presidente, a atuação do Ministério do Turismo na promoção do setor dentro e fora do País tem-se mostrado eficaz. Falta-nos superar os gargalos e entraves que impedem que o turismo do Brasil seja uma atividade econômica e socialmente tão importante como o é na França, na Espanha, nos Estados Unidos. Temos potencial para tanto.



Não tenho dados aqui infelizmente. Mas gostaria de fazer alusão a um fato. Estive lá no Piauí. Esqueci o nome do local. São Raimundo Nonato – é isso? –, que tem aquelas cavernas espetaculares? Serra da Capivara. Obrigada pelo auxílio. Serra da Capivara. Quando estive lá, realmente fiquei absolutamente encantada, quando vi tudo aquilo. E o potencial que ainda existe para ser organizado?! Não está todo organizado, só parte. Parte está organizada. Realmente o Piauí tem como tirar a riqueza de toda a sua população dali, explorando turisticamente, com qualidade, aquele portento da Serra da Capivara.

As maiores dificuldades para o turismo no Brasil estão ainda em setores externos à competência direta do Ministério do Turismo e dizem respeito às nossas históricas deficiências como Nação. Falta de infra-estrutura, mazelas sociais, insegurança urbana e tantas outras deficiências acabam por prejudicar um dos mais rentáveis segmentos da economia nacional.

Contudo, Sr. Presidente, o trabalho desenvolvido pelo Ministério do Turismo e a eficiente ação de nosso empresariado têm sido extremamente úteis e positivos para o turismo dentro do Brasil.

Inclusive, queria fazer um adendo. Dias atrás, já abordei este assunto; não vou falar disto, porque já falei. Refiro-me ao grande projeto que a então Ministra Marta Suplicy desencadeou, que é o do turismo para as pessoas da terceira idade, algo realmente fantástico, do qual sou totalmente apoiadora. A melhoria da qualidade do povo brasileiro não se restringe somente a haver condições de comer melhor, de vestir melhor, de morar melhor; a existir luz para todos; a haver infraestrutura melhorada no País, mas também a haver lazer para a população, especialmente para as pessoas da terceira idade.

A conclusão que decorre da análise do setor é a de que temos nas mãos uma verdadeira galinha dos ovos de ouro, cuja produtividade, porém, pode ser aumentada muitas vezes. Quem, afinal, não gostaria de visitar a Amazônia ou o Pantanal? As cidades barrocas de Minas Gerais ou o estonteante Rio de Janeiro? As belíssimas praias do Nordeste e a histórica Olinda? Quem não gostaria de conhecer Bonito, Senadora Marisa Serrano? Com certeza. Se formos citar aqui o que há de interessante em cada Estado brasileiro, em termos de belezas naturais e de conhecimento... Costumo dizer que, se se fizer turismo ecológico no Estado de Mato Grosso, por exemplo, é uma coisa impressionante o que se vai ver – com certeza, isso, também, nos Estados do sul, que são aqueles mais próximos que conhecemos.

Conhecer, por exemplo, uma lavoura de algodão florida é uma coisa que causa espanto, no bom sentido.

Em Mato Grosso, existe até lavoura de algodão colorido. Há a de algodão branco, que é fantástica, mas também a de algodão colorido. Como organizar tudo isso, para que se façam trilhas, para que realmente aqueles que não conhecem e que nunca ouviram falar que o algodão dá lá na roça vejam o algodão, as floradas dos algodoads nos nossos Estados de Mato Grosso?

Como falei aqui, conhecer as belíssimas praias do Nordeste, a histórica Olinda, a impressionante cosmopolita São Paulo e seus museus excepcionais; o Rio Grande do Sul dos Pampas e das sete missões. Enfim, de norte a sul, de leste a oeste, o Brasil tem história, cultura e beleza, para serem vistas e apreciadas.

Gostaria também de registrar que, há poucos dias, recebemos uma visita, aqui no Senado da República, de um grupo de pessoas do nosso Município de Ijuí, no Rio Grande do Sul, que são as mais variadas etnias que lá se juntaram: a alemã, a italiana, a africana. Enfim, é mais de uma dezena de etnias que se organizaram. É realmente algo espetacular; cada um tem seu agrupamento, com moradias típicas, com comidas típicas, com vestimentas típicas. Eu diria que é um espetáculo realmente à parte conhecer as etnias existentes lá no nosso Município de Ijuí, no Rio Grande do Sul.

Quero parabenizar todo o agrupamento dessas etnias em nome da nossa companheira e amiga Ideleuza. Gostaria de citar o nome das outras que estiveram aqui, mas não me ocorre neste momento. Que a Ideleuza passe isso a todas que estiveram aqui, a todos que fazem parte desse grupo de etnias, que é um espetáculo e que merece ser conhecido não só pelo Rio Grande do Sul – porque é um Município do Rio Grande do Sul –, mas pelo Brasil como um todo e por todos aqueles que vêm fazer turismo no Brasil.

É algo realmente diferente, é algo realmente espetacular, é algo que vale a pena ser conhecido, para que não só se veja como se protege realmente o conhecimento de uma etnia – este eu diria que é o principal objetivo: a proteção –, mas também para que se divulgue, a fim de que seja conhecido e de que outros tenham idéias parecidas, semelhantes; para se mostrar ao mundo aquilo que é possível ser feito, aquilo que acreditamos, aquilo que conhecemos, aquilo que compreendemos, aquilo que amamos, aquilo de que gostamos. Isso tem de ser visto, tem de ser mostrado e tem de ser preservado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Obrigada, Senadora Serys Slhessarenko, pelo brilhante pronunciamento, que encontrou na indústria do turismo uma saída para nossa economia. Realmente, Deus fez a parte dele, mas o Senador Mário Couto,

nesses debates qualificados, tem mostrado que a violência impede o turismo neste País. Cícero já disse no Senado romano: **Pares cum paribus facillime congregantur**, violência atrai violência.

Nós vivemos uma barbárie neste País, não é uma sociedade. Mata-se por um par de tênis, por um relógio. Os costumes do meu Nordeste, onde se fazia sentinela, velório, como chamamos, não existem mais, porque o defunto é assaltado. Isso é uma lástima.

Eu lembraria as denúncias de Mário Couto, que é do Estado do Pará, governado pelo PT. Ele traz notícia da violência de lá, de que todo o País fica temeroso. Então, se lá, no Pará, eles têm medo de andar, eles que conhecem as cidades, avaliem o nosso turista!

Queria dizer que a pior dificuldade é essa, Professora Marisa Serrano, e não fui eu quem disse, foi um Senador vitalício da Itália, Norberto Bobbio. Aprendi a lê-lo depois de tantas vezes ver o estadista Fernando Henrique citá-lo. Ele disse que o mínimo que temos de exigir de um governo é a segurança à vida, à liberdade e à propriedade.

Lembro – e esta Casa é para isso – que não vamos ter turismo, enquanto não houver um grande investimento em educação e em segurança.

Convidamos, para usar da palavra, a Senadora, do PSDB, Marisa Serrano, que representa o Estado de Mato Grosso do Sul.

V. Ex<sup>a</sup>, regimentalmente, teria vinte minutos, mas pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

**A SRA. MARISA SERRANO** (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Senador Marco Maciel, Senador Mário Couto, Senador Jefferson Praia, Senadora Serys, quando começou a crise nos Estados Unidos ou, pelo menos, quando tivemos notícia dela, ouvimos todos os jornalistas, analistas e economistas falarem em **subprime**, empréstimos oferecidos sem lastro seguro e que não eram garantidos.

Lembrei-me de uma música de Chico Buarque de Hollanda chamada O Malandro, que toma cachaça, não paga e desencadeia uma seqüência de responsabilidades pela dívida, que se torna, então, do próprio produto: o garçom, o português, dono do bar, o distribuidor, o usineiro, o Banco do Brasil e o exportador; aí retoma a cadeia que se formou, até que o garçom vê um malandro e grita: “pega o ladrão”. E o malandro é autuado, julgado e condenado culpado pela situação da venda externa da cachaça. É interessante como Chico Buarque conta o que é o *subprime* na forma de uma música que foi tão cantada neste País.

E foi, então, que uma cadeia de negociações sem garantia sólida, misturada com ingredientes como o medo, a insegurança, a especulação, a ganância, fizeram com que o sistema financeiro fosse caindo como um castelo de cartas.

A princípio, a população de um país que não estava no centro da crise pode até pensar que isso não a afetará. Ledo engano. Com o mundo cada vez mais globalizado, a onda vai chegar até a praia, na forma de “marolinha” ou de arrebentação. Mas que chega, chega.

Desde a Revolução Industrial, no final do século XIX, a economia dos países, aliada às novas descobertas, às tecnologias que modificaram o nosso cotidiano, foi ficando muito mais maleável e imprevisível. Paulatinamente, chegamos, após a Segunda Grande Guerra, ao desenho do mercado financeiro que conhecemos hoje.

Esse mercado, com suas previsões e avaliações de riscos, tornou-se, equivocadamente, uma espécie de entidade sagrada, capaz de edificar e destruir nações em poucos minutos. Isso até parece coisa desses oráculos que tem por aí: contam coisa que vai acontecer, que vai acabar o mundo, ou que o mundo não vai acabar, e a economia dá saltos que assustam a todos nós.

Assim, passamos por sucessivas crises neste mundo. A cada momento era um país específico. Só a década de 1990 foi caracterizada por inúmeras crises cambiais, como foi a do Sistema Monetário Europeu, em 1992; a do México, em 1994; a asiática, em 1997; a russa, em 1998; a brasileira, em 1999; e, logo depois, a crise argentina.

Governos depreciavam programas de saúde e de educação, gerando um círculo vicioso de expansão macroeconômica e atraso social. Essas armadilhas, até hoje ainda nós não conseguimos nos livrar, de todo, delas. Assim têm sido os ciclos da crise, depois de pequenos momentos de euforia.

É preciso ressaltar que, desde aquele período, na década de 90, os governos brasileiros tiveram que rapidamente aprender lições de sobrevivência e construir mecanismos de blindagem para evitar que se repetissem os mesmos erros ao longo do tempo.

As medidas adotadas foram fundamentais para colocar o Brasil na rota do desenvolvimento, garantindo um aproveitamento positivo no período de bonança da economia mundial.

Mesmo assim, naquela época – quero dizer, Senador Mão Santa, que eu era Deputada Federal na década de 90 –, as oposições foram irreduzíveis. As turbulências financeiras mundiais tiveram um tratamen-

to político-eleitoral fora dos padrões da racionalidade e, principalmente, da honestidade.

Assim, criou-se uma mistificação de mudança. Diziam: “Olha, vamos ganhar o governo, e aí tudo vai mudar; a economia vai ser a primeira a mudar neste País”. Cansei, Senador Jefferson, de ouvir isso quando eu era Deputada Federal. Isso, em verdade, não ocorreu, mesmo porque os fundamentos implantados durante os anos 90 foram aprimorados e hoje constituem a nossa salvaguarda – e V. Ex<sup>a</sup>, que é economista, sabe muito bem disso. Aquilo que foi chamado, na época, de “herança maldita” pode ser considerado, mais do que nunca, como “herança bendita”.

É importante observar esses fatos para comparar comportamentos nesses dias de intensa crise de crédito, que ameaça se transformar também em uma crise não só de produção, como também de consumo.

O meu partido, o PSDB, vem tendo, nesse aspecto, uma conduta exemplarmente responsável. O partido não adota a filosofia do quanto pior, melhor. Aliás, o PSDB sabe que, diante das dificuldades, o quadro de piora não é para um; é para todos, e não só para o Governo.

Concedo um aparte ao Senador Jefferson Praia.

**O Sr. Jefferson Praia** (PDT – AM) – Senadora Marisa Serrano, eu aproveite o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> para que, nesta tarde, nós possamos fazer uma reflexão diante do que V. Ex<sup>a</sup> expõe sobre a crise, lembrando essa questão de regulamentar o mercado. A última vez em que tivemos isso foi em 1944, com o Acordo de Bretton Woods, que estabeleceu as novas regras do mercado financeiro internacional.

**A SRA. MARISA SERRANO** (PSDB – MS) – E que criou o FMI etc.

**O Sr. Jefferson Praia** (PDT – AM) – Exato, mas veja bem: isso foi 64 anos atrás, em 1944, logo após as duas grandes guerras que tivemos. Quantos avanços nós já tivemos nesses 64 anos, principalmente no campo da ciência e da tecnologia da informação? Hoje, o mundo trabalha mais rapidamente. Portanto, eu acredito que nós, dentro de algum tempo, deveremos ter um encontro com o chamado G7, mais os países emergentes, para que eles possam encontrar uma maneira de estabelecer as novas regras do jogo para o contexto do mercado financeiro internacional. O que não pode é termos uma economia que funcione sem que as regras estejam estabelecidas, principalmente relacionadas a algumas questões – por exemplo, V. Ex<sup>a</sup> se refere à questão do **subprime**, que ocorreu pela falta de regras adequadas para a questão, por isso tivemos toda essa crise se desencadeando. Portanto, eu acredito que o mundo tem de trabalhar no sentido

de verificarmos o contexto atual e estabelecermos as novas regras para o mercado financeiro internacional. Muito obrigado.

**A SRA. MARISA SERRANO** (PSDB – MS) – Eu acredito que isso vai acontecer. Primeiro, que todos que lêem jornal, que vêem televisão, estão acompanhando uma crise mundial que vai chegar aqui. Não tem como não chegar. E é claro e evidente que, depois de tanto tempo, como V. Ex<sup>a</sup> colocou, desde a época do término da Segunda Grande Guerra, é necessário reajustar a economia mundial. E, com essa mudança na tecnologia, como V. Ex<sup>a</sup> disse, principalmente neste mercado globalizado, não há como nós continuarmos com as regras de 50, 60, 64 anos atrás. É necessário, realmente, que o mercado mundial tome novos rumos. Eu não sei se vamos mudar o FMI ou se não vamos, se vamos criar outro tipo de mecanismo de controle da economia mundial, mas é necessário fazer uma revisão dessa economia para que a gente não viva com sobressaltos, como estamos vivendo.

Eu quero dizer também que, recentemente, o Presidente do nosso partido, do meu partido, o Senador Sérgio Guerra, publicou um brilhante artigo no jornal **Folha de S.Paulo**, analisando os aspectos da crise e as medidas que estão sendo adotadas pelo Governo na busca da redução dos danos todos que podem causar ao nosso País.

E o PSDB, nesse aspecto, qualifica a sua preocupação com a crise por outra ótica: a do debate com a sociedade brasileira no sentido de saber quais são as suas expectativas e preocupações. E, hoje, que estamos recebendo tantas pessoas aqui para nos visitar, Senador Mão Santa, eu acredito que toda a sociedade brasileira quer saber como vai ser a sua vida, se vai poder investir seu dinheiro, se a alimentação vai ficar mais cara ou não. Nesse final de semana, fui a um supermercado e vi o quanto a alimentação está encarecendo.

Todas as pessoas sabem que, numa época difícil de crise, é hora de segurar o cinto, é hora de só gastar aquilo que é necessário para garantir pelo menos dias mais tranquilos para nós e para a nossa família. Portanto, a preocupação tem de ser de todos, desde aquele que está procurando emprego, desde o jovem que está no seu primeiro emprego, até aqueles que já se aposentaram. Todas as pessoas precisam ficar atentas ao que está acontecendo no mundo.

Nós não torcemos – refiro-me ao PSDB – para que a crise aqui se instaure de maneira drástica. Nada disso. Estamos torcendo para que o Governo seja vitorioso na adoção das medidas econômicas preventivas, até para que possamos atravessar a tempestade de maneira mais tranquila.

Mesmo assim, estamos vendo que o Governo não está logrando êxito em muitas das suas medidas. A mudança das regras dos depósitos compulsórios para melhorar o fluxo de capital do mercado está enfrentando dificuldades devido ao “empoçamento”, à retenção desses recursos pelos grandes bancos. O dólar sobe, a Bolsa cai, num processo esquizofrênico, ao menos para mim, marcado por oscilações inexplicáveis.

Percebem-se muitas dificuldades de controle. O IBGE divulgou na última quarta-feira os dados que mostram que, desde o mês de agosto deste ano, as atividades do comércio de bens e serviços estão em franco esfriamento. Então, aqueles Municípios que têm a sua economia calcada no comércio e nos bens de serviço – olha, Senador Mão Santa – vão ter dificuldades de agora para frente e vão ter de rever o orçamento que estão discutindo agora. Às vezes, nem se dão conta disso, nem acompanham a economia nacional para saber para onde é que está caminhando essa crise que nós estamos vivenciando.

Ou seja, o consumidor está cauteloso, mesmo que o Presidente da República, ontem, tenha dito que é para o consumidor comprar. Eu ouvi isto, que é para o povo ir às compras. Num momento em que todos têm de segurar o seu dinheiro porque não sabe para onde vai a economia, o Presidente da República, querendo demonstrar otimismo, faz algo que, a meu ver, é irresponsabilidade: dizer ao povo que vá às compras.

Mesmo assim, o consumidor está cauteloso, os bancos não querem correr mais riscos, os investidores não sabem ao certo o que fazer. O quadro é complicado e tudo indica que 2009 será um ano de apertos e de muitas dificuldades. É claro que nós, da oposição, não podemos abdicar do nosso papel fiscalizador. Devemos apontar os erros para que o debate sobre os rumos do País se dê sob a perspectiva construtiva e – por que não dizer – patriótica.

Nós, do PSDB, defendemos a redução dos gastos públicos, e eu quero que me digam qual foi a medida que este Governo tomou, até agora, para reduzir os gastos públicos? E vou dizer, antes de conceder a palavra ao Senador Mário Couto, que o Deputado Antonio Palocci, que foi Ministro da Fazenda, publicou um artigo, no dia 19 de outubro, em O Globo, dizendo o seguinte: “Ao governo cabe pautar sua ação a curto prazo por maiores cuidados com as contas públicas, evitar a todo custo gastos que não sejam essenciais (...)”

Isso é só um pouquinho do que falou, escreveu e assinou o ex-Ministro da Fazenda, Deputado Antonio Palocci.

Portanto, não é o PSDB que está pedindo ao Governo que corte os gastos supérfluos, que faça um programa de contingência de gastos neste País; é o

próprio PT que está pedindo isso, é um ex-Ministro da Fazenda. Portanto, está na hora de o Governo ouvi-lo. Se não quer ouvir a oposição, Senador Mário Couto, que pelo menos ouça seu ex-Ministro da Fazenda, homem sensato, que está pedindo ao Governo que, pelo amor de Deus, corte os gastos que não sejam essenciais neste País.

V. Ex<sup>a</sup> tem o aparte.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Senadora, inicialmente, quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pela preocupação que traz nesta tarde não só ao Senado, mas ao povo brasileiro. Como V. Ex<sup>a</sup> acabou de dizer, nós, do PSDB, não torcemos pelo pior; nós torcemos para que tudo dê certo. Eu queria que a popularidade do Presidente, em vez de estar em 80%, estivesse em 100%. Esse é o meu desejo, Senadora. O Presidente está tão preocupado em não deixar cair a popularidade dele, que ele está exagerando ao manifestar a segurança deste País. Ontem, ele externou na televisão – não sei se foi na Globo ou na Record – que o País tinha tranquilidade para enfrentar essa crise, dizendo que o País tinha 500 bilhões em reservas seguradas e que não teria nenhuma preocupação com a crise. Isso é um exagero de segurança. Acho que seria melhor mostrar a realidade. Não queremos, logicamente, transferir insegurança para a população. Não queremos fazer isso – lógico –, mas temos de alertá-la, mostrando o que está acontecendo, como V. Ex<sup>a</sup> está fazendo, sem alarme, com a maior tranquilidade, mas alertando a população, pois não adianta dizer que a crise não vai chegar ao Brasil, porque ela já chegou. O pior, como V. Ex<sup>a</sup> acaba de dizer, é que os gastos públicos, que deveriam, de imediato, ser contidos, não estão sendo contidos. Continua a mesma farra com os cartões de créditos, Senadora, a mesma farra. E já houve escândalos no particular, com a denúncia de Ministros envolvidos com gastos supérfluos no cartão de crédito. Todos nós nos lembramos de compra de tapioca e uma série de outras situações semelhantes, e não se contêm os gastos nos cartões corporativos; continuam exatamente como na época em que tudo isso foi denunciado. Daqui a pouco, quando não houver mais como resolver o problema, vão querer resolvê-lo, e não haverá mais tempo. Acho que o Presidente deveria ser realista. Ele não deveria exagerar na segurança de que este País não será afetado pela crise. Os créditos já não existem. O preço da carne, por exemplo, aumentou 50%, Senadora. Como a crise não chegou ao Brasil? Vá ao supermercado que a senhora verá quanto a crise já atingiu o povo, quanto a crise já atingiu o povo. A senhora está de parabéns pelo alerta que faz à população, pelo pronunciamento sábio, com a inteligência singular que tem V. Ex<sup>a</sup>. Meus parabéns!

**A SRA. MARISA SERRANO** (PSDB – MS) – Obrigado, Senador Mário Couto. Quando V. Ex<sup>a</sup> diz que a crise já chegou ao Brasil, lembro que eu estava lendo o artigo do Deputado Antônio Palocci, e ele assevera que “já abandonamos, certamente, a idéia de que não haverá nenhum efeito sobre o Brasil, pois ele se mostra presente”. Ele mesmo diz que se deve abandonar a idéia de que esse efeito não ia chegar ao Brasil porque já chegou.

Ouçó V. Ex<sup>a</sup>, Senador Marco Maciel...

**O Sr. Marco Maciel** (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senadora Marisa Serrano, inicio meu aparte, cumprimentando V. Ex<sup>a</sup> pelas palavras que profere na tarde de hoje, subscrevendo o que acaba de dizer o nobre Senador Mário Couto, Líder da Minoria, ao chamar a atenção para as conseqüências, como V. Ex<sup>a</sup> já o fizera, da crise que podem ocorrer no Brasil, se não tomarmos tempestivamente as providências que se impõem. Vivemos uma fase de globalização, talvez a mais intensa, maior do que a registrada no Renascimento e na antigüidade clássica, porque se vale de modernos instrumentos de comunicação, que fazem do mundo, como Mac Lujan chamou, uma “aldeia global”. Os fenômenos ocorridos em um país imediatamente transpõem suas fronteiras e chegam a toda a comunidade planetária. No planeta Terra, não estamos indenes a conseqüências dessa natureza. E o apelo que V. Ex<sup>a</sup> faz – quase uma exortação – é no sentido de que o Governo tome as providências adequadas. Conseqüentemente, precisamos agir com toda precsciência, com todo cuidado. Devemos agir para que os efeitos do fenômeno não venham a atingir diretamente o Brasil. Algumas conseqüências já começam a ocorrer no Brasil, mas em menor intensidade. No entanto, não podemos pensar que somos um país blindado e que isso não nos afetará. Ditado popular recomenda que prudência e caldo de galinha não fazem mal a ninguém. É importante que tomemos as providências adequadas, mesmo porque, como V. Ex<sup>a</sup> também salientou, nobre Senadora Marisa Serrano, estamos agora importando inflação, uma vez que algumas medidas tomadas pelos chamados países do Primeiro Mundo trouxeram como conseqüência a elevação da taxa cambial. Aí está embutido, de forma invisível, porém extremamente insidioso, o vírus que se chama inflação. Por isso, cumprimento, mais uma vez, V. Ex<sup>a</sup> e espero que as suas palavras sejam ouvidas, posto que muito oportunas.

**A SRA. MARISA SERRANO** (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Marco Maciel.

Eu queria lembrar que V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Mário Couto apresentaram aqui os problemas reais, aquilo que a sociedade brasileira acompanha e vê. Não se

trata de alguma coisa que está acontecendo lá na Conchinchina – se é que ela existe ainda – ou no outro lado do mundo. São coisas reais, que acontecem próximas, ao nosso lado. Por isso, é importante que falemos.

E é exatamente isso, Senador Marco Maciel, Senador Mário Couto, Senador Jefferson Praia, Senador Wellington, que o meu Partido, o nosso Partido, o PSDB, defende três ações fundamentais: redução do gasto público, sobre o que acabei de falar; a implementação das reformas estruturais. É difícil falar nisso, mas, se o Governo não tiver coragem de abrir o debate da reforma da previdência, da reforma tributária e da reforma trabalhista, vai ser difícil avançar na mudança que se quer neste País. E, por fim, a adoção de um programa de investimentos essenciais. Não é qualquer um; não dá para o Brasil falar que não se pode cortar o PAC, que ali não se mexe. Temos que ver, Senador Marco Maciel, o que é essencial para este País e onde é que podemos cortar. Não é porque o Governo achou que o PAC não pode ser cortado que em nada ele possa ser cortado. Aquilo que não é essencial tem que ser revisto.

Penso que o Governo, neste momento, tem que abandonar um pouquinho seu furor propagandista. É isso que tinha que fazer. Como disseram os senhores, o Governo tem que voltar um pouco o seu olhar para a realidade daquilo que a sociedade vive.

Acho que o ano de 2009 deve merecer uma trégua, uma trégua política. Não é fácil falar nisso; não é fácil falar para as Oposições. Nunca ouvi, durante a época em que eu era Deputada Federal e que o meu governo estava no poder, o PT oferecer uma trégua política. Mas acho que, em 2009, o PSDB e as Oposições têm que oferecer uma trégua política para que possamos, realmente, construir uma agenda positiva.

A meu ver, minimizar a crise, como disse o Senador Mário Couto, ou fortalecer a mistificação do inimigo externo, ou seja, dizer que a culpa sempre é dos outros, que nunca é da gente – e nos acostumamos, neste País, a achar que a culpa é sempre dos outros –, sempre procurando esses culpados abstratos que ninguém sabe quem são, isso é um contra-senso. E sabe por que, Senador Mário Couto? Porque, primeiro, acredito que isso anestesia um pouco a Nação. A Nação acha que a culpa não é nossa, que não temos nada a ver com isso, então, nem queremos saber. A Nação fica anestesiada, não entra no debate, não procura resolver a situação, não vai à luta, o que é muito perigoso. E, além de anestésiar um pouco a opinião pública, penso que também suprime, o que é mais importante, uma discussão qualificada sobre o futuro do País.

Se o mundo, na área econômica, como disse o Senador Jefferson Praia, pode mudar, está mudando,

há uma discussão de mudanças de rumo no mundo, é hora de começar a discutir aqui. E vamos discutir onde? Eu gosto muito de algumas cidades do meu Estado, lá na beira do Paraguai. E posso falar: podíamos discutir em Itacuru, podíamos discutir em Sete Quedas, na fronteira com o Paraguai, que são cidades pequenas do meu Estado; mas acho que temos que inverter, temos que começar a discutir aqui, no Governo, com o Presidente Lula, com os Ministros, chamando o Congresso, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, enfim, chamar todas as forças vivas da Nação, chamar quem tem palavra, quem tem voz e quem tem eco. Isso porque talvez os habitantes de Itacuru ou de Sete Quedas não tenham eco, mas nós, aqui, temos. É por isso que fico um pouco preocupada com tudo isso que está acontecendo no País.

Mas só eu estou preocupada ou só nós estamos preocupados? Não! Os produtores rurais estão preocupados. Sinto isso no meu Estado de Mato Grosso do Sul. Os industriais estão preocupados, e todo mundo está vendo isso pela imprensa. As empresas de construção civil estão preocupadas. O setor bancário está muito apreensivo, todo mundo está vendo. As grandes empresas também. Então, não somos só nós que estamos aqui fazendo catástrofe ou querendo dizer que é o fim do mundo.

Por onde se olha, há falta de perspectiva, porque ninguém sabe direito para onde estamos caminhando. Chegamos, pois, à conclusão de que o mercado financeiro não é de mármore, tem os pés de barro e não está conseguindo segurar esse corpanzil que criou. Portanto, há que se fazer uma cirurgia – e o Senador Mão Santa é médico – para diminuir, enxugar um pouco toda essa gordura dos mercados financeiros, se é que existe.

Mas, além disso, acho que o povo brasileiro está maduro o suficiente para compreender tudo o que está se passando. Seria importante não achar que o povo brasileiro é de brincadeira ou que o povo brasileiro vai achar que é uma “marolinha” e vai acreditar nisso. Não se pode achar que o povo brasileiro é uma população de crédulos que vai achar que, só porque o Presidente da República disse que é só uma “marolinha”, não vai acontecer nada neste País.

Não estamos mais vivendo às mil maravilhas. Uma pessoa amiga, por exemplo, que trabalha comigo em meu gabinete, disse, preocupada – ela ia fazer um empréstimo na Caixa Econômica para construir –, que não iria mais fazer o empréstimo porque a Caixa Econômica, desde a semana passada, fechou a carteira de empréstimo para construção. Mandeí até verificar se isso era verdade, mas ainda não obtive resposta. No entanto, se isso aconteceu e a Caixa Econômica real-

mente fechou os empréstimos para construção, é sinal que até os nossos bancos oficiais já estão segurando os créditos possíveis para a população brasileira.

Para terminar, Sr. Presidente, quero dizer que a credibilidade é o ativo mais precioso do momento. Portanto, não podemos perdê-la. Não podemos perder o rumo. Temos que mostrar que o povo brasileiro é diferente e que sabemos, sim, controlar os nossos gastos na hora em que é necessário, porque a crise é grave, mas, tenho certeza, todo o mercado interno, todo o mercado produtivo, o agronegócio, enfim todos aqueles que trabalham neste País, o povo brasileiro vai conseguir, sim, levantar a cabeça e ajudar a achar o rumo.

Quero dizer que as medidas racionais – e quero grifar aqui que têm que ser medidas racionais – se fazem urgentes, e o PSDB e as Oposições estamos prontos a discutir qualquer proposta.

Temos que baixar os juros, implementar as reformas estruturantes e estruturais necessárias, cortar gastos, impedir abusos – impedir abusos parece brincadeira, mas é impedir abusos mesmo –, combater a corrupção, coisas que são todas intrínsecas e necessárias.

E, assim, tenho certeza de que nós vamos conseguir sair dessa crise em que já entramos.

E, ademais, espero que o Governo brasileiro, principalmente o Presidente da República, comece a se preocupar mais com a economia deste País, sem fazer as “marolinhas” que está fazendo em uma hora que o povo brasileiro quer seriedade, comprometimento e competência.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante análise da Senadora Marisa Serrano sobre economia, quero apenas complementar dizendo: para aonde nós vamos, Marco Maciel, nós levamos a nossa formação profissional. Eu sou médico cirurgião. Então, a gente tem que enfrentar as ocorrências, enfrentar o câncer, enfrentar a parada cardíaca e tal. Está na hora de o nosso ilustre Presidente da República ver a realidade. E quis Deus estar aí Wellington Salgado, que traduz a bravura do povo de Minas, que foi o primeiro a gritar contra o governo, contra a derrama, contra os altos impostos, o primeiro a se sacrificar. Agora, você pega a mídia aqui... Atentai bem! Este Senado é tão organizado que a gente recebe todos os fatos políticos do País retratados em todos os jornais – e quando a gente perde, a Cláudia Lyra tem uma de reserva.

Mas, atentai bem! Fato nunca antes visto: a dívida social do nosso Presidente com o País é enorme. Tem esse negócio de dizer que pagou a dívida externa ao Bird, ao Banco Mundial, mas tem a dívida

interna, a dívida com os aposentados, com a segurança, com a educação e a saúde. É uma dívida nunca antes vista!

Ô Marco Maciel, nunca vi um negócio desse. Estudei no Rio de Janeiro. Wellington Salgado, o mar de Belo Horizonte é lá. Todos eles. O Aécio vive lá. Diz aqui: “A ausência de médicos fecha emergência no Miguel Couto”. No Rio de Janeiro! Miguel Couto é ali, em Ipanema com o Leblon. Não tem médico no hospital!

E aqui o meu amigo, do meu Partido, Temporão, um grande médico, dizendo que... Está aí a dengue. Todo mundo apavorado, não conseguiram debelar, já houve mortes e vai voltar.

Então, este é o País. Tem que dizer das dificuldades e não ficar naquela de Shakespeare, em *Hamlet*: “palavras, palavras, palavras”. E o pior é que as palavras estão se tornando mentiras, mentiras e mentiras. A realidade é essa.

Chegou, não é marola, não. Chegou esse problema que é da economia global. Tem que se enfrentar isso, como o Fernando Henrique Cardoso enfrentou o apagão. O apagão foi uma crise horrível, o País sem energia, mas teve que ser enfrentada, não houve fuga. Criou-se uma câmara de gestão. Agora, como dizer que não vamos sofrer as conseqüências?

Wellington Salgado de Oliveira, eu adverti aqui que eu nunca vi tanta irresponsabilidade na história da economia do mundo, como quando se estimulava a se comprar um carro em dez anos. Com R\$200,00 uma pessoa sai – sem trabalho e sem segurança. É o **subprime**. Veja, Jefferson Praia: a R\$200,00, um carro para pagar em 10 anos. A escravatura da vida moderna é a dívida. Aquele negócio dos negros – Abraham Lincoln resolveu, e a Princesa Isabel resolveu. É a dívida. Encaminhou-se o País para estar endividado. Os velhos aposentados estão todos endividados, o povo brasileiro está todo endividado. E eu não sei como sair da crise sem ter a economia dos gastos do Governo – isso nunca houve.

Convidamos para usar da palavra o Senador Marco Maciel, do Democratas de Pernambuco. Marco Maciel foi Vice-Presidente da República, e eu acho que a história do Brasil o indica como o nosso mais perfeito Vice-Presidente.

**O SR. MARCO MACIEL** (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Mão Santa; Sr<sup>a</sup> Senadora Marisa Serrano; Srs. Senadores Jefferson Praia e Wellington Salgado de Oliveira; Sr. Líder da Minoria, Senador Mário Couto, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, semana passada, aprovamos, nesta Casa, uma proposição de particular importância. E é justamente para ressaltar essa importância e o relevante trabalho que foi reali-

zado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que, hoje, trago a esta tribuna algumas reflexões sobre ela.

Refiro-me, Sr. Presidente, ao PLS nº 98, de 2002, Complementar, que regulamenta o art. 18, §4º, da Constituição Federal, esclarecendo o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios.

Esse projeto veio, como V. Ex<sup>as</sup> sabem, efetivamente, preencher uma lacuna normativa grave, que já perdurava há mais de dez anos, mais precisamente desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 15, de 1996, que ameaçava transformar-se em um relevante problema institucional.

Como é sabido, o Supremo Tribunal Federal, em decisão referente à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.682, julgou procedente a ação movida pela Assembléia Legislativa de Mato Grosso, para reconhecer a mora do Congresso Nacional em editar a norma necessária para regulamentar o art. 18 da Constituição, e estabeleceu um prazo para que as devidas providências legislativas fossem adotadas.

O prazo estipulado, de dezoito meses, expira no próximo mês de novembro. O risco é que, depois dessa data, mais de 50 Municípios brasileiros, simplesmente, deixem de existir na hipótese de permanecer a lacuna de regulamentação.

Um dos personagens de Eça de Queiroz, o conselheiro Acácio, disse, certa feita: “*As conseqüências vêm sempre depois. Nunca antes*”. E repetia: “*Nunca antes*”.

Então, o que devemos fazer agora é tentarmos promover uma adequada antecipação na solução desse problema, para que não permaneça essa lacuna de regulamentação. Por outro lado, com a aprovação da proposta, é possível que surjam novos Municípios.

Sr. Presidente, antes de votar a proposição que aprovamos aqui, permita-me breves comentários sobre a posição do STF na questão. No seu entendimento, o preceito constitucional é uma norma de eficácia limitada pelo fato que depende de legislação infraconstitucional para tornar-se plenamente eficaz.

Embora não plenamente, porém, é parcialmente eficaz – é bom chamar a atenção para esse fato –, na medida em que a sua existência revoga imediatamente a eficácia das regras anteriores que lhe sejam contrárias e inviabiliza a instauração de processo de criação de novos Municípios, até que seja aprovada a lei complementar correspondente que venha regulamentar o preceito constitucional.

Essa tem sido a premissa básica a partir da qual o Supremo tem construído suas decisões acerca do tema, já tendo concluído, em diversas oportunidades,

pela inconstitucionalidade de leis estaduais, posteriores à Emenda nº 15, a que já me referi, que criavam novos Municípios.

Mais recentemente, em resposta à Adin impetrada, que mencionei há pouco, movida pela Assembléia Legislativa de Mato Grosso, a posição do STF evoluiu para a conclusão de que há, no caso, elementos suficientes para caracterizar omissão legislativa, mesmo levando em conta, como reconhece o relatório do Exmº Sr. Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo, que o Parlamento, ao longo de mais de 10 anos que nos separam da promulgação da Emenda nº 15, não ficou parado, tendo, examinado e mesmo votado diversas proposições relativas à regulamentação do artigo constitucional em vigor – e chegamos a aprovar dois projetos de lei complementar, um deles oriundo do Senado, mas ambos foram, no entanto, vetados pelo Presidente da República.

Segundo a argumentação do eminente Ministro Relator, hoje Presidente do Supremo, Gilmar Mendes, apesar das peculiaridades da atividade parlamentar, que ele está pronto a reconhecer, a demora do legislador em deliberar contribui para caracterizar a omissão. Mesmo tendo, portanto, examinado, mais uma vez, matérias relativas à questão, a demora em concluir a discussão e votar pode dar margem à inconstitucionalidade por omissão. Essa, enfim, a posição do Supremo Tribunal Federal.

Meu objetivo, Sr. Presidente, é apenas chamar atenção para a trajetória aqui, no Senado, da proposição que aprovamos, evitando, assim, que a distância entre os fatos e a lei se transformem em um abismo com potencial de provocar danos consideráveis tanto à ordem constitucional quanto, concretamente, a pessoas que moram nesses Municípios que estão pendentes de uma decisão ou de Municípios que aguardam leis sobre o assunto para que possam surgir novos entes federativos municipais.

A proposição que aprovamos, semana passada, foi um substitutivo ao PLS nº 98, de 2002, complementar, de autoria do ilustre Senador Mozarildo Cavalcanti, que tramitava na Casa há seis anos.

Esse projeto, Sr. Presidente, já havia recebido pareceres favoráveis na CCJ por parte da Senadora Marluce Pinto, ainda em 2002, e, na nova Legislatura, que se iniciou em 2003, pelo Senador José Maranhão, uma vez que o parecer anterior não chegou a ser apreciado antes do final daquela Legislatura. Em 2004, após ter sido aprovado o requerimento de tramitação conjunta com o PLS nº 503, de 2003, de autoria do então Senador Sibá Machado, voltou o projeto às competentes mãos do Senador José Maranhão, que, em 2005, exarou novo parecer, dessa feita, pela apro-

vação do PLS nº 503, de 2003, por considerá-lo mais amplo que o anterior. Esse parecer, no entanto, frise-se, também não foi examinado pela CCJ.

Finalmente, este ano, novo apensamento foi realizado, juntando-se aos dois projetos, que já tramitavam apensados, os PLS nºs 60, de 2008, e 96, também de 2008. Os quatro projetos juntos foram distribuídos ao nobre Senador Tasso Jereissati para que apresentasse parecer, o que fez, na ocasião, por solicitação nossa, na condição de Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, através de substitutivo que logrou aprovação na Câmara e neste Plenário.

Ouçó, com prazer, a nobre Senadora Marisa Serrano.

**A Srª Marisa Serrano (PSDB – MS)** – Obrigada, Senador Marco Maciel. Interessante que, sem saber o teor do seu pronunciamento, o Senador Jefferson Praia e eu estávamos, no começo desta sessão, discutindo a questão da criação de novos Municípios. Ele tem histórias incríveis para contar da sua Amazônia, como eu também tenho e, acredito, cada um de nós tem, dos seus Estados. Eu estava realmente muito preocupada, Senador Marco Maciel, porque no Mato Grosso do Sul há o Município de Figueirão, para onde não há estrada asfaltada. São quase duzentos quilômetros de estrada de chão, que, em época de chuva, fica praticamente intransitável. Lá há uma comunidade grande, que se emancipou dentro da ordem vigente, porém fora dos critérios que a legislação permitia, mas que já tinha Prefeito, Câmara de Vereadores, hospital com dois médicos. Porque lá as coisas são difíceis, os médicos residem lá. É até difícil um Município pequeno como Figueirão ter um hospital com dois médicos. O Prefeito Hildo é um professor extremamente ativo e que trabalha muito. É um Município próspero. E todos eles estavam angustiadísimos, Senador Marco Maciel, porque nós não tomávamos posição. Acho que a posição que tomamos aqui foi histórica. Espero que a Câmara dos Deputados não demore e que acabe com a angústia de tantas pessoas. É fundamental que o Município de Figueirão se torne autônomo, porque ele fica tão distante e tem tantas dificuldades – Senador Jefferson Praia, conforme aquilo que o senhor disse sobre a Amazônia – que até chegar à sede do Município para resolver um problema... Meu Deus do céu! Há outro Município, em razão do qual o Senador Valter Pereira e eu apresentamos uma emenda que foi aprovada na Casa, o Município de Paraíso das Águas, que pega uma parte de um grande Município, que é chamado Água Clara. Os produtores rurais dali são muito fortes e estão ao lado desse Distrito de Paraíso das Águas, que quer se tornar Município, mas, quando eles têm que tirar uma Darf, procurar um documento, eles têm



que andar 2 mil km – mil de ida, mil de volta – ao Município sede, porque não tem estrada por dentro. Eles vão ter que rodear por Campo Grande para ir lá e voltar para o seu Município. Não tem sentido uma coisa dessas! Eu acho que cada caso é um caso. Disseram-me aqui: “Não se podem criar Municípios indistintamente em todos os lugares”. Claro que não. Nós não queremos fazer uma farra de abertura de novos Municípios neste País. Mas o meu Estado tem 78 Municípios, e é um grande Estado da Federação. Eu acredito muito que aqueles Municípios que realmente tenham condições, dentro dos critérios que a CCJ aprovou, dentro dos critérios que nós aprovamos aqui, que o Senador Tasso Jereissati abordou... Eu acredito muito que nós vamos ter o discernimento necessário de criar Municípios onde realmente seja necessário. Posso garantir a V. Ex<sup>a</sup> que Paraíso das Águas e Figueirão são dois Municípios no meu Estado que merecem tornar-se Municípios dentro do parco número de Municípios que nós temos. Nosso Estado é muito maior do que o seu Pernambuco, que tem muito mais Municípios do que os 78 que tem Mato Grosso do Sul. E eu tenho certeza de que assim nós vamos conseguir fazer com que a nossa produção cresça e que as pessoas sejam melhor atendidas. Muito obrigada.

**O SR. MARCO MACIEL** (DEM – PE) – Nobre Senadora Marisa Serrano, quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup> o aparte e dizer que V. Ex<sup>a</sup>, com lucidez, foi ao fulcro da questão, quando disse que nos cabe agora esperar que a Câmara dos Deputados se manifeste sobre o assunto para que encerremos com a incerteza jurídica que há em relação a vários Municípios e também possamos disciplinar, de forma adequada, o estabelecimento de novos entes municipais.

O Brasil é um país de amplo território – sabemos bem disso -, com uma população muito rarefeita e tem uma peculiaridade de, por conseqüência, registrar frequentemente o aparecimento de novos núcleos populacionais, novas cidades. É muito difícil, por exemplo, na Europa, surgir uma nova cidade, porque o território já está ocupado, aliás, intensamente ocupado, quase em processo de saturação. Assim podemos dizer com relação a muitos países. Já com o Brasil, não. De uma hora para outra, vemos surgir uma nova aglomeração urbana; logo depois, se converte num distrito de determinado Município; chega o momento desse distrito ou povoado almejar a sua emancipação.

A meu ver, com a Constituição de 1988, a questão se exacerbou na hora em que o constituinte considerou os Municípios também entes federativos, deu-lhes um status constitucional que não gozavam desde que se proclamou a República. No Império, os Municípios, os Senados da Câmara, como chamavam à época, ti-

nam mais competências e atribuições que os Municípios depois da proclamação da República. Decidido que o Brasil era uma República Federativa, os entes além da União eram o Distrito Federal e os Estados. A Constituição de 1988 ampliou, incluindo também os Municípios como entes federativos, o que levou um grande jurista e filósofo brasileiro, falecido há três anos, Miguel Reale, a dizer que começamos a praticar no Brasil um federalismo trino, constituído de União, Distrito Federal, Estados e Municípios.

Então, precisamos elucidar essa questão, e essa é a razão do apelo que faço. A nobre Senadora Marisa Serrano feriu o tema ao dizer que essa é a questão cuja resposta positiva devemos esperar da Câmara.

Volto à minha exposição.

Devemos ter presente que as virtudes das quatro proposições que tramitavam conjuntamente restaram num substitutivo que foi, ao final, aprovado e que buscou, ao mesmo tempo, satisfazer as incontornáveis exigências constitucionais e reconhecer e legitimar essas situações de fato, que, ao longo do tempo e apesar do lapso normativo, acabaram-se estabelecendo.

É assim, por exemplo, que o substitutivo incorpora a sugestão, presente no PLS nº 503/2003, de maior participação popular na discussão da matéria, e a proposta que aparece no PLS nº 60/2008, de adoção de critérios mínimos regionalizados para a criação de novos Municípios, já que propõe a realização do plebiscito entre os habitantes do Município pré-existente.

É definida a necessidade de estudos sobre a viabilidade econômico-financeira, viabilidade político-administrativa e viabilidade socioambiental e urbana.

A viabilidade municipal é constatada pela observação de critérios regionais ao se estabelecer a população dos Municípios por região, de forma a preservar condições de consolidação e desenvolvimento do Município existente e do a ser criado, observando-se a seguinte regra: 5.000 (cinco mil) habitantes nas Regiões Norte e Centro-Oeste; 7.000 (sete mil) habitantes na Região Nordeste; 10.000 (dez mil) habitantes nas Regiões Sul e Sudeste, além do eleitorado igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) de sua população.

Aliás, com relação a essa questão do eleitorado, não tenho dúvida em afirmar que, como no Brasil se admite o voto facultativo a partir de 16 anos, como o voto é obrigatório de 18 a 70 e como a pessoa que tem idade superior a 70 anos, se desejar, pode continuar votando, não tenho dúvida em afirmar que é sempre possível que essa exigência seja cumprida sem nenhuma dificuldade. Faço um cálculo que o eleitorado brasileiro corresponde mais ou menos a 60% da população. Isso pode ser aplicado inclusive a partir dos Municípios.

Além da existência de núcleo urbano já constituído, dotado de infra-estrutura, edificações e equipamentos compatíveis com a condição do Município; do número de imóveis, na sede do aglomerado urbano, que sediará o novo Município, superior à média de imóveis de 10% (dez por cento) dos Municípios do Estado, considerados em ordem decrescente os de menor população; da estimativa de arrecadação estimada superior à média de 10% (dez por cento) dos Municípios do Estado, considerados em ordem decrescente os de menor população; de ser área urbana não situada em reserva indígena, área de preservação ambiental ou área pertencente à União, suas autarquias e fundações; além, por fim, da continuidade territorial, que é sempre aconselhável, mesmo porque a não contigüidade, muitas vezes, dá lugar a posteriores conflitos.

A viabilidade econômico-financeira será demonstrada, Sr. Presidente, a partir das seguintes informações: receita fiscal, atestada pelo órgão fazendário estadual, com base na arrecadação do ano anterior ao da realização do estudo e considerando apenas os agentes econômicos já instalados; receitas provenientes de transferências federais e estaduais, com base nas transferências do ano anterior ao da realização do estudo, atestadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo órgão fazendário estadual, respectivamente; estimativa das despesas com pessoal, custeio e investimento, assim como com a prestação dos serviços públicos de interesse local, especialmente a parcela dos serviços de educação e saúde, a cargo dos Municípios envolvidos; indicação, diante das estimativas de receitas e despesas, da possibilidade do cumprimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Sr. Presidente, a viabilidade político-administrativa deverá ser demonstrada também a partir do levantamento da quantidade de funcionários, bens móveis, instalações, veículos e equipamentos necessários ao funcionamento e à manutenção dos respectivos Poderes Executivo e Legislativo municipais.

A viabilidade socioambiental e urbana deverá ser demonstrada a partir do levantamento dos passivos e potenciais impactos ambientais, a partir das seguintes informações e estimativas: novos limites do Município a ser criado e da área remanescente; levantamento da quantidade e tipologia das edificações existentes nas áreas urbanas; levantamento das redes de abastecimento de água e cobertura sanitária; eventual crescimento demográfico; eventual crescimento da produção de resíduos sólidos e

efluentes; identificação do percentual da área ocupada por áreas protegidas ou de destinação específica, tais como unidades de conservação, áreas indígenas, quilombolas ou militares.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Substitutivo preservou ainda a preocupação, que está no PLS nº 96/2008, de encontrar uma solução para os Municípios criados e instalados após a Emenda Constitucional nº 15, de 1996, convalidando os atos de criação, incorporação, fusão, desmembramento e instalação dos Municípios, cuja realização haja ocorrido entre 13 de setembro de 1996 e 31 de dezembro de 2007, desde que esses Municípios se encontrem no pleno gozo de sua autonomia municipal, com prefeitos, vice-prefeitos e vereadores eleitos e empossados.

Ficam igualmente convalidados todos os atos de administração praticados no regular exercício de seus mandatos e atribuições. O Substitutivo ainda reconhece a validade dos plebiscitos já realizados no período referido, com a ressalva, nesse caso, de que a instalação dos Municípios fique condicionada à comprovação da sua viabilidade e à observância dos demais procedimentos previstos pela nova norma.

Prevê ainda, Sr. Presidente, regra de transição, permitindo que, nos quatro anos que se seguirem à publicação da nova lei, o Município que não esteja instalado, com prefeitos e vereadores eleitos e empossados, poderá adotar procedimentos para se enquadrar nas disposições da nova lei, ou retornar ao estado anterior, mediante ato aprovado pelas Câmaras Municipais dos Municípios envolvidos, submetido à apreciação da Assembléia Legislativa Estadual, preservando-se o princípio do federalismo, previsto na nossa Carta Constitucional.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadoras, concluindo, quero, mais uma vez, louvar o trabalho dos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em especial o do nobre Senador Tasso Jereissati, por sua relatoria, por haver S. Ex<sup>a</sup> conseguido resultado que preencheu adequadamente a lacuna normativa que se abriu, em 1996, com a Emenda nº 15. Isso reata os laços entre a realidade e a Justiça, entre o mundo real e o mundo dos princípios normativos.

O projeto, uma vez aprovado por nós, aqui, no Senado Federal, caminha, agora, em direção à Câmara dos Deputados, para onde foi remetido, segundo informações recebidas da Mesa do Senado, na sexta-feira passada, dia 17 de outubro.

Então, gostaria de, antes de encerrar as minhas palavras, fazer um apelo à Câmara dos Deputados para que, dentro das limitações de tempo que ela enfrenta – assim como acontece no Senado Federal –, possa dar preferência à apreciação dessa matéria, para que

essa questão fique devidamente dirimida, elucidada, resolvida. Acredito que isso ensejaria condições para que resolvêssemos a situação dos Municípios que estão em um estágio de indefinição e para que pudéssemos criar, se fosse o caso, novos Municípios, permitindo-nos, assim, por esse caminho, fortalecer a descentralização.

Fazemos, portanto, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, votos de que a Câmara dos Deputados conceda prioridade à apreciação do projeto remetido àquela Casa, para não termos, por conseguinte, de lidar com a complexa situação de administrar as conseqüências jurídicas, políticas e sociais do desaparecimento de mais de cinco dezenas de Municípios brasileiros.

Dirijo, pois, um apelo ao Presidente da Câmara, o Nobre Deputado Arlindo Chinaglia, para que em entendimento com as Lideranças da Câmara dos Deputados, obtenha uma solução a nível de prioridade na apreciação da matéria, contribuindo, assim, para reduzir a insegurança jurídica com a qual vivem alguns Municípios já criados e ainda não instalados, tenham regras de procedimento com relação ao futuro que venham, portanto, iluminar a situação daquelas comunidades, que não foram emancipados por falta de disciplinamento legal, sobretudo de existência de leis amparadas no ordenamento previsto na Constituição de 1988.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Eu gostaria de agradecer a V. Ex<sup>a</sup> o tempo que me conferiu.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– O País todo é que tem que agradecer ao Senador Marco Maciel, exemplo da virtude e da democracia no nosso Brasil.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, DE 2008**

##### **Dispõe sobre percentual de vagas a ser reservado para candidaturas de cada sexo nas eleições para o Parlamento do Mercosul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Do número de vagas resultante das regras adotadas para o registro de candidatos com vistas às eleições para o Parlamento do Mercosul, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por

cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

O objetivo do presente projeto é assegurar o cumprimento do previsto no art. 6º, inciso 2, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, promulgado pelo Decreto nº 6.105, de 30 de abril de 2007, que, ao determinar a eleição por sufrágio direto, universal e secreto dos membros daquela assembléia parlamentar regional, dispõe:

Art. 6º .....

2. O mecanismo de eleição dos Parlamentares e seus suplentes reger-se-á pelo previsto na legislação de cada Estado Parte, e que procurará assegurar uma adequada representação por gênero, etnias e regiões conforme as realidades de cada Estado.

Ressalte-se que a participação da mulher nas atividades políticas é conquista relativamente recente, e é de todo recomendável que ela seja estimulada, tanto por meio da adequada educação das meninas com vistas à futura participação política, como também por meio de legislação que assegure essa atuação.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, ao proclamar que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, traduz grande avanço no sentido da superação do tratamento desigual fundado nas questões de sexo. Da mesma forma, a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições em nosso País, prevê a destinação, por partidos políticos e coligações, de trinta por cento das vagas para candidaturas de cada sexo.

Importa assinalar, também, que o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul determina que o mecanismo de eleição dos parlamentares do Mercosul e de seus suplentes reger-se-á pelo previsto na legislação de cada Estado Parte, devendo, assim, as regras que virão a ser adotadas, estar em perfeita consonância com a legislação vigente no País.

Assim, o projeto de lei visa, precisamente, a garantir que haja adequada representação por gênero na bancada brasileira a ser eleita para o Parlamento do Mercosul.

Convictas da importância da presente iniciativa, esperamos a acolhida desse projeto de lei pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 20 de outubro de 2008. – Senadora **Marisa Serrano**.

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

**Texto compilado**  
**Mensagem de veto**

**Estabelece normas para as eleições.**

.....  
DECRETO Nº 6.105, DE 30 DE ABRIL DE 2007

**Promulga o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, aprovado pela Decisão nº 23/05, do Conselho do Mercado Comum, assinado pelos Governos da República Federativa do Brasil, da República Argentina, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, em Montevideu.**

.....  
PROTOCOLO CONSTITUTIVO  
DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

.....  
Artigo 6  
**Eleição**

1. Os parlamentares serão eleitos pelos cidadãos dos respectivos Estados-Partes, por meio de sufrágio direto, universal e secreto.

2. O mecanismo de eleição dos parlamentares e de seus suplentes reger-se-á pelo previsto na legislação de cada Estado-Parte, e que procurará assegurar uma adequada representação por gênero, etnia e região, conforme as realidades de cada Estado.

.....  
*(À Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última, a decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O projeto será publicado e remetido à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senado Federal, 20 de outubro de 2008.

A Presidência comunica ao Plenário que foi autuado, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o seguinte aviso do Tribunal de Contas da União:

**AVISO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Aviso nº 40, de 2008-CN (nº 1.392-Seses-TCU-Plenário/2008, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 2.113, de 2008-TCU (Plenário), bem como os respectivos relatório e voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado nas obras rodoviárias emergenciais, na BR-153-SP, trecho compreendido entre o acesso a Lins-SP e o entroncamento com a BR-369 (Divisa SP-PR) – km 178,3, ao km 347,7 (TC nº 002.081/2006-7).

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O Aviso lido retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Mário Couto, do PSDB, do grandioso Estado do Pará, que vai trazer as bênçãos das festas religiosas a este Parlamento.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu volto a esta tribuna para falar, novamente, de dois temas que acho que devem ser bem batidos aqui, neste Senado, pois água mole em pedra dura tanto bate até que fura: o problema da segurança, não só no meu Estado, mas no Brasil, e a triste situação dos aposentados, aposentadas e pensionistas deste País, que terão, na próxima semana, uma iniciativa nossa, aqui neste Senado, chefiada por V. Ex<sup>a</sup>, Paim e outros grandes Senadores. Nós, com certeza, teremos êxito nessa nossa decisão de não deixar mais que os aposentados brasileiros vivam numa situação deprimente.

Sr. Presidente, o País passa, novamente, por uma fase de constrangimento com a perda da jovem Eloá. Já nesses últimos tempos, é a terceira vítima a que a imprensa do Brasil dá ênfase, pela forma do acontecimento: brutal. Primeiro, o João Hélio, lembra, Presidente? Depois, a Isabella; agora, a Eloá.

Eu vinha, hoje, da minha residência, Senador Jefferson Praia, e alguém me cobrava, dizia assim para mim: “Vocês, políticos, são responsáveis por esses crimes bárbaros. Por que, então, não mudam o Código Civil? Por que, então, não fazem leis para proteção do cidadão?”

Eu, Senador Wellington Salgado, disse a ele: “Nós temos, no Senado Federal, mais de 100 projetos sobre segurança.”

Eu fiz um levantamento e eles passam de 100. O Senador Antonio Carlos Magalhães, antes de falecer – só ele –, deixou uns 10 projetos sobre segurança, exatamente na época do João Hélio. Exatamente nessa época.

As medidas provisórias, Sr. Presidente, não deixam que a gente vote esses projetos.

Olhe o quanto se fala aqui, olhe o quanto eu falo aqui que este Senado está engessado, que este Senado, a cada dia que passa, tem seu direito de legislar menor e que nós Senadores precisamos ter a coragem de não deixar a democracia ser abalada neste País.

Se nós tivéssemos a nossa liberdade de legislar neste Senado, com certeza, Presidente, esses projetos estariam beneficiando a sociedade, com certeza, Presidente, projetos de alto interesse para a população, não só na área de segurança, estariam sendo votados neste Senado. Infelizmente, as medidas provisórias são excessivas. Elas batem recorde de ano em ano.

O próximo presidente desta Casa vai ter que dizer ao Senador Mário Couto que vai reduzir as medidas provisórias para ter o meu voto. Se nenhum presidente assumir o compromisso comigo de que vai diminuir as medidas provisórias, eu voto em branco, Presidente, eu voto em branco ou anulo meu voto, porque chega, Presidente, desse tipo de bloqueamento da nossa liberdade. Isso é uma ditadura política branca. Eu mando as medidas provisórias para lá e eles não legislam. Os projetos não vêm à discussão no Senado Federal.

Que tamanho está a nossa pauta aguardando votação? Vejamos o que vamos votar neste mês de novembro. Vem de imediato a nossa ação, Presidente, que começa na próxima semana – e já vou falar daqui a pouco.

Mas a segurança neste País é cada vez menor. No meu Estado do Pará, um Estado, Senador Jefferson Praia, de cidadãs, de pessoas carinhosas, decentes, trabalhadoras, a capital do meu Estado que ainda comemora Nossa Senhora de Nazaré. Acho que é a homenagem de fé maior do mundo, e ainda estamos comemorando. Nosso Estado é o sexto maior exportador do Brasil, um Estado que tem um potencial turístico imensurável, um Estado que até pouco crescia assustadoramente para o bem do nosso povo, hoje, infelizmente, temos de aceitar, aceitar que o Estado do Pará, indubitavelmente, é o Estado mais violento do Brasil.

Temos, imediatamente, paraenses de todo o meu Estado querido, de tomar providências para que o Estado do Pará volte a ser acreditado, volte a ser um Estado onde as pessoas possam andar nas ruas tranquilamente, onde o cidadão possa ser respeitado.

Eu vou mostrar, Presidente, o que eu falei aqui, há vários meses, ao meu Estado. Eu vou mostrar agora, Presidente – está aqui na minha mão – a prova de que o que este Senador fala aqui tem consistência. Eu não venho aqui para inventar, Senador Wellington. Eu não venho aqui para criticar em vão. Eu não venho aqui torcer para que o meu Estado não dê certo, para que o meu Estado não cresça. Eu quero aqui torcer, colaborar para que meu Estado tenha dias melhores. Já mostrei aonde chegamos. Já mostrei que o **Jornal O Liberal** deu uma nota dizendo que não tinha mais condições de entregar os jornais nos bairros de Belém, porque os bandidos estavam cobrando impostos. Disse aqui, na semana passada, Senador Jefferson, que nós não temos mais condições de andar nas ruas de Belém. Disse aqui, Senador, que os bandidos ganharam a guerra, que o Estado do Pará tinha perdido a guerra para os bandidos. E está aqui a prova: uma simples mensagem dos Correios prova isso. Tenho certeza que o meu País vai perguntar:

“Meu Deus, como se pode viver num Estado assim?!”

Senador, eu fiz esta correspondência para parabenizar uma candidata que ganhou a eleição para Prefeito, na cidade de Acará. Trata-se de uma amiga, que ganhou a eleição. Eu, então, passei esse telegrama para ela. O telegrama dizia assim:

É com imensa alegria que parabenozi você pela vitória nas urnas do dia 5 de outubro. Foi uma vitória mais que justa e merecida, porque sei quanto você se dedicou e se dedica ao seu Município. Eu não tenho dúvidas de que você vai comandar, da melhor forma possível, a Prefeitura, porque é isso que a população irá esperar de você nos quatro anos de mandato. Não se esqueça de que, no Senado Federal, as portas do meu gabinete sempre estarão abertas para você. Conte comigo, minha amiga, na luta para o efetivo desenvolvimento da sua cidade em favor do bem-estar social. Sucesso ao seu mandato e um grande abraço, Senador Mário Couto.

Ela não recebeu essa mensagem – talvez ela esteja escutando agora. Por que ela não recebeu essa mensagem? Por que os Correios não entregaram essa mensagem a essa senhora, minha amiga, que foi eleita Prefeita de Acará, Município próximo da capital? Ela mora numa avenida, Avenida Bernardo Sayão, Passagem Rui Barbosa. É uma avenida. Aqui, no canto deste telegrama, quando os Correios devolvem a mensagem, o carteiro tem que dizer por que ele está devolvendo a mensagem para o remetente. Tem assim, mais ou

menos, quando a pessoa se muda: Mudou-se; está ausente; o endereço é desconhecido e aqui estão os quadrinhos: recusado, falecido, não existe mais o número indicado; lá embaixo tem: outros.

E aqui nos outros vem assim: Área sem garantia.

Olha o absurdo, aonde chegamos no Estado do Pará, o carteiro colocou: Área sem garantia, risco de assalto, veículo não conseguiu entrar no local.

Já tinha falado disto aqui; já tinha dito que estavam cobrando pedágio para os Correios entregarem as correspondências. Já tinha falado isto aqui.

Senador Wellington, isto aqui que está na minha mão é um telegrama que não foi entregue no local do destino, porque não deixaram o veículo dos Correios entrar para entregar o telegrama no local; os bandidos lhe cobraram pedágio. Olhem a situação em que está o meu Estado! Isso me chegou às mãos há poucos minutos, e eu trago ao conhecimento desta Nação e do meu querido Estado do Pará.

Quando aqui venho, Senador, é porque amo o meu Estado. Quando aqui venho, Senador, é porque respeito o povo do meu Estado. Quando aqui venho, Senador, é para clamar por providências, e não criticar para que tudo aconteça pior. Quando aqui venho e peço que a Governadora nos procure neste Senado a fim de irmos até o Presidente da República com um S.O.S. Pará – Segurança, é porque temo pela vida de meus queridos irmãos paraenses. Quantos já se foram! Quantos ainda irão! E nenhuma providência se toma.

Eu tenho aqui, Senadores, que “gastar” o tempo deste Senador – entre aspas “gastar” –, porque é meu dever, bater nesta tecla até que providências sejam tomadas, não só no Pará mas também em muitas capitais deste País, como Rio de Janeiro e outras grandes cidades que vivem inseguras, e muito inseguras.

Está aqui a prova de um documento oficial. É uma prova pequena, é um telegrama, mas que bem mostra a situação do meu Estado.

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Já vou dar.

Que bem mostra a situação do meu Estado.

O Senador Mário Couto tem razão. O Senador Mário Couto tem razão quando vem a esta tribuna dizer que o seu Estado está passando por uma fase muito difícil, que os companheiros e irmãos que estão lá estão sendo assaltados a toda hora. O Senador Mário Couto tem razão. E a nossa Governadora acha que eu estou perseguindo, que eu estou criticando. Não é isso, Governadora. Eu quero o bem do meu Estado,

sem demagogia, Governadora. Eu não estou usando de demagogia, Governadora.

Precisamos tomar providências. E a providência inicial parte da senhora, que está na administração, que é a Governadora, que é a executiva. E parte de nós Senadores dar as mãos à senhora, mesmo não sendo do mesmo Partido. Não interessa o partido agora, interessa é resolver o problema de segurança no Estado do Pará, que é crítico. Que é crítico, e não se pode deixar para amanhã.

Telegrama devolvido porque o veículo dos Correios não pôde entrar numa rua para entregar uma correspondência, porque os bandidos tomaram conta da rua. Diz o carteiro aqui que manda devolver para mim porque não conseguiu entrar na rua para entregar a correspondência.

Ô Brasil! Ô Brasil querido! Ô meu Pará de Nossa Senhora de Nazaré!

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes, depois o Senador Jefferson Praia.

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – Apenas um esclarecimento. Esse telegrama que V. Ex<sup>a</sup> está passando é para a Prefeita eleita?

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Para a Prefeita eleita da cidade de Acará, no Estado do Pará.

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – Veja V. Ex<sup>a</sup> a gravidade do fato. Imagine como essa Prefeita vai conseguir viver no local em que mora? A gravidade disso, Senador Wellington Salgado,... É preciso que providências sejam tomadas. Agora, tiremos de foco a figura da Prefeita. E a população que ali mora? Os Correios têm que tomar providências urgentes com relação a isso. Esse fato é muito grave. Os Correios brasileiros são exemplo e referência mundial por eficiência. Para esse fato é preciso um esclarecimento, porque não está fora de foco, além da fragilidade da segurança pública, ter sido um ato de malandragem de um carteiro por questão política local. Não quero lançar aqui...

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Não é, porque não é a primeira vez.

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – Pois é. Senão, seria bem mais grave.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Não seria o mesmo carteiro.

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – Então, o fato é gravíssimo. E é preciso que uma providência seja tomada, até para preservar a Prefeita eleita. V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns em trazer este assunto. É um assunto que tem que ter a preocupação dos Correios, até para preservar esses carteiros, que não podem ser submetidos a caprichos de bandidos que permitem o acesso à área desde que haja um pedágio cumprido

nesse acordão. Eu sabia que nos grandes centros do País esses fatos aconteciam, mas acontecer no até então pacato Estado do Pará, para mim, é estarrecedor. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> por trazê-lo à tribuna.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Senador Jefferson Praia.

**O Sr. Jefferson Praia** (PDT – AM) – Senador Mário Couto, há algum tempo, quando discutíamos a questão das favelas no Rio de Janeiro, todos acreditavam que alguma solução apareceria. Hoje, V. Ex<sup>a</sup> sabe o quanto é difícil o Estado viabilizar políticas públicas naquelas áreas que são as favelas do Rio. O crime tomou conta das favelas. Esse fenômeno começa a acontecer nas capitais da Amazônia. V. Ex<sup>a</sup>, que aqui representa muito bem o Estado do Pará, toca nas questões de Belém. Eu, que sou um manauara, amazonense, hoje percebo na minha cidade alguns problemas já começando a tomar uma direção que não é a adequada, que é aquela em que alguns grupos começam a querer determinar as regras, como devem ser, de quem entra e de quem sai em algumas localidades das capitais. E eu me refiro às da nossa cidade. Eu estava aqui refletindo enquanto V. Ex<sup>a</sup> falava. O que percebemos no Brasil? A falta de atenção maior, principalmente aos mais pobres. O Brasil é um país que continua pecando dentro do contexto da concentração elevada de renda. Se formos ver, hoje, que tratamento está sendo dado aos filhos dos mais pobres? Temos aí o Bolsa-Família, tudo bem. É um programa muito bom e muito amplo, a cada dia cresce. O Governo Federal tomou a decisão correta no sentido de viabilizar o Bolsa-Família. Vamos dar comida. Mas agora falta o quê? Falta educação, falta educação profissional e falta oportunidades de emprego. Porque, hoje, o jovem das grandes capitais – e a questão está se intensificando na Amazônia – não tem oportunidade de emprego. E o crime está muito próximo dele. O criminoso está ali, influenciando para que ele tome um caminho que não é o adequado. O traficante está próximo. A escola e o emprego estão distantes, mas o traficante está próximo. Portanto, essa responsabilidade V. Ex<sup>a</sup> aborda muito bem, quando afirma que começa aqui no Congresso Nacional, por meio das nossas ações, mas também é importante onde as políticas públicas são implementadas, no Governo do Estado, nas Prefeituras. Os governantes devem estar atentos a essas questões. Temos que ter programas, políticas públicas a fim de diminuir a desigualdade, diminuir os problemas relacionados aos mais pobres do nosso País, proporcionando educação, saúde, capacitação e qualificação profissional, oportunidade de trabalho, emprego e renda e, acima de tudo, já que o problema está aí, maior segurança sim. Sou daqueles

que querem mais escolas que presídios. Hoje, a questão está tão séria que há pessoas que querem mais presídios que escolas. O Brasil produziu isso, com políticas econômicas erradas, concentração elevadíssima de renda, um brasileiro está matando outro, por tudo o que sabemos. Portanto, chamo a atenção para este momento, que é o de discussão do Orçamento, que começa por aqui, para que possamos fazer o melhor, principalmente para os mais pobres do nosso País; e cobrarmos, como V. Ex<sup>a</sup> faz aqui, daqueles que têm o poder de fazer o melhor para o povo que eles cumpram as suas obrigações. V. Ex<sup>a</sup> aqui tem representado o Estado do Pará, respeitando o povo paraense, que é um povo trabalhador, maravilhoso. Na minha terra, há muitos paraenses; existe a colônia dos paraenses em Manaus e no Estado do Amazonas. São pessoas maravilhosas, que hoje contribuem com o desenvolvimento do meu Estado, o Estado do Amazonas. Mas essa atenção precisa ser de todos nós, da Amazônia e do Brasil – atenção aos mais pobres. Isso não significa dizer que o pobre é violento, mas sabemos que, por falta de oportunidades, alguns caminham para a violência, aqueles que, infelizmente... Já estou terminando, Senador Mário Couto, permita-me; sei que não posso tomar muito tempo no aparte...

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Fique à vontade!

**O Sr. Jefferson Praia** (PDT – AM) – Mas as igrejas – veja bem – católica e evangélica levam a principal arma nas suas mãos, que é a *Bíblia*, para as famílias mais pobres. Se não fosse esse trabalho das igrejas, nós hoje teríamos problemas maiores no nosso País, porque o crime está perto, o crime influencia, o crime leva a problemas tão sérios, como esses que estamos vendo na atualidade. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Seu aparte foi brilhante, Senador. Eu é que agradeço e insiro no meu pronunciamento o brilhante aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Senador, no Brasil é assim. É impressionante o momento de insegurança que se vive neste País, especialmente no meu Estado.

Senador Mão Santa, é assim: os traficantes assaltaram um carro, arrastaram o menino João Hélio, e o menino, arrastado, bateu a cabeça, o rosto. Todo o seu corpo foi muito batido, e ele acabou falecendo. h, o País inteiro falou. Quanto tempo passou para isso se acalmar, para não falarem mais? Trinta dias. No máximo, 30 dias. Que providências foram tomadas? Os traficantes pararam com as suas ações, pararam? Ao contrário, o crime no Rio de Janeiro e o tráfico de drogas no País aumentam todo ano, todo mês. A Isabella: a Isabella, mais um mês. O pai e a madrasta jogaram

a menina. Mais um mês. A Polícia batendo, batendo... Chegaram já ao denominador, ao que se queria saber? Chegaram a saber? A Polícia chegou a saber quem, na verdade, matou a Isabella? Parou-se de comentar isso. Agora, a Eloá. A mesma coisa.

Eu quero providências. O País quer providências. O País quer uma formação para os seus filhos – como falou o Senador Jefferson Praia – melhor. Quer uma educação melhor. O País quer os seus jovens – esse, por exemplo, de 22 anos – com uma cabeça melhor, com uma cultura melhor, com uma educação melhor, para que não sejam capazes de realizar esse tipo de conduta. Senão, vão-se ver mais, e mais, e mais, e mais, e mais casos, Senador.

Também não sou contra o Bolsa-Família, tenho dito isso aqui, mas falta educação de qualidade neste País, Senador! Falta saúde neste País, Senador! Falta humildade para os nossos administradores!

É o caso de Belém do Pará, é o caso do meu Estado. Se a nossa Governadora – já vou descer, Presidente –, sinceramente, fosse um pouco mais humilde... Ela, que é amiga do Presidente Lula, que é do mesmo partido do Presidente Lula, que subiu nos palanques, dizendo que essa amizade iria trazer benefícios ao Estado do Pará, que prometeu, Senador Heráclito Fortes, que haveria no Estado do Pará mais segurança, tem de ter a humildade de fazer um relatório e de vir pessoalmente ao Presidente da República para dizer: “Olha, esta é a situação do meu Estado, é assim que está vivendo o povo do Estado do Pará, Presidente Lula. Ajude o Estado do Pará!”.

Eu ouvi o Presidente dizer ontem, Senador Wellington: “Nós temos 500 bilhões de reserva neste País, 500 bilhões de reserva neste País!” E ele duvidou, eu vi, que um prefeito que batesse à porta dele, com um projeto em torno de R\$40 ou R\$50 milhões, voltasse de lá sem o projeto ser aprovado. Ele duvidou: “Eu quero saber qual foi o prefeito que já veio ao Palácio com um projeto de R\$40 ou R\$50 milhões e que tenha voltado com a mão abanando!”.

Ô Presidente bom! Restam os prefeitos irem lá, com seus projetos.

Governadora do Pará, a senhora não ouviu isso? Vá lá, com o Presidente Lula. Ele disse ontem: “O País tem 500 bilhões de reserva!” Se um Prefeito leva um projeto de R\$40 milhões ou de R\$50 milhões, e ele aprova, o Governador pode levar um de R\$400 milhões ou de R\$500 milhões, para aplicar na segurança do seu Estado.

O Presidente está oferecendo, gente! Está oferecendo. E as empresas jornalísticas do Pará não têm condição de distribuir os seus jornais, o Correio não tem condição... Está aqui, mais uma vez mostro

à Nação brasileira. Se a TV Senado puder mostrar o telegrama à Nação brasileira... Os telegramas não são entregues, porque os bandidos não deixam. Tomaram conta da capital do meu Estado. Tomaram conta da capital do meu Estado.

Os paraenses não merecem isso. Os paraenses que moram no interior – já disse isto aqui – não têm a menor segurança. Bancos assaltados! Já mostrei uma delegacia aqui. Se se for ver o que existe dentro de uma delegacia, não há carro, não há veículo: há um delegado, um investigador e o escrivão.

Presidente, ainda vou falar muito disso. Ainda vou falar muito de segurança no meu Estado. Tenho de falar, Presidente, tenho de falar. Não posso ficar omisso. O povo do meu Estado, mais tarde, vai me cobrar. Por isso sempre digo que prefiro que a Governadora esteja aborrecida comigo a ficar calado. Eu não vou me calar. Quando eu verificar, Presidente, que alguma providência foi tomada em prol do meu povo, aqui vou elogiar. Mas, enquanto sentir que existe o abandono e o desinteresse em combater a violência no meu Estado, virei a esta tribuna para falar. Vou falar sem cansar, Presidente.

Sr. Presidente, desço desta tribuna, depois de ter mostrado ao meu País um fato tão grave e a situação em que vivem os meus queridos irmãos paraenses.

Quero dizer, Presidente, que, na próxima semana, vamos começar, de fato e de direito, o que sempre dissemos aqui, neste Senado, em relação aos aposentados deste País. Espero que aquilo que foi combinado, que o apoio dado pelos líderes dos grandes partidos de oposição, DEM e PSDB, possa concretizar-se a partir da próxima semana. V. Ex<sup>a</sup> sabe, V. Ex<sup>a</sup> é um dos comandantes dessa ação. O Senador Paim, o Senador Geraldo Mesquita e inúmeros Senadores vamos nos unir, a partir da próxima semana, e fazer com que o Presidente da República entenda que os aposentados deste País não conseguem mais sobreviver.

Presidente Mão Santa, nos quatro últimos anos, os aposentados deste País já perderam 40% dos seus salários, 40% dos seus salários, o que significa dizer que, daqui a seis anos, eles vão ficar com o contracheque zerado, sem nada. Absolutamente sem nada!

Senador Wellington, espero que V. Ex<sup>a</sup> esteja do nosso lado. O projeto não é meu, não é do Mão Santa. O projeto é de um Senador do Partido dos Trabalhadores, da bancada governista, e lá, Senador Wellington, muitos dos Senadores governistas estão dando a mão aos aposentados.

O Presidente Lula precisa se sensibilizar de que os aposentados deste País, que são 30 milhões hoje, também votam. Trabalharam por este País, deram tudo, deram seu sangue por este País, deram seu suor por



este País e, hoje, estão à míngua, não têm dinheiro para comprar remédio!

V. Ex<sup>a</sup> viu, Presidente, na TV Record o caso daquele aposentado que, por causa de uma simples burocracia, teve a pensão cortada? E aquele homem – a televisão mostrou o dia-a-dia dele – morreu à míngua, Presidente, à míngua! Quando a pensão dele foi cortada por uma simples burocracia, ele ia à Ceasa juntar frutas podres para poder se alimentar. É o aposentado brasileiro. Como esse que foi mostrado na televisão, há centenas e milhares de casos idênticos.

Onze mil passaram dos cem anos de idade. Ô Presidente Lula, onze mil brasileiros com mais de cem anos de idade!

Presidente Lula, quem está falando aqui é um Senador que está estudando isso aí a fundo, um Senador que conhece isso a fundo, Presidente Lula! Dizem que V. Ex<sup>a</sup> vê a TV Senado, escuta a Rádio Senado. Escute-me, Presidente. Toque o seu coração, Presidente! São mais de onze mil brasileiros e brasileiras, com mais de cem anos de idade, passando miséria, morrendo à míngua, Presidente.

V. Ex<sup>a</sup>, que é aposentado, foi favorecido pela Lei de Anistia. V. Ex<sup>a</sup> nem é anistiado. Como está questionando isso, Presidente? Está questionando o direito dos aposentados.

O Governo entrou na Justiça para questionar o ganho de causa dos aposentados do Aerus. Até na Justiça, o Governo está entrando contra os aposentados, para não dar o direito dos aposentados!

Há coisas que eu não entendo neste País, Presidente. Esta é uma: um Presidente da República que tem 80% de popularidade, é querido no Brasil, e detesta, não gosta, não quer olhar para os velhinhos deste País!

Precisamos, agora, Presidente, ir para a “guerra” – entre aspas. Se nós, Presidente, guerreiros como V. Ex<sup>a</sup> é, não conseguirmos, na próxima semana, fazer este Senado parar para que o Presidente da República pense nos aposentados, V. Ex<sup>a</sup> pode chegar a sua casa e dizer assim: “Os aposentados deste País vão mesmo morrer à míngua, porque não se tem mais para onde apelar”. Ou nós mostramos ao Presidente da República o dever dele de proteger esses cidadãos que tanto trabalharam por este País e que estão morrendo à míngua, Presidente, ou então os aposentados vão dizer assim: “Morreu a nossa última esperança; a nossa última esperança eram os Senadores, a nossa última esperança eram alguns Senadores que ainda pensavam em nós”. Se nada fizermos, eles haverão de desistir da esperança, mas nós não podemos deixar esse plano falhar.

Conto com V. Ex<sup>a</sup>, como homem guerreiro, como homem sensível; conto com os Senadores de sensibilidade, Senador Jefferson Praia, eu conto. O projeto não é meu; é do Senador do Paim, do PT, um Senador sensível, um Senador de coração aberto, um Senador que fala com o coração, um Senador que atua com o coração, um Senador que quer dar o seu sangue – já disse a mim – por essa causa dos aposentados.

A partir da próxima semana, nós temos de alertar o Governo, numa atitude deste plenário; temos que parar este Senado. Sei que não é bom, sei que não é um caminho, sei que não é uma boa atitude, mas não tem outra. Não tem outro meio. Estamos fazendo isso como uma boa ação, como uma proteção a uma classe que está morrendo à míngua. Temos que fazer isso. E nós vamos fazer.

Nossa Senhora de Nazaré, Senador, vai nos ajudar; a minha Santa Filomena vai estar presente dentro do meu coração na próxima semana para que tudo dê certo, Senador, para que os aposentados possam confiar no Senado Federal.

Conto com V. Ex<sup>as</sup> e com todos os Senadores que se prontificaram a defender os velhinhos sofridos do meu País.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante e contundente discurso do Senador Mário Couto, que representa o PSDB do Estado do Pará, denunciando a violência e denunciando a falta do Governo para com os aposentados do Brasil, convidamos para usar da palavra o Senador que representa Minas Gerais e o meu Partido, o PMDB, o Partido majoritário do Brasil e do Senado. Minas, reconhecendo a bravura, a história do **Libertas quae sera tamen**, Minas, saudosa de Juscelino Kubitschek, sacado daqui, humilhado, mas ficou na História como o maior exemplo de realizador e democrata... Tancredo Neves e V. Ex<sup>a</sup>, ele abraçou o candidato do PMDB...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, meu amigo e Presidente neste momento, demais Senadores, na verdade, V. Ex<sup>a</sup> acaba de ler o meu pensamento e minhas idéias, porque eu vim à tribuna falar um pouco sobre o nosso Partido, o Partido do qual V. Ex<sup>a</sup> é um dos alicerces.

O Presidente tem toda essa grande aprovação neste momento, mas muito antes V. Ex<sup>a</sup> já estava ao lado do povo no Piauí. Chegou a ter momentos maravilhosos e com certeza eles voltarão, porque V. Ex<sup>a</sup> é um homem do povo. Começou operando e daí o seu apelido de Mão Santa, ajudando os mais sacrifi-

cados. É uma honra muito grande estar ao seu lado no Senado.

Na verdade, Senador Mão Santa, recebemos um relatório com a posição do nosso Partido nessas eleições e eu gostaria de falar aqui para os telespectadores da *TV Senado* e também para os Senadores presentes. O PMDB é um partido que não tem dono, como V. Ex<sup>a</sup> bem sabe. Muitos dizem que a todo momento há confusão no PMDB porque é um Partido em que tudo é decidido no voto, cada um dá o seu voto, e dali saem sempre as decisões com a maioria dos votos. Já tive oportunidade, na reunião dos Senadores na Liderança, de votar para decidir qual seria o nosso candidato à Presidência da Casa – no caso, o escolhido foi o Senador Garibaldi, quando também concorria o Senador Pedro Simon. No PMDB vale o voto, porque o partido não tem dono. V. Ex<sup>a</sup> conhece bem o nosso Partido e sabe que sempre após uma grande discussão acaba saindo uma votação e quem perdeu ou ganhou aceita o resultado, e vamos para a luta.

Então, eu gostaria, Senador Mão Santa, de passar alguns dados que chegaram às minhas mãos.

O PMDB, como se sabe, foi o Partido que elegeu o maior número de vereadores, Senador Mão Santa: 7.903 vereadores e 1.200 prefeitos, até o momento.

O exame quantitativo do número de prefeitos eleitos, cotejando-se com a eleição de 2004, demonstra que o número de eleitos do PMDB cresceu mais de 13%, pulando de 1.065, em 2004, para 1.200 prefeitos agora.

O PT saiu de 422 para 548.

O PSB oscilou positivamente de 178 para 309.

E o PCdoB cresceu 300%, saindo de 10 prefeituras para 40.

O PP também teve desempenho expressivo, com 547 prefeituras, contra 533 na última eleição.

Então, veja bem, Senador. Mão Santa, os dois partidos mais identificados como oposição vêm verificando acentuada queda na representação popular, na esfera municipal e nacional. Vou citar aqui somente os números do PMDB – é o que interessa.

Em 2004, tínhamos 1.065 prefeituras; agora temos 1.194 e vai aumentar ainda porque nas principais capitais do País nossos candidatos estão disputando o segundo turno: o Fogaça, em Porto Alegre; Dário Berger em Florianópolis; a grande sensação desse momento, que é o Quintão, em Belo Horizonte, garoto jovem, promissor. Ele já foi vereador e deputado estadual. Atualmente tem um mandato de deputado federal. Ele está demonstrando que Minas, como bem sabem, tem uma comida maravilhosa e lá não se come prato feito. Atualmente em Minas, quando a gente chegava ao restaurante e pedia um prato, não havia cardápio;

só existia aquele prato que era imposto pelo Governador e pelo Prefeito. Agora há um prato novo, que se chama Quintão e está no segundo turno nessa eleição que vai se realizar no próximo domingo.

Temos candidato também no Rio de Janeiro, Eduardo Paes disputando com Gabeira; temos em Belém nosso candidato Priante muito bem colocado. Acreditamos que vai ganhar.

Nosso Partido não tem dono e vem conquistando a maioria das capitais do País.

Outra análise que merece atenção, ainda não realizada por veículos da imprensa, se refere à quantidade de votos dados aos partidos, valioso patrimônio a ser observado, cultivado e multiplicado para os próximos anos.

Agora, em 2008, novamente o PMDB recebeu a grande massa de votos, sendo seguido pelo PT, PSDB, Democratas, PP, PDT, PSB, PT do B. Na eleição para a Prefeitura, o PMDB superou o PT em quase dois milhões de votos. O dado referente a votos dados a mais para o PMDB comparado com o PT é relevante pelas circunstâncias do pleito: apesar de o Presidente Lula, nosso querido Presidente, estar com popularidade estratosférica, os programas sociais do Governo foram massificados pelo PT no horário gratuito e candidatos não petistas, embora aliados, foram proibidos de utilizar a imagem presidencial em vários Estados por decisão da Justiça Eleitoral. A eleição municipal em primeiro turno reelegeu dois Prefeitos do PMDB: em Goiânia, Iris Rezende, meu grande amigo, e em Campo Grande, Nelsinho Trad. Ocorre que o Partido disputa seis outras capitais em segundo turno, com reais chances de vitória em cinco delas – eu acredito que são seis, não são mais cinco. As disputas com chances concretas de vitória serão no Rio de Janeiro, com Eduardo Paes, aumentando o peso do Governador Sérgio Cabral no cenário nacional; em Porto Alegre, com José Fogaça; em Florianópolis, com Dário Berger; em Salvador, de João Henrique; e em Belo Horizonte, o ascendente Quintão, meu grande amigo. Dizem que tem menos chance em Belém com José Priante, o que não é verdade. Isso mostra que, ao contrário de surradas profecias, o PMDB reafirmou seu caráter de partido nacional e não está sendo expurgado para grotões e periferias, como vaticinavam alguns analistas políticos quando da adesão do partido à base de sustentação do Governo Lula. O retorno do partido à condição de expressão nacional manifestou-se também na eleição de 2006.

A tal “pefelização” do PMDB não ocorreu. Os dois remanescentes herdeiros do bipartidarismo enfrentam agora trajetórias diversas: o PMDB, a cada eleição, expandindo-se e reafirmando seu traço nacional; o outro

partido amargando consecutivas derrotas em níveis estressantes na queda de representação e perda de votos. Se o processo de emagrecimento eleitoral não for contido, é natural pensar, a médio prazo, na fusão dos partidos de oposição.

O PMDB segue sendo nos últimos dois pleitos o maior patrimônio político-partidário do Brasil. É a sigla que mais elege pela segunda vez consecutiva e, por isso, é o maior patrimônio político-partidário do País.

O PMDB é hoje o partido que contabiliza sete Governadores – Sérgio Cabral, Paulo Hartung, Eduardo Braga, Luiz Henrique, André Puccinelli, Marcelo Miranda e Roberto Requião –, a maioria sólida no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, o maior número de Deputados Estaduais, 163 em todo o Brasil, e agora o maior número de Prefeitos e Vereadores, podendo superar o PT em capitais, durante o segundo turno.

Os partidos identificados como governistas e que assumiram temas associados ao Governo Federal em suas campanhas somaram 66 milhões de votos em todo o País, superando os 5,3 milhões de votos nas eleições de 2006, ou seja, a cada três votos depositados nas urnas, dois foram para os governistas e um para a oposição, o que converge com as sondagens de satisfação da população em relação ao Governo, cujos índices registram dois terços de aprovação.

Entre os governistas, o PMDB foi a legenda que mais cresceu em número de votos. Cotejando com as eleições de 2006, foram 4,6 milhões de votos a mais, ficando a segunda colocação para o PT, com 3,4 milhões de votos adicionais, entre 2006 e 2008.

Isso, inquestionavelmente, se deve à reinserção do PMDB em grandes centros de concentração eleitoral, nos quais o PMDB tinha participação periférica ou de espectador. Destaca-se o Rio de Janeiro, onde Eduardo Paes superou 1 milhão de votos, e Belo Horizonte com o candidato Leonardo Quintão atingindo meio milhão de votos, e a repetição de boas votações: João Henrique em Salvador; José Fogaça em Porto Alegre; o bom desempenho de Dário Berger em Florianópolis; e José Priante em Belém.

Veja bem, então, Senador Mão Santa, que o PMDB em 2006 teve 13,5 milhões de votos e agora, em 2008, 18,1 milhões de votos, ou seja, 4,6 milhões de votos a mais em todo o País.

A todo momento, procuram fazer acordo com a gente, como aconteceu na eleição na Câmara e no Senado. Agora também têm de fazer acordo para eleger Deputados estaduais e Prefeitos porque nós não paramos de crescer nunca.

Diante disso, quero também falar do PMDB em Minas Gerais. É claro que a lista não está atualizada porque temos alguns dados – aqui eu coloquei nos

os candidatos a prefeitos que vão disputar o cargo no segundo turno como se fossem prefeitos nossos, eleitos. Há 119 Prefeitos do PMDB eleitos em Minas Gerais e 120 Vice-Prefeitos, num total de 239 Chefes de Executivo, ou seja, 28% dos Municípios do Estado de Minas Gerais.

Eu quero citar aqui – se der para citar todos porque eu acho que é muito importante, neste momento, citar os Prefeitos que foram eleitos porque, para ser eleito, passa-se por uma batalha tremenda, com vereadores lutando para elegerem o chefe do Executivo.

Vou tentar citar todos os nossos Prefeitos eleitos, se o Presidente me der tempo. Serão muitos. Não tenho culpa se o Partido elege tantos, não é, Senador Leomar Quintanilha? V. Ex<sup>a</sup>, que também é do nosso Partido, sabe que o nosso Partido está em um momento maravilhoso, crescente.

Vamos lá, por Municípios:

Aimorés, foi eleito o nosso candidato Marcelo Marques; Além Paraíba, Wolney Freitas, reeleição; Alto Jequitibá, Daniel Quimarães; Araguari, meu querido amigo Marcos Coelho de Carvalho, de quem participei ativamente da eleição; Arapora, Valdir Inácio Ferreira, também reeleição; Barbacena, Danuza Bias Fortes. É claro que temos que ter um carinho especial por Barbacena porque é a cidade do nosso Ministro Hélio Costa, com quem eu compartilhei da eleição para Senador. Se alguém aqui deseja ser Governador do seu Estado tem que ganhar na sua cidade. E aqui foi de lavagem. O Ministro Hélio Costa, o Senador Hélio Costa fez um grande trabalho e elegemos, em Barbacena, Danuza Bias Fortes; Barra Longa, Fernando José Carneiro; Belo Horizonte. Em Belo Horizonte, nós temos um segundo turno maravilhoso com Leonardo Quintão, que muitos classificam de jovem, mas tem história: já foi vereador, deputado estadual, Deputado Federal com mandato. É uma pessoa a quem... no início dessa campanha, por ele ser um evangélico e ter como seu vice um católico, foram os dois jovens que sempre tiveram mais fé do que todo mundo. Sempre acreditaram nessa vitória, sempre acreditaram que Belo Horizonte não ia aceitar a imposição de alguém... Fico realmente, neste momento, que estou aqui falando sobre Belo Horizonte, onde eu tenho o maior carinho, o maior respeito pelo Governador Aécio Neves, da minha geração, que transformou Minas em um Estado moderno... O choque de gestão é um sucesso, hoje, em todo o País, mas, talvez, ele tenha recebido um recado da população.

E a política, Senador Jefferson Praia, é fascinante por isto: quando você pensa que está com tudo, acha que pode fazer o que quiser, o povo manda um recado: não, não é isso aqui, não. É desse jeito. E o Governador Aécio, já ouvi algumas declarações, disse que

aconteça o que acontecer no domingo, ele vai fazer uma declaração na segunda.

Tenho certeza de que o nosso candidato, Leonardo Quintão, ganhando a eleição, vai compor com o Governador, porque o Governador também é da geração do Leonardo Quintão. Não há por que tratar de confrontos por uma vitória maravilhosa como essa que o Quintão está tendo em Belo Horizonte. E tenho certeza que, após a eleição, o nosso candidato vai sentar e conversar com o Governador, porque, afinal de contas, os dois vão fazer grandes trabalhos, tanto por Belo Horizonte, como o Governador Aécio já vem continuando, como pelo Estado de Minas Gerais.

Temos também: Belo Vale, Wanderlei de Castro; Bom Jardim de Minas, Joaquim Laércio Rodrigues; Bom Jesus da Penha, Adenio Siqueira; Bonfim, Dejair César Ribeiro Campos. Quero dizer que todas essas cidades são do PMDB, Senador. Todas essas daqui são Prefeitos eleitos do PMDB. Cachoeira da Prata, Domicio de Campos; Cachoeira de Pajeu, Edmundo Correa; Caiana, Sebastião de Sales Rodrigues; Campanário, Cirilo José da Silva Costa; Capitólio, José Gonçalves Machado; Carmésia, Roberto Keller Carvalho Gonçalves; Carmo de Minas, Yuri Vaz de Oliveira; Carmo do Rio Claro, Antonio Vitor; Carneirinho, Dalva Maria de Queiroz Tiago; Carvalhos, Prefeito José Geraldo de Souza; Cedro do Abaeté, Hilário Darck dos Reis; Centralina, meu querido amigo Joélio. Parabéns pela reeleição. Claro dos Poções, Maria das Dores; Coluna, Jarbas Luiz de Oliveira; Conceição da Barra de Minas, Cornélio Galdino de Paiva; Conceição do Pará, José Cassimiro Rodrigues; Coromandel, Dione Maria Peres; Coronel Pacheco, Edelson Sebastião Meireles; Cristiano Otoni, temos aqui o xará do nosso querido amigo José Nery, foi reeleição; Curvelo, José Maria Penna Silva; Descoberto, Luiz Fernando de Oliveira; Desterro do Melo, Márcio Celso de Araújo Tafuri; Diamantina, Geraldo da Silva Macedo; Dionísio, Weber Americano; Dom Silverio, José Maria Repoles; Dores de Campos, Ilídio Antônio de Melo Neto; Dores de Guanhaes, João Eber; Engenheiro Caldas, Juarez Contin Jr.; Entre Folhas, Ailton da Silveira; Espera Feliz, Aloísio Barbosa; Estiva, João Gualberto; Eugenópolis, Rômulo Augusto; Fernandes Tourinho, Vicente de Paula Germano; Florestal, Derci Alves Ribeiro Filho; Goiana, Geraldo Coutinho de Oliveira; Guarda-Mor, Gilmar Ferreira dos Santos; Guidoal, Elio Lopes; Illicinea, Aluísio Borges de Souza; Inhapim, Grimaldo de Oliveira Bicalho.

Vou ter que tomar uma água, Sr. Presidente, porque, realmente, são muitos Prefeitos eleitos. É um total de 853 Municípios que temos em Minas Gerais. Quantos Municípios V. Ex<sup>a</sup> tem no seu Estado?

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Praia. PDT – AM) – Sessenta e dois Municípios, Senador Wellington Salgado. V. Ex<sup>a</sup> tem o tempo que achar necessário para fazer a sua exposição.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Ok! Muito obrigado, Sr. Presidente.

Inhapim, Grimaldo de Oliveira Bicalho; Inhaúma, Murilo França de Lima; Itabirito, Manoel da Mota Neto; Itacarambi, Rudimar Barbosa; Ituiutaba, meu querido amigo Públio Chaves – parabéns pela vitória maravilhosa, lutou até fim e ganhou de um prefeito que também é um grande amigo, mas que não é do PMDB –; Jacinto, Carlos Dantes Ferraz de Melo; Jacutinga, Darci de Moraes Cardoso; Jequeri, Maria das Dores; Joaquim Felício, Eliana Colen; Jordânia, Amaury Martins; Lagoa Dourada, Antônio Carlos; Lagoa Formosa, Edson Machado de Andrade; Lajinha, Sebastião Moreira; Leandro Ferreira, Edson Correia; Madre de Deus de Minas, José Eutásio; Mar de Espanha, Jair Teixeira; Marilac, Edmilson Valadão; Medeiros, Weber Leite; Miradouro, Wagner Figueiredo; Mirai, Sérgio Luiz Resende; Monsenhor Paulo, Pedro Paulo Pagoni; Montes Claros, Luís Tadeu Leite – este está no segundo turno, e nosso Ministro Hélio Costa está trabalhando, porque é importante para o Ministro eleger o Prefeito dessa cidade, que vai contar com um prefeito de um partido que tem seis Ministérios, como o PMDB, Partido com a maioria no Senado, a maioria na Câmara e, agora, a maioria de vereadores e também a maioria de prefeitos –, Nova Porteirinha, Wilmar Soares; Oliveira, Ronaldo Resende; Oliveira Fortes, Ilário Aparecido; Ouro Preto, Angelo Oswaldo – reeleição; Paracatu, Vasco Praça; Paraguaçu, Gantus Nasser; Passabem, José Lourenço; Passos, José Hernani Silveira; Piedade de Caratinga, José Lopes da Silva; Poço Fundo, Carlos Alberto; Pratinha, Antônio Lelles; Presidente Kubitschek, Lauro de Oliveira; Riachinho, José Vilmar Silva; Rio do Prado, Alvimar dos Anjos Silva; Rio Espera, Luiz Balbino Moreira; Rio Pomba, Fernando Antônio Dutra Macedo; Rio Vermelho, Wilson Ventura Batista; Rochedo de Minas, Ricardo César Cândido da Silva; Sabinópolis, Geraldo Santos Pires; Sacramento, Wesley de Santi Melo; Santa Luzia, Gilberto da Silva Doneles; Santa Rita do Itueto, Firmino Ton; Santo Antônio do Amparo, Evandro Paiva; Santo Antônio de Aventureiro, Paulo Roberto Pires; São Francisco de Sales, Ernani Barbosa; São Geraldo do Baixio, Wellerson Valério Moreira; São João da Mata, Luciano Moreira Franco; São João Del Rei, Nivaldo José de Andrade; São Joaquim de Bicas, Antônio Carlos Resende; São Pedro da União, Paulo Geraldo Honório Pereira; São Pedro do Suacuí, Prefeito Serafim Ciriaco de Oliveira; São Sebastião do Anta, João Batista Vinha; São Tomás

de Aquino, Maria Helena Rodrigues; São Vicente de Minas, Maria Lindalva; Senhora dos Remédios, Sônia Maria; Sobrália, Wilson Ferreira Neto; Soledade de Minas, Geraldo Emiliano dos Santos; Tapira, Lavater Pontes Júnior; Tiradentes, Nízio Barbosa.

Tiradentes é uma cidade maravilhosa. V. Ex<sup>a</sup>, se tiver oportunidade... Há restaurantes maravilhosos, é uma cidade que o Governador frequenta bastante. Ele passava suas férias lá. É a cidade dele.

Três Pontas, Glimaldo Paiva; Turmalina, Zailson João Macedo; Uberaba, meu querido amigo Anderson Aduato, ex-Ministro. O Prefeito Anderson é um daqueles políticos que já foi tudo: Prefeito, Vereador, Deputado Estadual, Presidente da Assembléia, Deputado Federal, Ministro e, agora, Prefeito reeleito. Umburatiba, Clodoaldo José Vital; Uruana de Minas, Tânia Menezes Lopes; Vespasiano, Carlos Moura Murta; Virgínia, João Bosco Brito Negreira (reeleição); Virgolândia, Francisco de Souza Leite.

Há aqui também, Sr. Presidente, os Vice-Prefeitos eleitos. Mas realmente eu só queria deixar aqui bem clara a minha homenagem aos Prefeitos que eu acabei de ler que ganharam a eleição no nosso Partido em Minas Gerais. Sinto-me muito feliz porque, muitas vezes, esses dados...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Wellington Salgado...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Concedo um aparte ao Senador Mão Santa, um dos monstros sagrados do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A história do PMDB se enriquece com a história de Minas. Aqui mesmo ninguém esquece Juscelino Kubitschek. Embora tenha sido eleito Senador por Goiás, foi fonte de inspiração para isso tudo, e Tancredo, até deste Parlamento, que chegou a ser Primeiro-Ministro num momento maior de crise e, sem dúvida nenhuma, se imolou pela redemocratização. Então, Minas está aí. Mas eu queria acrescentar dois itens: primeiro, São Paulo, que é a maior densidade. Não querendo reviver o café-com-leite que marcou a nossa república velha, lá vai o DEM, mas é porque tem uma mulher do PMDB: Alda, candidata a vice-prefeita.

Vemos aí que estão disparando – eu estive lá no fim da semana passada –, principalmente os nordestinos, porque os nordestinos que estão em São Paulo são crentes no trabalho, amantes do trabalho e agradecidos a ele. Como diz Rui Barbosa, o trabalho vem antes, o trabalho e o trabalhador fazem a riqueza. Então, os nordestinos estão lá com esta chapa: Kassab e o PMDB. Uma mulher, engenheira, que teve algumas tentativas políticas que não deram certo, mas isso faz parte. O Abraham Lincoln teve várias, assim como Rui

Barbosa. Ela agora é vitoriosa, candidata que mostra a força do PMDB feminino em São Paulo. Eu queria advertir e convocar V. Ex<sup>a</sup>, que traduz Minas, o histórico, e o Ministro que V. Ex<sup>a</sup> representa, Hélio Costa, que é um dos líderes dessa campanha do Quintão e do povo de Minas. V. Ex<sup>a</sup> citou esses números tão bem – e um quadro vale por dez mil palavras. O Brasil se conscientizou, e V. Ex<sup>a</sup> disse que, quantitativamente, o povo do Brasil escolheu o PMDB. Agora, eu queria que ficasse claro aqui que nós somos qualitativamente bem melhores que os que estão aí no PT que conhecemos, lá fora, no País, no Piauí e aqui. Nós somos também quantitativamente. Então, leve a mensagem do Piauí para os dois Estados que fizeram essa democracia: ela nasceu lá com *libertas quae sera tamen*, com sacrifício de Tiradentes, e nós, na Batalha de Jenipapo, expulsando os portugueses do Brasil. Então, eu queria lhe lembrar que, além dessa grandeza, temos aqui, que é o ápice do Poder Legislativo, 21: Almeida Lima, ex-Prefeito; Casildo Maldaner, ex-governador; Garibaldi, ex-governador; Geraldo Mesquita Júnior; Gerson Camata, ex-governador; Gilvam Borges, ex-governador; Jarbas Vasconcelos, ex-governador; José Maranhão, ex-governador; José Sarney, ex-presidente da República; Leomar Quintanilha; Lobão Filho, que representa seu pai, que é ex-governador; Mão Santa, ex-governador do Piauí; Neuto de Conto; Paulo Duque – Paulo Duque é do tempo de Getúlio; foi líder do PMDB de Getúlio, naqueles tempos, antes do suicídio, grande líder; Pedro Simon, maior patrimônio da política deste País, ex-governador; Renan Calheiros, já foi ministro; Romero Jucá, ex-governador; Roseana Sarney, ex-governadora; Valdir Raupp, ex-governador; Valter Pereira e Wellington Salgado Filho. Aqui é como diz a Bíblia: os últimos serão os primeiros. Então, não vamos abdicar de escolher o Presidente desta Casa. Não pode. Não é um desrespeito a um, é a todos nós. Esse recado é claro. Não fiz negociata. Só tenho uma correção a fazer: V. Ex<sup>a</sup> disse que o PMDB não tem dono. Tem dono: é o povo. “Ouça a voz rouca das ruas” – encantado do fundo do mar, Ulysses dizia. E quem está – ouça a voz rouca das ruas – é o povo. Esse é o dono do PMDB, o povo do Brasil!

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> se referiu ao Senado Federal. Tempos atrás, eu estava fazendo um estudo, aquele momento em que se começa a analisar alguns dados importantes. Nós temos hoje um Executivo muito forte, que é o Presidente Lula. Isso é inquestionável. Nós temos um Judiciário muito forte, com a presença do Presidente Gilmar Mendes, no Supremo, no Conselho Nacional de Justiça. Nós temos

que ter também alguém forte no Congresso Nacional. Nós temos que saber escolher o nosso Presidente.

Eu estive fazendo uma análise matemática e um pouco grotesca, Senador Mão Santa, Sr. Presidente, em que somei quantos votos existem na Câmara dos Deputados. Peguei cada Deputado – estava sem sono – para ver quantos votos teve e saí somando os votos dos 503...

**O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO)** – Quinhentos e treze.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Quinhentos e treze Deputados. Eu confundo com Minas que tem 853 Municípios. Os 513 deram algo em torno de 50 milhões de votos. Aí eu fui ver quantos votos o Presidente Lula teve. Na primeira eleição, foi algo perto de 52 milhões, na segunda 56 milhões de votos. Aí eu falei: bom, o Presidente Lula ganha da Câmara em votos. Aí eu comecei aqui no Senado a fazer uma análise. Quantos ex-governadores? Pode ser que tenha mudado e que tenham assumido outros Senadores, mas temos nesta Casa, Senador Mão Santa, 25 ex-governadores. Eu fui somar os votos dos Senadores que estão aqui, dos 81 Senadores: 120 milhões de votos! Não importa se é 1/3, 2/3 ou se é um candidato. Mas 120 milhões de pessoas optaram, escolheram, vai ser este aqui com seus suplentes. Então a força do Senado é algo... Esta é realmente a Casa da democracia. Por aqui passam governadores, ex-prefeitos – Ministros, eu ainda não fiz essa conta, Senador Quintanilha, mas com certeza ainda farei.

Ou seja, o Senado Federal é realmente uma Casa que tem que ser respeitada. E ultimamente temos visto algumas agressões a esta Casa. Fruto de quê? Do processo democrático, do fortalecimento do Executivo, do fortalecimento do Judiciário. Agora, temos que fortalecer a nossa Casa. Tem que ser eleito, em janeiro, um Presidente que possa equilibrar em prestígio, em respeitabilidade. Não quero dizer que o nosso Presidente não esteja neste momento gozando desses adjetivos de que estou falando. Mas foi um Presidente eleito para um mandato tampão, um Presidente que já foi, inclusive, Governador, Prefeito, tem tudo para exercer corretamente a Presidência, mas veio devido a alguns problemas que aconteceram nesta Casa.

Então, no ano que vem, vamos ter a calma, a tranquilidade de eleger um Presidente que possa equilibrar os três Poderes, que possa dar a esta Casa o mesmo prestígio que hoje o Presidente Lula dá ao Executivo e o Presidente Gilmar Mendes dá ao Judiciário.

Acho que aí, sim, os três Poderes estarão equilibrados; aí, sim, vamos ter que tomar atitudes firmes nesta Casa, para que o Senado volte a ter o prestígio que sempre teve. Temos de acabar com essa conver-

sa que aqui alguns Senadores falam: “não, porque o Senado é isso...” Não existe um Senador mais forte do que os 81 Senadores desta Casa. Não existe nenhum Senador que tenha 120 milhões de votos. E aqui – esqueci de falar – ainda temos ex-Presidentes: temos aqui o ex-Presidente Collor, que está de licença; o ex-Presidente Sarney e o Presidente Marco Maciel – por que não? –, que já foi Presidente várias vezes e conheceu muito bem o que é exercer o Poder Executivo.

Então, Sr. Presidente Senador Jefferson Praia, obrigado pela paciência de V. Ex<sup>a</sup>, que espero retribuir algum dia.

**O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO)** – Senador Wellington Salgado, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Concedo um aparte ao Senador Leomar Quintanilha.

**O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO)** – Senador Wellington, antes de V. Ex<sup>a</sup> encerrar, atento que estive durante todo o seu pronunciamento, em que V. Ex<sup>a</sup> comemora – e com propriedade – o bom desempenho do PMDB...

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Do nosso partido.

**O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO)** – ... nosso partido, na disputa das eleições municipais em todo Brasil, eu gostaria só de lembrar a V. Ex<sup>a</sup> – nós ainda não tínhamos tido tempo de comentar a respeito – que, também no Tocantins, Estado que tenho a honra de representar nesta Casa, o desempenho do PMDB foi o melhor. Fizemos o maior número de Prefeitos e fizemos um número expressivo de Vice-Prefeitos e de Vereadores, demonstrando uma interação perfeita entre o partido, seus representantes, seus líderes, suas propostas e o que pensa e sente o povo tocantinense e, de resto, o que sente o povo no Brasil, ao confiar, ao acreditar nas propostas defendidas pelos líderes que escolheram nessa legenda, no PMDB. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup> pelas informações que traz à Casa nesta tarde.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Muito obrigado, Senador Leomar Quintanilha, V. Ex<sup>a</sup>, que chegou a esta Casa também no nosso partido, eleito pelo povo de Tocantins. Já estive presente em grandes lutas de V. Ex<sup>a</sup> pelo seu Estado, que está muito bem representado aqui. Quer dizer, é fruto também dessa base eleitoral, porque, para se chegar ao Senado Federal, tem que ter essa base que V. Ex<sup>a</sup> e o nosso partido acabam de eleger em Tocantins, para que possa, daqui a dois anos, o partido trazê-lo, para que possam elegê-lo outra vez

Senador da República, porque realmente V. Ex<sup>a</sup> tem contribuído demais para o Estado de Tocantins.

O Estado de Tocantins, inclusive, é um Estado recente, jovem, que precisa ter um representante à altura e que possa também estar num partido como o nosso, que tem seis Ministérios e tudo isso que eu acabei de falar. Quer dizer, isso mostra a força de alguém que seja eleito no nosso partido, porque aí se tem todo o trânsito. V. Ex<sup>a</sup> goza de um trânsito estupendo junto aos Ministérios, junto ao nosso partido, junto aos Ministros, junto ao Presidente, o que é importante. Não se pode errar. Se errar, você acaba prejudicando o seu Estado. Então, o PMDB vive um momento maravilhoso. Acho que podemos, depois do dia 26, apresentar novos relatórios – tenho certeza. Não sei se nosso partido em Tocantins tem alguns também no segundo turno. Já fechou tudo? Já é o maior partido em Tocantins. O Senador Mão Santa trabalhou muito também no Piauí. Então, me dá um prazer muito grande pertencer a esse partido.

Era isso que eu tinha a colocar esta tarde aqui, Senador Jefferson Praia.

Obrigado mais uma vez.

*Durante o discurso do Sr. Wellington Salgado de Oliveira, o Sr. Mão Santa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Praia.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leomar Quintanilha, do PMDB de Tocantins. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Heráclito Fortes e, logo após, o Senador Mão Santa.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PMDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Jefferson Praia, que conduz os trabalhos desta Casa nesta tarde, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero fazer um registro que não tive oportunidade de fazer na semana passada, com relação à criação do Estado de Tocantins.

O Tocantins, que completa 20 anos de vida, nasceu da força do apelo popular, por via de seus representantes, que, em Assembléia Nacional Constituinte, resolveram transformar em Estado da Federação as belas paragens ao norte do Estado de Goiás, cingidas pelos rios Araguaia e Tocantins, uma região remota, esquecida, abandonada, cuja população sofria muito em decorrência exatamente desse abandono e das dificuldades que tinha o Governo de Goiás de atender a essas necessidades.

Mas, finalmente, aquele povo corajoso e esperançoso viu, no dia 5 de outubro de 1988, na Casa das

grandes decisões nacionais, no Congresso Nacional, ser conquistada sua autonomia, sua independência.

Esse seguramente foi o maior prêmio, o maior presente que a população, desde o mais humilde até o mais importante tocantinense, poderia receber: a constituição, a criação do Estado do Tocantins, com a conquista da sua autonomia, da sua independência.

O Tocantins, nesse período de 20 anos, teve apenas três Governadores: Siqueira Campos, Moisés Avelino e Marcelo Miranda. E cada um, a seu tempo, deu a sua contribuição para que os esforços necessários para empreender o desenvolvimento daquela região, para consolidar um Estado recém-criado, pudesse acontecer.

Eu gostaria de registrar alguns números para quem conheceu a história geográfica do Brasil quando o Tocantins ainda era a região norte de Goiás – região que foi conhecida pelo seu atraso, pelo sofrimento da sua gente, como o “corredor da miséria”. Nós vimos, depois das dificuldades que experimentava a população, que vivia à mercê de sua própria sorte, uma transformação tão contundente, tão forte e tão maravilhosa que nos deixa hoje felizes ao comemorar, juntamente com cada cidadão, com cada homem e com cada mulher do Estado do Tocantins, a extraordinária vitória que o Estado alcançou desde a sua criação.

Eu costumava lembrar que nós tínhamos dois dados para avaliar a situação de dificuldades que enfrentava o Tocantins, enquanto norte de Goiás. Na área social, apenas 62 leitos hospitalares públicos funcionavam para atender às demandas de quase um milhão de habitantes. Quanto às estradas, abstraída a rodovia Belém–Brasília, a BR-153, o Tocantins, com 278.420km<sup>2</sup>, quase a mesma dimensão do que ficou remanescente em Goiás, quase a mesma dimensão do Estado de São Paulo, tinha apenas 260km de estradas pavimentadas. Por aí, nós podemos avaliar as outras situações que impingiam tanto sofrimento à população.

Hoje, na área da saúde, o Tocantins tem um vigoroso sistema de saúde implantado, distribuído em hospitais de baixa, média e alta complexidade, estrategicamente distribuídos nas diversas regiões do Estado, para poder atender às demandas de sua população. Hoje, comemoramos com alegria que o Tocantins já tem várias unidades de tratamento intensivo (UTI). Isso não existia; nem pensar! Hoje, no Tocantins, já fazemos cirurgias do coração, dado o estágio de desenvolvimento e avanço na estrutura de saúde implantada no Estado.

Na área da educação, nós tínhamos quase que a metade da população infantil fora da sala de aula pela inexistência de uma estrutura que suportasse a

demanda. Hoje, não só universalizamos o atendimento como melhoramos, substantivamente, as unidades de ensino, distribuídas em todos os Municípios, inclusive na zona rural, oferecendo, cada vez mais, ensino da melhor qualidade às nossas novas gerações.

Investimos também no ensino superior. Existiam, à época da criação do Tocantins, dois *campi* avançados da Universidade Federal de Goiás, com cerca de 300 acadêmicos. Hoje, nossa realidade é outra: temos a Universidade Federal, temos a Ulbra, temos a Universidade Católica, temos o Objetivo. Há várias entidades de ensino superior que abrigam, hoje, mais de 30 mil acadêmicos e que detêm, no território tocantinense, no quadro docente, entre mestres e doutores, mais de 200 profissionais, que vieram mudar a perspectiva de desenvolvimento do Estado, em face da possibilidade de essa massa crítica poder discutir não só as dificuldades presentes, mas descortinar possibilidades de soluções dos problemas para o futuro.

Mais de 200 mestres e doutores hoje, repito, atuando não só na área pedagógica, mas também começando a participar de atividades de pesquisa, o que coloca o Tocantins na rota correta do desenvolvimento, porque, efetivamente, se quisermos desenvolver qualquer povo e qualquer nação, devemos cuidar, em primeiro lugar, da educação.

E, no Tocantins, fazemos um esforço muito grande, investindo desde a creche ao ensino superior, bem como no ensino profissionalizante, abrindo perspectivas para a população do Estado e abrindo o Estado para a possibilidade de concorrer, de igual para igual, com os Estados mais desenvolvidos.

Encontramos o setor de moradia, sobretudo na região norte de Goiás, em estado deprimente. Situação que agride a dignidade humana. Famílias e mais famílias, numerosas, abrigadas em casebres de taipa, de palha, parede e cobertura, que não ofereciam a segurança e o abrigo necessários a essas famílias, sobretudo nos períodos chuvosos. No programa de habitação, o Tocantins já ofereceu às populações mais pobres mais de 100 mil casas, que substituíram os casebres, que não ofereciam acomodação digna e adequada a muitos irmãos nossos naquele Estado.

Na área de saneamento básico, o Tocantins avançou muito. Criado com 62 Municípios e diversos povoados, hoje são 139 Municípios. Todos têm abastecimento de água tratada, de boa qualidade, o que é medicina preventiva, que cuida da saúde das pessoas. E já estamos procurando avançar no tratamento de esgoto.

No setor de transporte, a inexistência de estradas era um verdadeiro entrave para estimularmos a produção do nosso Estado. Eram 260km de estradas pavimentadas para uma extensão territorial enorme,

de mais de 278 mil km<sup>2</sup>. Hoje, comemoramos mais de 6.000km de estradas pavimentadas, de boa qualidade, que ligam as diversas regiões do Estado, integrando-o aos demais Estados brasileiros, estimulando a produção e o seu escoamento.

Segue hoje, no Tocantins, uma das mais importantes obras do Governo Federal: a Ferrovia Norte-Sul, uma ferrovia que se propõe a mudar a matriz de transporte deste País, que privilegiou, ao longo dos anos, a modal rodoviária, sabidamente a mais cara do mundo. Mas é no Tocantins, no seu eixo, está a Ferrovia Norte-Sul, inspirada ainda no Governo do Presidente José Sarney. De lá pra cá, os Presidentes Fernando Collor, Itamar e Fernando Henrique deram continuidade a esse projeto, ainda que de forma tímida. Entretanto, agora, no Governo do Presidente Lula, essa obra realmente se consolida. No seu primeiro ano de mandato, o Presidente Lula fez 200km, exatamente o que os seus quatro antecessores conseguiram fazer nos seus respectivos mandatos.

Ela continua em ritmo bastante acelerado, não só injetando, nas veias da economia do Estado, da economia do Brasil, valores expressivos, em razão das várias frentes de serviços ali utilizados, acendendo a expectativa e a esperança não só do Estado do Tocantins, mas do povo brasileiro, de que o País está no caminho certo para reduzir seu custo e caminhar diretamente rumo a um processo de desenvolvimento com visíveis benefícios para sua população.

Também na questão das hidrovias, o Tocantins foi abençoado por Deus. A natureza foi por demais dadivosa com o Tocantins, tendo lhe dado duas das mais importantes bacias nacionais: a do Araguaia e a do Tocantins. A do Araguaia, perfeitamente navegável, permite um curso de navegação de quase mil quilômetros dentro do território tocantinense ou à sua margem, na divisa do território tocantinense. Ainda não desenvolvemos essa modal de transporte em razão de pendências de natureza ambiental; porém, vamos superá-las, e essa hidrovia haverá de contribuir não só para o desenvolvimento do Tocantins como para a região Centro-Norte do Brasil.

Quanto à hidrovia do Tocantins, foram criados alguns obstáculos com a construção de usinas hidrelétricas, pois não foram, concomitantemente à construção destas, construídas as eclusas. Isso é um erro; uma falha que cometemos interrompendo o curso do rio, interrompendo a possibilidade de viabilização de uma hidrovia fundamental, haja vista que também corta o País no sentido Centro-Norte, o que poderá, efetivamente, dar uma contribuição muito grande ao nosso crescimento econômico.



**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Leomar Quintanilha...

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PMDB – TO) – Estou seguro de que também haveremos de vencer esses obstáculos.

Há poucos dias, visitando, na companhia do Governador Marcelo Miranda, o diretor do Banco Mundial, este disse, alto e bom som, a propósito da necessidade de vencermos as dificuldades da construção das eclusas para viabilizarmos a hidrovía, que o Banco Mundial via com bons olhos projetos dessa natureza e manifestou seu desejo de discutir com o Governo do Estado a possibilidade de alocar recursos, de financiar esses empreendimentos. E isso viria ao encontro dos interesses do Brasil, ao encontro dos interesses do Tocantins, e poderíamos, então, dar conseqüência à multimodalidade, somando também à rodoviária, que já temos, as modais ferroviária e hidrovía, a fim de aprimorarmos o transporte de bens que o País tem em todo o seu território.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Mão Santa, nosso querido companheiro e representante do glorioso Estado do Piauí.

**O Sr. Mão Santa** – Senador Leomar Quintanilha, o Estado do Tocantins enche de ânimo o Brasil, com o qual todos sonhamos. Tive o privilégio de conhecer Palmas em construção. Palmas, hoje, é uma “Brasiliazinha”. E Tocantins tem a pujança da sua gente: desenvolvimento da pecuária, desenvolvimento de minério, desenvolvimento universitário – há brasileiros estudando em universidade em Araguaína. E V. Ex<sup>a</sup> traduz a riqueza dessas lideranças, os extraordinários Senadores que representam o Estado: aquela mulher extraordinária, Kátia Abreu; V. Ex<sup>a</sup> e o João Ribeiro. Está aqui uma grandeza. Mas eu queria apenas dizer o que nos envaidece: Eu conheci o que acho que é o mais moderno hoje: o ensino universitário a distância. E, segundo tenho acompanhado – embora haja outras -, a que mais se desenvolveu no País foi a Eadcon. No Piauí, tem uns quatro mil universitários. Eu conheço a Eadcon de Teresina, com o Professor Juriti e a esposa: bem instalada, bem organizada. Tem uns quatro mil estudantes universitários, no Piauí, que recebem as aulas elaboradas por um professorado de alto nível. Acho que os empresários viram a proximidade com Brasília, porque aquilo é mandado via Internet, num momento, num instante, para o Brasil todo, no meio do Amazonas, no interior. Então, eu acho que o Tocantins saiu à frente na expansão do ensino universitário. Isso é tão importante, que não vamos longe, não. O Brasil tem de se educar, essa é a realidade. Eu não vou buscar o primeiro mundo, não, vou buscar o nossos vizinhos. Olha, se estudarmos o Brasil, hoje, não temos 9% de

brasileiros que atingem a universidade – são 8% e fração. Bem ali, na Argentina e no Chile, são muito mais de 20% os que atingem o ensino universitário. Eu vejo uma maneira de acompanharmos esses países mais civilizados que nós – e são mesmo, pela educação, que aqui é uma barbárie. Hoje, eu fiquei horrorizado com o discurso do Senador Mário Couto, do Estado do Pará: os Correios pagam pedágio a bandido para deixar entregar carta. Inclusive, ele denunciou que numa importante cidade do Pará, numa Avenida Bernardo Sayão – isso é avenida, por aquela figura ilustre que ajudou Juscelino a construir Brasília –, a prefeita devolveu a mensagem que ele mandou, de congratulação, porque os Correios não podem adentrar, tal a bandidagem. Isso é no Brasil todo, como nós vimos. V. Ex<sup>a</sup> viveu no meu Piauí. Naquele dia em que eu falei, eu nem sabia que V. Ex<sup>a</sup> também esteve em Paulistana. Esteve? No Piauí, como bancário? Onde?

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PMDB – TO) – Corrente.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Só em Corrente?

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PMDB – TO) – Só em Corrente.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – É, porque recebi *e-mail* falando da sua figura, da empatia que V. Ex<sup>a</sup> irradiou lá, logo depois dali.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PMDB – TO) – Naquela região de Curimatá, Avelino Lopes, Parnaíba, Gilbués.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Pois eu já recebi *e-mail* falando da simpatia que V. Ex<sup>a</sup> irradiou lá. Então, eu quero dizer que o Tocantins dá um grande exemplo para que nós tenhamos coragem de criar outros Estados no Brasil. Os Estados Unidos são em número de cinquenta, com uma área geográfica mais ou menos igual à nossa. O México tem menos da metade em área geográfica e tem 35 Estados. Então, o Tocantins é um exemplo do otimismo que o brasileiro precisa ter para ver a sociedade se agigantar. Quero crer que é isto: essa barbárie que nós vivemos é por falta de educação, e o Tocantins parte à frente com esse ensino moderno, a distância, levando o ensino universitário a todos os rincões distantes do País.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PMDB – TO) – Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> tem razão. A educação é o mais curto caminho para o desenvolvimento de qualquer povo, de qualquer Nação. Lá, no Tocantins, nós estamos conscientes disso, por isso estamos adotando o ensino a distância. Essa é a forma mais barata, mais inteligente, mais moderna de se promover a educação, de se universalizar a educação, de se democratizar a educação.

Aqueles que questionam o ensino a distância não estão bem informados. O ensino a distância é de muito maior qualidade que o ensino presencial. Primeiro, as aulas são organizadas, são preparadas por um conjunto de professores bem qualificados e, depois, elas são implementadas por um professor da melhor qualificação. Esses são professores que Municípios pequenos, Municípios pobres, como são a maioria dos Municípios brasileiros, jamais teriam condições de pagar, de manter numa escola convencional. Essas pessoas assistem às aulas dos melhores professores.

Não há quem possa negar que a televisão é um meio moderno, com uma capacidade de convencimento muito maior que essa forma tradicional que nós usávamos. Tanto é que, se você perguntar a qualquer pessoa sobre dados relativos a programas ordinários da televisão, sobre novelas, por exemplo, muitas delas serão capazes de responder, de pronto, às questões que lhe são colocadas. Por que não utilizar esse método moderno, que reduz custos, que vai lá no Município de dois mil habitantes, de mil habitantes? Como podemos impedi-lo? Ao contrário, temos de abraçá-lo. Por isso, no Tocantins, comemoramos e somos permanentemente gratos ao Ministro Borges da Silveira e ao Dr. Carlos Amastha, que são os precursores do ensino a distância. Ainda há, hoje, essa unidade lá no nosso Estado, que já presta serviço a outros Estados brasileiros e que já tem mais de 150 mil alunos. Esse ensino a distância tem ajudado o esforço do Tocantins para educar as suas novas gerações.

Então, eu creio que o Tocantins está no caminho certo.

Senador Mão Santa, Senador Heráclito Fortes, tive o privilégio muito grande, na minha vida, de poder viver no Estado de V. Ex<sup>as</sup>. Foi um período muito feliz da minha vida. À época, eu servia ao Banco do Brasil, fui gerente da agência de Corrente e convivi com o povo extraordinário do sul do Piauí: comerciantes, empresários, produtores. Foi, para mim, um enriquecimento pessoal o relacionamento muito forte que eu tive com os mais de vinte Municípios que eram jurisdicionados pela agência que eu dirigia. Foi, para mim, um momento rico e do qual jamais me esquecerei.

Mas voltemos ao Tocantins.

No que concerne à energia elétrica, o Estado tinha, quando criado, um verdadeiro arremedo de energia elétrica; era pura gambiarra. Não havia uma rede para transporte de energia que tivesse capacidade superior a 38 quilowatts, ou seja, não agüentava nada. A maioria dos Municípios não tinha energia confiável. Hoje, os 139 Municípios do Tocantins são abastecidos com energia elétrica confiável, e já levamos energia elétrica para o meio rural, inclusive para dar vazão a um pro-

grama do Governo do Estado, chamado Propertins, e ao Programa Luz para Todos, do Governo Federal, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Além disso, pela riqueza do potencial energético do Estado, hoje já produzimos muito mais energia do que utilizamos. O Tocantins, hoje, gasta 10% da energia que produz; 90% da energia elétrica que o Tocantins produz contribuem para o desenvolvimento de outras regiões deste nosso querido País.

A economia, centrada no setor primário, saiu de uma agricultura e de uma pecuária incipientes para uma agricultura moderna, para uma agricultura e uma pecuária mais agressivas. Hoje, o Tocantins produz soja, arroz, milho, feijão e está desenvolvendo mais de cinco grandes projetos de lavoura irrigada para grãos e frutas, o que, seguramente, vai mudar o cenário econômico do nosso Estado.

A pecuária é pujante, com mais de oito milhões de cabeças de gado de boa qualidade, de gado criado exclusivamente a pasto, que é, hoje, requerido não só pelo mercado nacional, mas pelo mercado internacional, que tem interesse na boa qualidade da carne produzida no Estado do Tocantins.

Estamos iniciando um processo de industrialização mais agressivo e mais pesado no Estado, para aproveitar o enorme potencial econômico do nosso Tocantins. Tanto é que, agora, está prestes a ser inaugurada uma indústria de base, uma indústria da Votorantim, para a fábrica de cimento na região de Xambioá.

Por essa razão, Sr. Presidente, temos motivos de sobra para comemorarmos em alto estilo os 20 anos que o Tocantins completa. E eu quero lhe dizer que há 20 anos sirvo ao Tocantins. Desde o seu primeiro dia de existência que o valoroso povo do Tocantins confiou a mim um dos seus mandatos de Deputado Federal, reelegeu-me Deputado Federal, elegeu-me e reelegeu-me Senador. Há 20 anos tenho trabalhado com afinco, dedicando-me por inteiro a esse processo de promoção social, de melhoria da qualidade de vida da nossa gente, do nosso povo e de desenvolvimento do nosso Estado do Tocantins. E hoje, ao fazer essa breve retrospectiva, ao ver o quanto o Tocantins cresceu, ao ver o quanto o Tocantins melhorou, tenho o forte sentimento de dever cumprido, de que estas mãos deram também a sua contribuição para que o Tocantins alcançasse esse estágio de desenvolvimento que ora alcança.

O nosso povo é exigente, Sr. Presidente – e tem razão –, e quer mais. Nós não podemos nos acomodar, porque ainda falta muito, o Tocantins precisa crescer muito mais para oferecer o que o povo, o valoroso povo do Tocantins, efetivamente merece. E nós continuaremos nessa luta, mas hoje comemorando com muita

alegria, com muita razão, com muita satisfação, com cada um dos tocantinenses, as crianças, a juventude vibrante, homens e mulheres que constroem a grandeza desse Estado, os idosos, comemorando com todos, enfim, 20 anos de desenvolvimento do nosso Estado do Tocantins.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes, pelo Democratas do Piauí. Em seguida, temos a inscrição do Senador João Ribeiro, pela Liderança, e, depois, V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero confessar que é admirável o espírito de solidariedade do Presidente Lula para com os candidatos do seu partido às eleições municipais no segundo turno.

Fica difícil, por exemplo, separar o militante partidário da figura do Presidente da República, mas Sua Excelência tem todo o direito de ir à praça pública expor as suas idéias e pedir votos para os candidatos que formam a sua base. E o Presidente Lula, Senador Wellington Salgado, tem sido magnânimo. Veja o caso do Rio de Janeiro, onde resolveu esquecer mágoas, ofensas, desavenças mantidas num passado recente com o Deputado Eduardo Paes e, por um dever partidário, resolveu aceder às pressões da aliança a qual ele comanda e pedir votos para o candidato Eduardo Paes.

O efeito prático, nós temos que aguardar o veredicto das urnas. Mas me chamou muita atenção, Senador Mão Santa, o comportamento do Presidente Lula em São Paulo. Primeiro, ele garantir a vitória da sua candidata. Segundo, de maneira arrogante, exigir que o Governador Serra lhe pedisse desculpas por ter relacionado a militância do Partido dos Trabalhadores aos episódios que culminaram em conflito nas proximidades do Palácio Bandeirante. O discurso empolgado de um bom e tarimbado palanqueiro, que é o Presidente Lula, passa a impressão de que os imaculados militantes do Partido dos Trabalhadores jamais seriam capazes de cometer um ato daquela natureza.

Ora, o Presidente Lula tem todo o direito de pedir ao Sr. Governador José Serra que se desculpe, mas o Presidente Lula, antes, teria que ter pedido aos aloprados que prepararam aquele dossiê nas vésperas da campanha de 2006 para que fossem se desculpar junto ao Governador José Serra pelo crime que cometeram. Para ser coerente, S. Ex<sup>a</sup> tinha, primeiro, que dizer: “Quando o meu partido errou, eu tomei providências. Agora, é a sua vez”. Mas não. Os aloprados de 2006 estão aí revividos, remodelados, reformados, a fazer

e a cometer tudo aquilo que fizeram nesse passado recente; e, pelo fato de não terem recebido nenhum tipo de punição, consideram-se imunes e revitalizados a continuar praticando atos daquela natureza.

O que disse o Governador de São Paulo com relação aos militantes foi comprovado: a participação do líder do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa de São Paulo e a participação superdedicada do Paulinho, da Força Sindical, parecendo, a quem vê aquela atuação dele, que tinha sido um acordo prévio para, depois, receber da base do Governo na Câmara dos Deputados apoio para a sua defesa, uma vez que responde a um processo em que o BNDES é o foco central.

Às vezes, expor o Presidente da República em uma situação como aquela faz com que Sua Excelência saia da sua condição de chefe maior da Nação para cometer deslizes dessa natureza.

É lamentável, mas o Presidente da República sabe – foi ele mesmo quem cunhou a expressão e foi quem reconheceu o grupo de aloprados que cercavam a militância do seu partido – que esses atos são cometidos aos borbotões, dentro daquela filosofia de que o importante é a vitória e não como ela será conquistada.

Esse recente episódio de agressão pessoal feito pela ex-Prefeita Marta Suplicy ao candidato Gilberto Kassab é uma prova de que alguns militantes, não são todos, do Partido dos Trabalhadores gostam de navegar por essas águas não sempre muito claras.

Mas, ontem, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu tive a oportunidade de assistir, a convite partidário, ao debate entre Marta Suplicy e Gilberto Kassab. A primeira coisa que me surpreendeu foi o amadurecimento do Gilberto Kassab, com o qual convivi aqui, na Câmara dos Deputados, e não via nele um bom tribuno nem um grande debatedor, mas um excelente articulador; um homem organizado, trabalhador incansável. Mas, ontem, vi, pessoalmente, o novo Kassab: preparado, com dados, com respostas e, acima de tudo, com humildade, contrastando com a arrogância já conhecida da ex-Prefeita de São Paulo.

Foi um debate muito positivo, em que os candidatos tiveram a oportunidade de explorar os pontos fracos de cada um. É evidente que, provocada com perguntas das jornalistas que faziam parte do debate, a ex-Prefeita não soube responder de maneira convincente o porquê daquela agressão de cunho pessoal contra o cidadão Gilberto Kassab.

Aliás, ontem, tive a oportunidade de ler um desabafo que circula no *blog* de uma jornalista – salvo engano, Marli Gonçalves –, em que ela, identificando-se como solteira, de 50 anos, mas dizendo que não é

gay, faz uma defesa não só do Kassab, mas protesta e lamenta pela maneira como esse assunto foi conduzido. A essa pergunta, a Prefeita teve muita dificuldade de responder.

Mas o que me chamou muito a atenção, Senador João Ribeiro, foi a ex-Prefeita de São Paulo desestabilizar-se completamente quando Kassab elencou uma dezena de taxas criadas por Marta Suplicy em sua administração. Uma coisa que, realmente, às vezes passa despercebida, porque nossa memória é fraca, mas o paulistano que viveu e conviveu com aquele borbotão de taxas criadas todos os dias tem isso na memória. O mais importante foi ver a ex-Prefeita dizer não só que não criaria nenhuma taxa nova, caso voltasse à Prefeitura de São Paulo, mas também, Senador Quintanilha, que desoneraria a população de São Paulo, dispensando cobranças de ISS. Qualquer administrador, qualquer cidadão vê que aquela é uma proposta inexecutável, uma demagogia que não fica à altura de quem quer disputar o comando da maior cidade deste País.

O debate foi altamente positivo. A Record atingiu índice de audiência de 14%, com pico de até 20%. Mas o impressionante é que, quando se percorrem as ruas de São Paulo, vê-se a identificação da população daquela cidade com a candidatura nova de um prefeito que assumiu, em circunstância da renúncia de José Serra, os destinos daquela cidade: de desconhecido, passou a gozar de popularidade exatamente por medidas corajosas que adotou no curto período em que governou sua cidade.

O Prefeito e sua equipe não devem se descuidar, haja vista a militância do Partido dos Trabalhadores, haja vista métodos usados em outras campanhas, em outras situações. Mas, a prevalecer a tendência das pesquisas, São Paulo passará mais quatro anos sem viver o tormento da criação desordenada de novas taxas.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, meu Estado, Senador Wellington, ficou fora do segundo turno. A única cidade em que havia essa possibilidade, Teresina, o candidato a prefeito de uma aliança da qual participamos foi eleito com mais de 70% dos votos, dando-nos a tranqüilidade de podermos assistir a campanhas eleitorais de cidades importantes como São Paulo, principalmente São Paulo, pelo largo contingente de nordestinos que ali moram.

É preciso ressaltar a rejeição da colônia nordestina ao nome da ex-Prefeita e ex-Ministra do Turismo, exatamente pelo desprezo que ela tem para com os nordestinos. Em qualquer exemplo pejorativo que a Sr<sup>a</sup> Marta faz, cita sempre o Nordeste. Até quando quis dizer que o partido do Prefeito Kassab era o DEM,

ex-PFL, disse que era um partido de nordestinos e que foi banido na região. A maneira como ela, em toda oportunidade que tem, se dirige aos nordestinos é desprezível. Basta ver a pouca ajuda ou a pouca atenção dada à Região pela Ministra do Turismo Marta Suplicy. Daí por que tenho a certeza de que teremos, no próximo dia 26, mais uma aula de democracia dada pelo povo brasileiro.

O Senador Wellington Salgado, que hoje está se empenhando diuturnamente nas eleições de Belo Horizonte, citou dados... E quero cumprimentá-lo pela arrasadora vitória que teve em seu Estado, Minas Gerais, mas que trabalhe mais um pouquinho em Belo Horizonte, pois a distância está diminuindo. Segundo as pesquisas, ao final do primeiro turno, início do segundo turno, estava em 18%, mas caiu para apenas 10%.

Estou dizendo isso a V. Ex<sup>a</sup> porque, às vezes, quem está com maioria se acomoda. V. Ex<sup>a</sup> precisa se dedicar mais a Belo Horizonte, percorrer mais aquelas ruas, andar mais por aqueles becos, acompanhar o candidato a prefeito. Parece que estou sendo até advogado do diabo, mas é porque prezo pela sua biografia, quero ver V. Ex<sup>a</sup> com a digital marcada pelas ruas de Belo Horizonte, pela periferia, apoiando seu candidato a prefeito.

No Rio de Janeiro, o Brasil todo vê a campanha insidiosa que se tenta fazer contra o Deputado Fernando Gabeira. É lamentável que expedientes dessa natureza sejam usados, mas o povo brasileiro é um povo que vive política, adora um embate eleitoral e acompanha aquilo que é fato e aquilo que é pegadinha, aquilo que é malandragem eleitoral, aquilo que é arapuca para tentar desqualificar ou desconstruir biografias.

Indago a V. Ex<sup>a</sup> se deseja um aparte. Eu lhe darei com a maior alegria e expectativa.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem da admiração que tenho por V. Ex<sup>a</sup>, eu e todo o Estado de Minas. Sempre costumo falar que V. Ex<sup>a</sup> talvez seja o Senador mais condecorado. Acho que tem todas as medalhas de Minas. Todas?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Preciso fazer um recenseamento, porque são tantas. Mas posso dizer aqui que fui condecorado pelo Governador Tancredo Neves, pelo Governador Hélio Garcia, pelo Governador Aécio Neves, mais de uma vez. Só quem ficou me devendo medalha foi o meu colega Eduardo Azeredo. Acho que ele espera fazê-lo na volta.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Quero saber, porque, se faltar alguma da Prefeitura, vou falar com o Leonardo Quintão, porque V. Ex<sup>a</sup> é um amigo de Minas. V. Ex<sup>a</sup> não conhece o Leonardo Quintão, mas vou apresentá-lo, porque V. Ex<sup>a</sup>

conhece todos os políticos... O Aécio, não. V. Ex<sup>a</sup> sabe que admiro muito o Governador Aécio Neves, pelo que fez pelo Estado de Minas, pelo que vem fazendo pela capital. Assim que o Leonardo Quintão acabar essa eleição, ganhando, tenho certeza de que os dois vão-se encontrar e acertar os caminhos, porque são da mesma geração, têm os mesmos ideais. Agora, sobre o que V. Ex<sup>a</sup> está falando, que a pesquisa vem caindo, a informação que tenho é a de que o Quintão arrasou no debate, e V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que, na política, o debate...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Não estou falando de debate, estou falando de pesquisa.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Não, não, veja bem, se antes as pesquisas diziam que o Leonardo estava caindo – estava todo mundo muito animado –, com o debate, acabou isso. O Leonardo demonstrou claramente que é o mais preparado para dirigir Belo Horizonte. Não há como. Estava todo mundo muito motivado, mas já desanimaram totalmente. Recebi a informação de que Aécio está triste, de que Pimentel está mais triste, e eles estão tentando ver se se reorganizam. Mas está muito triste. Nunca vi o Aécio tão triste. Não gosto do Aécio triste. O Aécio é um grande Governador; gosto dele alegre, trabalhando. Ele está fazendo aquele centro administrativo, projeto de Oscar Niemeyer, maravilhoso; a linha verde. O Pimentel também fez muitas obras. Mas não dá. Escolheram o candidato errado, Senador Heráclito. Quando se pega um poste e se bota terno e gravata nele, é difícil. A política é fascinante por isso. Agora, estão trabalhando. O Governador e o Pimentel estão trabalhando. Mas, quando se colocam no debate, Senador Heráclito... É igual a V. Ex<sup>a</sup>: quando V. Ex<sup>a</sup> vai à tribuna, gosto de ouvi-lo. Não concordo com tudo, é claro, mas gosto de ouvi-lo. Na tribuna, V. Ex<sup>a</sup> é ótimo de se ouvir e para debater. Mas prometo que, assim que acabar, se houver uma condecoração – porque V. Ex<sup>a</sup> é um amigo de Minas – que não tenha ainda, vamos providenciá-la junto à Prefeitura, com o Quintão, para que possa abastecer a coleção de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Veja V. Ex<sup>a</sup> que nem todo mundo é perfeito. Eu, que vivo esta Casa do Congresso há 26 anos e que gosto de conhecer as novas revelações, aquelas pessoas que têm vocação política, não tive oportunidade de conhecer o Quintão. Mas passo a ter uma admiração por ele pela coragem de ter sido candidato a prefeito quando ninguém quis. Inclusive V. Ex<sup>a</sup> poderia ter sido o grande candidato do PMDB.

Estive em Minas na eleição presidencial, mas não havia a menor possibilidade de encontrá-lo, já que ele era o coordenador da campanha de Anthony Garotinho

e tinha como seu chefe e coordenador o ex-Governador Newton Cardoso Evidentemente, não o encontrei. Não estou condenando, estou apenas registrando.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Aí, nós vamos ter de falar também da tanga de crochê do Gabeira. Vamos voltar lá atrás.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Não, não. Quanto a esse negócio de tanga de crochê do Gabeira, V. Ex<sup>a</sup> assuma a responsabilidade do que está dizendo.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Eu o vi na foto. Eu era novinho.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Não no meu debate.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Eu era novinho. Eu era novinho. Eu o vi na foto. Eu era muito jovem.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Não ponha isso no meu debate.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Mas se V. Ex<sup>a</sup> voltar, se for lá para trás, vamos ter de falar a favor disso. Não existe isso, é daqui para frente. A luta entre o Gabeira e o Eduardo Paes é bonita.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Mas V. Ex<sup>a</sup> acha...

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Mas V. Ex<sup>a</sup> falar do Quintão lá com Garotinho, lá com Newton Cardoso – como aquela foto que saiu na revista semanal – é muito desespero! Olha, o Quintão foi Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal com um mandato, é alguém preparado para a Prefeitura de Belo Horizonte, para representar bem Minas Gerais. V. Ex<sup>a</sup> vai falar naquela foto que saiu na revista, da época em que ele apoiava o ex-Governador Garotinho e Newton Cardoso? Aquilo é um momento partidário; ele estava com o Partido. Aquela foto que saiu não merece consideração. É uma revista cuja assinatura tenho.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Cancele.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Não, de jeito nenhum. Eu não cancelo, porque gosto da revista.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Agora, veja, parece que quem ficou incomodado com a foto foi V. Ex<sup>a</sup>, porque não critiquei, apenas registrei que, pelo fato de ele estar com companhias ilustres do Partido dele, não pude encontrá-lo.

Agora, fazer uma comparação das companhias boas ou más em que as pessoas andam com a tanga que o Gabeira usou, quando retornou ao Brasil é de uma infelicidade...

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Estou falando de fotos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – É uma infelicidade fantástica!

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Estou falando de fotos, de fotos. Pegar uma foto lá de trás...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – V. Ex<sup>a</sup> há de convir...

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Trazer para este momento a foto!

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Não.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Até fiquei preocupado com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Eu nem sabia que havia uma foto.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Passou-me pela imaginação V. Ex<sup>a</sup> também, com alguma coisa vestida...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Eu não sabia dessa foto, o que mostra que V. Ex<sup>a</sup> é um homem que vai aos detalhes. Estou apenas registrando as companhias. Agora, entre as companhias e a tanga do Gabeira, paciência!

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Foi uma tanga revolucionária para aquela época.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Paciência! Marcou tanto a época...

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Agora, estou falando da foto, Senador.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Marcou tanto a época, que V. Ex<sup>a</sup> até hoje lembra.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Eu era garotinho, aquilo foi um choque. E sei que aquela sunga nem era sunga – procurei saber a história, gosto de saber. Dizem que era a parte de baixo de um biquini, emprestada pela prima dele, que é a Nagler. Ele não tinha, colocou aquela parte de baixo e foi para a praia. Revolucionário, como ele era, não, como ele é. Acho que o Gabeira é aquela pessoa... para chegar à idade em que está, pedalando, nadando, embora se vista... vi uma foto em que ele dobrava a toalhinha aqui em cima: toalha a gente dobra aqui embaixo, quando sai da praia. Mas não podemos ser preconceituosos. Então, o Gabeira é uma pessoa que, com a idade que tem, está bem. Ele está bem para a idade que tem.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Quer dizer que V. Ex<sup>a</sup> é daquela geração que se frustrou com a coragem do Gabeira de usar aquela sunga.

Nunca usou, então está aí: traz a frustração quase 30 anos depois.

Veja como V. Ex<sup>a</sup> ficaria...

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – A minha é uma sunga “largona”. Compro no mesmo lugar em que V. Ex<sup>a</sup> compra, na mesma loja.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Veja como V. Ex<sup>a</sup> ficaria um “gato” – como se diz na gíria popular – com aquela sunga. E não teve coragem de fazê-lo.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Não tinha. Eu era muito novo.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Respeite o gosto e o direito pessoal...

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – PI) – Onde V. Ex<sup>a</sup> compra, eu compro também.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – V. Ex<sup>a</sup> não compra na loja em que compro, porque V. Ex<sup>a</sup> não frequenta o Piauí. E sou comprador de artigos das lojas do Piauí.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Há uma filial aqui. E, se não houver, encomendo lá e mando trazer.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Ah, bom, aí pode ser. Mas V. Ex<sup>a</sup> frequenta outras lojas, que não são as minhas.

Mas, Senador, vamos deixar a sunga do Gabeira.

E, se o ofendeu tanto dizer que o Quintão estava ao lado de companheiros do seu Partido, como Anthony Garotinho e Newton Cardoso, tome providências profiláticas. Estou apenas fazendo um registro de por que não tive condições de me encontrar com ele em Belo Horizonte. Meus caminhos eram outros.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Senador Heráclito, deixe-me falar uma coisa: um homem não deve nunca negar os amigos passados que, politicamente, em algum momento, podem estar sofrendo alguma coisa. O ex-Governador Newton Cardoso foi um homem que teve o seu momento em Minas; o ex-Governador Garotinho foi um Governador que teve o seu momento no Rio de Janeiro, que teve o seu momento em Campos. E tive oportunidade de conhecer os dois; tive oportunidade de conversar com os dois; tive oportunidade de, em algum momento, sentir-me amigo dos dois. Agora, seguiram caminhos que, de repente, não foram aceitos pela população. E esta função que temos, Senador Heráclito, depende de aceitação pela população. V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem disso, porque é um craque em entender a população, em entender os anseios da sociedade. V. Ex<sup>a</sup> sempre consegue captar isso, e a sua chegada ao Senado, com toda a sua história lá atrás, demonstra a sensibilidade

que V. Ex<sup>a</sup> tem. Mas costumo falar: não me arrependo de ter conhecido, de ter almoçado com Newton Cardoso na época; não me arrependo de ter conversado com o ex-Governador Anthony Garotinho. Algumas coisas que aprendi com eles não aceitei, e segui outro caminho, formei os meus valores, mas isso não quer dizer que eles não tenham nada a oferecer – de maneira nenhuma. Se se conversar com o ex-Governador Newton Cardoso, pode-se aprender alguma coisa. É claro que ele tem um passado que a população não aceitou. E o ex-Governador Garotinho, também, da mesma maneira. Então, conheci os dois. Se tiver oportunidade de sentar com os dois e conversar, em qualquer ambiente público, terei o maior prazer, não há essa. E com V. Ex<sup>a</sup> acontece a mesma coisa. Em qualquer lugar onde eu encontrar V. Ex<sup>a</sup>, com a história que V. Ex<sup>a</sup> tem, é sempre um grande prazer discutir, conversar, ouvir seus conselhos, que são muito importantes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Vejam, senhoras e senhores, como se faz a História do Brasil. Quem está desqualificando ou desconstruindo os companheiros de V. Ex<sup>a</sup> é V. Ex<sup>a</sup>! Eu não disse que Garotinho, eu não disse que Newton Cardoso, no passado, cometeram atitudes com as quais eu não concordava. Apenas registrei um fato quando V. Ex<sup>a</sup> me disse que eu não conhecia o Deputado Quintão – e é verdade. Até porque minhas Minas Gerais, que tanto quero bem, me promoviam encontros com Dr. Tancredo, com Renato Azeredo, com Aécio. Minas Gerais são outras. Meus caminhos de Minas são bem diferentes, até por força da minha trajetória.

Agora, se V. Ex<sup>a</sup> desconstrói seus companheiros, assumo o ônus dessa desconstrução. Não me cabe...

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Senador Heráclito, V. Ex<sup>a</sup>, não sei...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – O Senador João Ribeiro tem sido aí um ajudante de V. Ex<sup>a</sup>. Ele deveria me defender também.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Não, não.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Assumir o debate. É positivo.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Estávamos conversando sobre Tocantins.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Pois é.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Quero dizer que V. Ex<sup>a</sup> não pode tentar dizer que estou desqualificando companheiros. De maneira alguma!

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Não, V. Ex<sup>a</sup>...

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – A foto que foi publicada demonstra...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Mas não vi essa foto.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – ...demonstra o prestígio que o Governador Aécio tem junto aos veículos de comunicação. Ele goza desse prestígio, tem uma admiração muito grande...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) Agora V. Ex<sup>a</sup> começa a atacar o Governador Aécio, dizendo que o Governador manipulou a matéria.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Como atacar?! Como atacar?! Eu digo que podem estar tentando...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – O que é isso?! Vi vocês tão companheiros neste plenário, um abraço tão carinhoso que pensei fosse sincero.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – V. Ex<sup>a</sup> tenta me colocar contra o Governador. Não tem como. O Governador é da minha geração.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – V. Ex<sup>a</sup> acha que o Governador manipula a matéria? O que é isso?

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – A vida deu a chance de V. Ex<sup>a</sup> conviver com o avô de Aécio e com o Aécio. V. Ex<sup>a</sup> é um homem...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – E com o pai também.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – PI) – E com o pai também. Mas eu estou falando dos dois que V. Ex<sup>a</sup> sempre cita aqui. Quanto ao pai, eu tive a oportunidade de ver que V. Ex<sup>a</sup> goza também do prestígio.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Mas eu sempre cito que tive aqui a honra de conviver com as três gerações.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Então, pronto.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – E espero a quarta.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Está vindo aí. Se fosse do Garotinho, já teria aí – o Garotinho já tem a filha sendo eleita Vereadora.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Mas aí já seria a segunda geração.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – É a segunda, mas eu estou dizendo que se fosse o... a geração, haveria a oportunidade.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – É verdade...

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Mas eu quero dizer que não tem como V. Ex<sup>a</sup> tentar me colocar contra o Aécio.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – V. Ex<sup>a</sup> agora se perdeu todo. V. Ex<sup>a</sup> foi quem acusou o Governador Aécio de, com o prestígio dele, ter colocado a foto numa matéria que não conheço. Não conheço a foto da matéria. Assuma o que V. Ex<sup>a</sup> disse.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Veja bem: vou assumir o que eu disse...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Pelo amor de Deus!

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – ...para ficar bem claro, porque V. Ex<sup>a</sup> é um homem bom com as palavras e consegue complicar bastante.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Quero, inclusive, um exemplar dessa revista para eu ler. Não conheço essa matéria!

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – O que V. Ex<sup>a</sup> quer que eu coloque? Não faça isso, Excelência.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Eu não conheço a matéria.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – V. Ex<sup>a</sup> viu essa foto e citou as pessoas que estavam...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Não vi essas fotos.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Não faça isso. Para que V. Ex<sup>a</sup> não tenha visto, alguém, então, viu e comentou.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Mand-me então. Eu tenho memória. Eu estive em Minas na época. Eu me lembro dos fatos. Eu sou um homem de memória.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Eu estive no jogo da Seleção Brasileira e vi como V. Ex<sup>a</sup> goza de prestígio junto ao Governador. Nós estivemos lá, naquele jogo, com aquela festa maravilhosa no Mineirão, onde eu vi – e, aí, eu vou falar aqui – o Governador Aécio Neves, que não é do meu Partido e ele até mexeu comigo, fazer um discurso num jogo de futebol. Ele fez, e bateram palmas para ele. V. Ex<sup>a</sup> estava lá também.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Estava.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Então, isso é um prestígio, uma segurança que o Governador tem. E não há como a questão partidária tirar essa admiração que eu tenho por ele. E já falei para ele pessoalmente. Agora, há as questões de Partido, no caso, uma força com a qual... O Leonardo Quintão é um homem que tem fé, porque, para entrar nessa briga, só mesmo tendo fé – V. Ex<sup>a</sup> sabe. Foi contra o Governador e contra o Prefeito. Só que a

população você não consegue conduzir como se fosse uma boiada. Em determinado momento, ela se rebelou. E foi o que aconteceu em Belo Horizonte: “Esse negócio de prato feito, comigo não”. Minas tem a sua história de servir comidas variadas. Chegaram com um PF, prato feito. Você entrava em restaurante: “Aqui não tem cardápio. É só esse prato. Tem que comer!”. Minas se rebelou. Belo Horizonte se rebelou. Está aí. Agora, estão trabalhando. O Aécio está trabalhando, o Quintão também. Agora, vai ser difícil virar sabe por quê? Porque o Quintão é muito bom, Senador. O Quintão é muito bom, preparado. Ele não foi inventado. Ele foi preparado. O outro, não. O outro foi treinado. O Quintão não foi treinado. O Quintão foi preparado. Ele foi Vereador, Deputado Estadual, Federal. Preparado. Agora, o outro, não. O outro foi treinado.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Bom, V. Ex<sup>a</sup> está fazendo um julgamento de mineiros. Eu não quero entrar nessa polêmica de Minas Gerais. V. Ex<sup>a</sup> conhece profundamente Minas Gerais, conhece Belo Horizonte como poucos, e o que V. Ex<sup>a</sup> está dizendo aí deve estar tudo de acordo com a verdade.

Agora, eu, em nenhum momento, desconstruí os seus dois companheiros, brilhantes companheiros, de Partido, como não estou tirando o mérito do Sr. Quintão. Só o ato de coragem de ser candidato em um momento em que ninguém queria já valoriza, não é verdade?

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Não, mas espera aí. V. Ex<sup>a</sup>, nesse ponto, já peca mais uma vez.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Não, eu estou dizendo ...

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Nós tínhamos outro candidato, que era o Sávio...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Não, eu estou dizendo apenas ...

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Nós tínhamos dois candidatos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Eu estou apenas dizendo o que li.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Ah, está bom.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – E não quero crer que...

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Mas o PMDB sempre teve dois candidatos: o Quintão venceu e foi indicado pelo Partido. O Sávio, que é um grande partidário, também estava na luta pela indicação para ser candidato a Prefeito. Então, não foi um vôo solo do Quintão.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Não, o Quintão tem todos os méritos, até porque fez uma



caminhada sozinho. Os companheiros começaram a aparecer depois que ele cresceu na pesquisa, mas a caminhada inicial foi ele só. Os companheiros partidários estavam todos na luta do interior.

É como lá no Piauí. Essas coisas acontecem. No Piauí, o PT fez uma coisa interessante: deixou o candidato a Prefeito de Teresina, Nazareno Fonteles, entregue às feras e se dedicou aos grotões, já que não é mais partido de opinião pública; não é mais partido de cidade. Então, foi para os grotões, foi para a luta do corpo-a-corpo, do fisiologismo do interior, e deixou o candidato entregue às traças.

O Quintão teve mais oportunidades, soube aproveitar as circunstâncias e está aí. Depois de ter levado a eleição para o segundo turno, está aí, disputando a Prefeitura de Belo Horizonte. Mérito para o Sr. Quintão. Não vamos desconstruir esse jovem, que V. Ex<sup>a</sup> conhece. Eu não o conheço bem, mas já que V. Ex<sup>a</sup> vai me apresentá-lo após a eleição, eu quero apenas que cumpra esse compromisso que faz com esse seu admirador crescente.

Agora, quero dizer-lhe que V. Ex<sup>a</sup> cometeu uma infelicidade: mexer na sunga do Gabeira.

Não faça isso! V. Ex<sup>a</sup> é um misto de mineiro e de carioca. A irreverência do carioca, o espírito do modismo do carioca, é exatamente isso que o Gabeira encarna. A diferença do Gabeira é que o Gabeira não é um homem chegado à hipocrisia; é um homem que assume. E o Rio de Janeiro resolveu optar pelo novo aos quase 70 anos. E é exatamente isso que está encantando a todos.

V. Ex<sup>a</sup> é professor, educador, dono de vários colégios e faculdades no Rio de Janeiro, consulte seus alunos. Faça uma enquete nas suas várias faculdades, nas suas várias escolas, sobre qual é a tendência do Rio com relação à eleição. O resto, vamos esperar o domingo. Vamos comemorar no domingo essa...

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Eu estou impressionado com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Por quê?

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Mas como V. Ex<sup>a</sup> está tão “cariocado”, digamos assim. Estou impressionado, realmente! Acho que, para festejar, V. Ex<sup>a</sup> deveria também lançar uma sunguinha de crochê para sair em uma foto com o Gabeira em Ipanema, os dois. Isso se o Gabeira ganhar, porque eu acho que não vai ganhar. Vai ganhar o Eduardo Paes. O Eduardo Paes é jovem, preparado. Aliás, V. Ex<sup>a</sup>, outro dia, me perguntou “preparado por quem?” Não foi? No debate, eu estava na Presidência e não podia debater com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Foi.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – O Eduardo Paes foi preparado pela vida.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Não. Não, não, não; pela vida, foi o Gabeira.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Quem preparou o Eduardo Paes?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – O anda-já do Eduardo Paes...

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Quem preparou o Eduardo Paes?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Foi o Prefeito César Maia...

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Lá no início. Ele foi o Prefeitinho da Barra, não foi?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Ele foi Prefeitinho da Barra, foi Deputado Federal, foi Secretário, até na última administração! Não vamos sofrer de amnésia não!

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Ele foi Secretário agora, se não me engano, do Governador, não?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Depois foi Secretário do Governador. Esteve um período no PTB – não sei quem era o comandante dele no PTB –, foi do PSDB, foi Secretário, inclusive, do PSDB.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – É melhor para administrar tendo toda essa experiência pluripartidária. É melhor!

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – V. Ex<sup>a</sup> acha?

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Veja bem, eu não queria colocar aqui como se eu... Eu já tive problemas com o Gabeira. Hoje, tenho uma admiração pelo Gabeira.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Ah, V. Ex<sup>a</sup> já teve problema com o Gabeira? Então, está justificado.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Lá em CPI, lá em CPI.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Então, está justificado.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Hoje, não; hoje, não.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Não, não, não. Está justificado.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Hoje, não. Hoje, já fizemos as pazes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – A gente sabe que não é isenta essa sua crítica ao Gabeira. V. Ex<sup>a</sup> já teve problema com ele. Está perdoado. Povo carioca, perdoe o Senador. Ele não sabe o que diz.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Agora, V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Essa é uma questão antiga, é algum assunto mal resolvido que V. Ex<sup>a</sup> traz para a tribuna do Senado.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Não, não. Espero que o Gabeira, ganhando...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Não, não. Eu agora entendi tudo: V. Ex<sup>a</sup> tem uma questão...

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Espero que, o Gabeira ganhando, eu possa vê-lo em uma foto com V. Ex<sup>a</sup>, lembrando aqueles tempos, com uma sunguinha de crochê revolucionária, como aquela. Não acredito que V. Ex<sup>a</sup> – conheço bem V. Ex<sup>a</sup>, conheço bem – vá topar essa. Não vai topar, não vai topar.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Não sou de cidade de praia. Sunga para mim... Eu uso é calção samba-canção.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Ah, bem! Ah, bem! Pode ser um sungão de crochê.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Veja bem V. Ex<sup>a</sup> e vejam, minhas senhoras e meus senhores, quando o cidadão não consegue atacar o adversário, vai para a banalização de um detalhe, como o uso de uma sunga, emprestada, como V. Ex<sup>a</sup> mesmo disse...

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Foi um momento histórico aquele momento de rebeldia do Gabeira. Não estou querendo desconstituir nada, não. Aquele momento foi o momento da volta dele ao Brasil, foi o momento de mostrar a sua rebeldia, esse lado rebelde que o Gabeira tem até hoje, apesar da idade.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Eu queria pedir aos ouvintes que remetam, com a maior brevidade possível – falo isso para as pessoas do norte de Minas, região ligada ao nordeste, que têm habilidade para fazerem crochê –, que calculem o tamanho do Wellington Salgado e mandem uma sunga para ele, porque a pior coisa do mundo é um homem frustrado. V. Ex<sup>a</sup> vai resolver. Tenho certeza de que eu serei ouvido por este Brasil afora e V. Ex<sup>a</sup> vai receber uma sunga e tem a obrigação de usá-la.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Senador Heráclito...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Tem a obrigação de usá-la.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Senador Heráclito...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – V. Ex<sup>a</sup> vai receber. Fique absolutamente tranquilo. Ago-

ra está perdoado. Eu pensei que nós estávamos num debate falando sobre as propostas e sobre as idéias. V. Ex<sup>a</sup> reconheceu que tem com o Gabeira algo mal resolvido.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Não, de maneira alguma.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Uma questão enrustida, e eu não entro nesse mérito.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Isso nunca houve. Isso nunca houve.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – V. Ex<sup>a</sup> foi quem disse. V. Ex<sup>a</sup> não seja perito em dizer e desdizer.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – V. Ex<sup>a</sup> vê que minha história bem diferente, bem diferente.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – V. Ex<sup>a</sup> foi quem disse que teve uma questão no passado. Não disse se recente ou não.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Não, foi política, dentro da CPI aqui, houve discussões. Nada além disso.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Ah, bom!

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Nada mais além disso.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Já é o suficiente.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Nada mais além disso.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Já é o suficiente. Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup> por ter qualificado este debate, aliás, V. Ex<sup>a</sup> tem a vocação da qualificação do debate.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Só com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Eu fico muito feliz em poder Minas Gerais ver que acertou ao mandá-lo para esta Casa.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – V. Ex<sup>a</sup> acha que o Gabeira vai ganhar?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Eu? Não, quem acha é o povo do Rio de Janeiro. Quem sou eu para achar? Quem acha isso é o povo do Rio de Janeiro, Senador Wellington. Penso que V. Ex<sup>a</sup> acaba de dar uma grande colaboração ao aumento da popularidade do Gabeira nessa eleição no Rio de Janeiro.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Vamos esperar domingo para ver. Vamos esperar domingo...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Vamos esperar.

V. Ex<sup>a</sup> vai estar no Rio ou em Belo Horizonte?

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Eu tenho filhos no Rio e em Minas.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Não, não. Não vamos falar de onde V. Ex<sup>a</sup> tem filhos.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Deixe-me ver em qual cidade vou estar.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Não, não. Não vamos entrar nesses detalhes!

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Só para deixar bem claro o meu posicionamento.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Está bom.

Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup> por essa brilhante defesa que faz do seu Partido. É um direito que lhe assiste. Agora eu lhe recomendo que vá amanhã para Belo Horizonte e percorra as ruas com Quintão, que está precisando da sua companhia nas caminhadas por Belo Horizonte. Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup>, aí, sim, poderá dizer na segunda-feira que colaborou para o resultado da eleição, sucesso ou insucesso, mas pelo menos estava ao lado do amigo nas caminhadas, gastando sola de sapato. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Ribeiro, pela Liderança do PR. Em seguida, falará o Senador Mão Santa.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (Bloco/PR – TO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, acompanhei o debate entre o Senador Heráclito Fortes, meu padrinho de casamento, que me honrou, na minha terra, na Capital do meu Estado, Palmas, e o Senador Wellington, que conheço há tanto tempo. Realmente, foi um debate bastante qualificado. Por isso, nós esperamos, com toda paciência, para que chegasse este momento, em que pudéssemos falar.

Sr. Presidente, está aqui, assistindo a esta sessão, o Prefeito eleito da cidade de Goiatins, que é o atual vice-Prefeito, que está ali na galeria. Ele é tão humilde que nem para a tribuna de honra quis vir. Ele ficou na galeria, onde ficam sempre os estudantes, as pessoas simples que vêm para assistir às sessões no plenário, junto com o Prefeito Neodir, com o vice, Antônio Luiz, com os seus vereadores, Hipólito, que está ali – vereador eleito –, e também com o nosso vereador eleito Edilson, meu ex-funcionário, que trabalhou comigo vinte anos atrás.

Venho a esta tribuna na noite de hoje, Sr. Presidente, exatamente para falar da importância desta semana para aqueles que foram eleitos, sobretudo, nas regiões pobres do Brasil, nos Estados pobres.

O orçamento da União já está sendo feito, já foram designados os relatores setoriais, a proposta foi

encaminhada pelo Governo, e há prazo... E os prefeitos que se preocupam com seus municípios – tenho certeza de que, sobretudo, os dos Estados pobres da Região Norte e da Região Nordeste se preocupam muito com as emendas, mesmo as pequenas, colocadas no orçamento pelo Senador ou pelo Deputado Federal, por sua base política. Eles sabem da importância desses recursos, para que possam executar as obras já que em muitos municípios do meu Estado. Vejo ali o Senador Mão Santa e o Senador Heráclito, do Piauí... Eu não diria isso ao Senador Wellington, porque Minas é um Estado que tem uma situação financeira muito boa, embora os Municípios do Vale do Jequitinhonha sejam pobres e precisem desses recursos.

No Tocantins, Sr. Presidente, o Município que não tiver ajuda de Brasília, o prefeito que não receber ajuda de Brasília estará fadado ao insucesso na sua administração, já que os recursos oriundos do FPM e do ICMS... Em muitos Municípios, o ICMS não dá para pagar nem 20% da folha de pagamento. Então o prefeito precisa vir a Brasília. Como nós estamos preparando o orçamento para o próximo ano. Eu participo da Comissão como Líder do meu partido. Já fui relator setorial três vezes, três anos consecutivos, mas, de acordo com a Resolução e com o entendimento dos Líderes, depois que diminuimos o número de membros da Comissão – antes eram oitenta e poucos e hoje são quarenta e um ou quarenta e dois –, ficou decidido que haveria um rodízio, ou seja, o Parlamentar que participar da Comissão em um ano não participará no outro. Eu fui voz vencida. Achei que esse não era o caminho, porque existem Parlamentares competentes que se dedicam àquela Comissão, que conhecem os trâmites e sabem perfeitamente como fazer um bom orçamento para o País. O rodízio dá oportunidade a muitos outros Parlamentares, mas eu acho que isso deveria resultar de decisão tomada pelos partidos e não de um acerto para que houvesse a mudança todos os anos dos titulares e dos suplentes daquela Comissão.

Mas, de qualquer forma, o que importa é que eu também ainda não falei – já ouvi muitas pessoas falando das eleições municipais – da eleição municipal no meu Estado do Tocantins, onde comando um processo que coordena ainda as oposições no meu Estado, as oposições ao Governo de Tocantins, mas não ao Governo Federal, porque sou um aliado do Presidente Lula. Portanto, comandamos as eleições municipais e conseguimos fazer, na nossa coligação, a chamada União do Tocantins, 52 prefeitos dos 139, com a possibilidade de chegar a 54 ou 55, porque ainda existem algumas brigas judiciais e não podemos prever o resultado que teremos.

De qualquer forma, também fizemos cidades importantes, elegemos cidades muito importantes no nosso Estado, como é o caso de Gurupi, o Prefeito do meu Partido, o PR, o Prefeito Alexandre Abdala, que estará amanhã aqui em Brasília, juntamente com os outros 51 prefeitos eleitos, para uma reunião com a nossa Bancada, reunião que será coordenada por mim, pelo Deputado Federal Eduardo Gomes, pelo Deputado Vicentinho Alves e pelo Deputado Lázaro Botelho. Eles virão com sete deputados estaduais nossos para um encontro em Brasília a fim de discutir o Orçamento do próximo ano de cada um desses Municípios.

Elegemos o Prefeito da cidade de Paraíso de Tocantins, que é a quarta maior cidade do Estado. A primeira é Palmas, o Prefeito eleito é do PT, do Partido dos Trabalhadores; Porto Nacional, a Prefeita eleita do PDT não foi a minha candidata; o Prefeito de Gurupi, que é a terceira maior cidade do Estado, ganhou a eleição de forma consagrada, com nove mil votos de diferença, obtendo mais de 60% dos votos; o Prefeito de Paraíso, professor Paulo Tavares, que também venceu as eleições muito bem, Paraíso que é quarta maior cidade do Estado; o Prefeito de Colinas, que é do Partido dos Trabalhadores, o qual apoiei, fui para sua campanha, ajudei no que pude e estive no seu palanque, participando da sua campanha – indicamos a vice-Prefeita, que venceu as eleições junto com ele –; o Prefeito Padre Milton, da cidade de Guaraí, que é outra cidade grande do Estado, está entre as dez maiores, do Partido dos Trabalhadores, que foi eleito com a indicação de um companheiro nosso, que é do PP – Partido Progressista, e de todos os partidos que coordenamos, que são seis partidos. Todos esses partidos participaram, conjuntamente, das eleições.

Além disso, Tocantinópolis, uma cidade grande, o Prefeito eleito do PR, o Deputado Estadual Fabião Gomes; o Prefeito de Augustinópolis, que é outro Município grande, do PSDB, nosso aliado; o Prefeito da cidade de Dianópolis, do Partido dos Trabalhadores. Na minha cidade, Araguaína, ganhou o Deputado Valuar Barros, que é do Democratas, o antigo PFL, trazido por mim na época, foi meu vereador, meu amigo pessoal. Não teve minha ajuda na eleição, mas é uma pessoa com quem convivo bem. Portanto, não vejo nenhum problema.

Fizemos 52 Prefeitos e o Partido dos Trabalhadores fez 12. Assim, são 64 Prefeitos que estarão se reunindo comigo e com os nossos Deputados Federais e Estaduais, amanhã, em Brasília, para discutirmos a próxima gestão de cada um no seu Município. E escolhemos Brasília porque aqui é o foro próprio, o local próprio para que se possa discutir o problema do Orçamento e as questões da administração pública nos

Municípios. E já que a comunidade vive no Município, não podemos deixar de ter não apenas um apreço especial, mas um respeito muito grande pelo cidadão que vive é no Município.

Sempre fui um Parlamentar municipalista nessas questões, em todas as questões que são ligadas à questão da administração e do Orçamento; sempre fui um Parlamentar que levei muitos recursos para os Municípios, e sempre apoiei não só os prefeitos ligados à mim, ao meu partido ou aos partidos que são nossos aliados, mas sobretudo os Municípios que precisam da gente, que nos procuram para receber alguma coisa, para receber apoio no sentido de fazer as obras que a nossa população precisa.

Sr. Presidente, por incrível que pareça, há Municípios no Tocantins em que uma obra de R\$100 ou R\$200 mil traz imensa alegria para a população. Isso porque o nosso 0,6% é muito menor do que o 0,6% do FPM de uma cidade do Estado de Minas Gerais.

Portanto, a participação parlamentar do Deputado Federal e do Senador na vida da comunidade dessas pequenas cidades do interior do Brasil é extremamente importante.

Sr. Presidente, vejo que V. Ex<sup>a</sup> tem que se retirar da sessão – V. Ex<sup>a</sup> já havia me dito. Mas está aí chegando o grande Senador Wellington Salgado. Prometo ao Senador Wellington Salgado que não vou falar tanto quanto o Senador, meu padrinho, Heráclito Fortes, porque sabemos que está ali o grande Senador Mão Santa, que quer falar muito e, tenho certeza, vai falar do Piauí, que é o que sempre faz desta tribuna.

Hoje, quando estava chegando, vi sua esposa, Senador Mão Santa, Dona Adalgisa, e a cumprimentei. O Senador Mão Santa sempre fala no Piauí e na sua querida esposa, querida por esta Casa e por todos os piauienses, Dona Adalgisa. Pois bem, ela me convidou para ir ao Delta do Parnaíba. V. Ex<sup>a</sup> imagina bem. Disse que é um lugar maravilhoso. Quero ir conhecer, só não tive tempo ainda, porque dedico muito do meu tempo aos Municípios do meu Estado, ao interior do meu Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Senador João Ribeiro, V. Ex<sup>a</sup> fique à vontade. Só estou prorrogando a sessão por mais meia hora, até às 19 horas.

Fique à vontade, porque falar sobre...

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (Bloco/PR – TO) – Garanto a V. Ex<sup>a</sup> que não será mais do que sete ou dez minutos, para que eu possa...

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – V. Ex<sup>a</sup> tem o tempo que precisar, porque falar sobre eleição é importante e V. Ex<sup>a</sup> trabalhou bastante lá no Estado de Tocantins.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (Bloco/PR – TO) – Trabalhei, Presidente Wellington Salgado, e, graças a Deus, o que vim a esta tribuna dizer hoje foi que saio das eleições municipais – não apenas eu, Senador João Ribeiro, mas o grupo político do qual fazemos parte – saio, repito, com a certeza de uma grande vitória porque se somarmos os votos – e a imprensa do Tocantins já fez a comparação, sobretudo da quantidade de votos obtidos por nós, pelo Partido dos Trabalhadores que trabalha, em quase sua totalidade ou na grande maioria, ligados a mim ou aos meus companheiros – nós saímos com uma vitória muito boa nessas eleições municipais.

É claro que isso não quer dizer nada para 2010. É importante elegermos os nossos prefeitos, os nossos vereadores ou os nossos vices, sejam eles homens ou mulheres, mas sabemos que cada eleição tem uma história. E fui presente nesta campanha. Houve dia em que visitei cinco, seis ou até oito Municípios em um só dia. Eu passava rapidamente em uma cidade, onde havia reuniões, e ia para outra, porque a nossa equipe não era muito grande. As dificuldades são imensas. Em Tocantins, para se sair de Gurupi e ir ao Pico do Papagaio, percorremos mais de 600 ou 700 quilômetros, e mesmo de avião é difícil, não é fácil. Fizemos uma campanha sofrida. Os nossos companheiros passaram por momentos de profunda dificuldade, mas, dentro das possibilidades, nós conseguimos apoiar aquele que é, sem sombra de dúvida, a nossa garantia de que, nas eleições de 2010, nós haveremos de ter um candidato a governador, dois candidatos ao Senado, os candidatos a vice, os deputados federais, os estaduais, enfim, estamos preparando uma eleição para fazer uma disputa em igualdade de condições com os nossos adversários nas eleições de 2010. Quem estiver melhor será o candidato a governador do nosso grupo; aqueles – homem ou mulher – que tiverem as condições serão os candidatos ao Senado. Estamos abertos para as composições.

Não estamos cantando vitória, estamos falando do resultado das eleições, que foi muito bom para nós. Inclusive, o *site* mais lido no Tocantins, que é o *blog* do Cleber Toledo, um jornalista respeitadíssimo no Estado, fez um comentário, no domingo passado – não ontem, mas no anterior –, falando das eleições. E houve, inclusive, até contestação de alguns líderes, de pessoas até ligadas a nós. Só que, Sr. Presidente, quem faz o comentário é um jornalista, é a opinião dele. O jornalista fez uma avaliação do quadro político, do resultado das eleições. O que eu peço é que as pessoas não imputem a mim algo que foi dito por um jornalista, a quem eu respeito. Ele fala muito bem de mim nesse seu comentário, mas, no dia em que ele

me criticar, eu terei que aceitar, da mesma forma, as críticas, que porventura vierem a acontecer.

Então, eu acho que só não aceitam ver as pessoas bem aqueles que têm inveja, aqueles que não aceitam que as pessoas sejam elogiadas, ou que querem que os líderes sejam só criticados. Nós da vida pública, nós políticos, às vezes, somos muito criticados pela própria imprensa e, quando recebemos um elogio, mesmo que esse elogio, para alguns, não seja do seu agrado, temos de respeitar a opinião da imprensa.

Eu vim, hoje, portanto, à tribuna, para dizer dessa nossa alegria, do resultado fantástico que tivemos nas eleições municipais. Vamos tentar, vamos fazer de tudo para manter o nosso grupo unido, com a nossa contribuição, ajudando os Municípios a resgatarem aquilo que o nosso Prefeito Neodir se comprometeu lá em Goiatins, assim como os outros demais 51 Prefeitos nossos e mais oito ou dez, que são de outros partidos e são aliados nossos, além dos Prefeitos do Partido dos Trabalhadores, que estarão aqui, também, amanhã, para se reunirem comigo, com o Deputado Vicentinho, com o Deputado Lázaro e com o Deputado Eduardo Gomes, além dos Deputados Estaduais.

Então, amanhã será um dia de muito despacho interno, de reuniões, para que a gente possa, Presidente Wellington, começar a carimbar o futuro dessas cidades com obras, para que eles possam começar o ano trabalhando.

Este ano nós procuremos dividir bem as emendas, para que cada um possa receber pelo menos um pequeno apoio nosso.

De acordo com as possibilidades, nós estaremos ajudando. E o pessoal do meu Estado que estiver me ouvindo, sabe que o Senador João Ribeiro tem sido um aliado forte dos Prefeitos, que eu tenho trabalhado muito nos bastidores, nos Ministérios, com o Governo, para levar os recursos para os mais diferentes Municípios do Estado, independente da cor partidária do Prefeito, mas principalmente aos pequenos Municípios, aos Municípios mais pobres, que precisam muito de nosso apoio.

Sr. Presidente, o Tocantins ainda tem muito rancho de palha, e isso nos deixa muito tristes. Ainda existem escolas que são de rancho de palha, Senador Mão Santa. O Tocantins ainda tem muitos Municípios que não têm um palmo de esgoto, de saneamento básico na sua cidade. O Tocantins tem, ainda, uma necessidade muito forte na área da saúde, que vai muito mal no nosso Estado. Tudo isso nos entristece muito.

Então nós precisamos fazer um trabalho junto com os Prefeitos para que eles possam resgatar pelo menos o atendimento aos primeiros socorros. O Senador Mão Santa é médico, sabe do que estou falando.

Naquele primeiro atendimento, é preciso que tenhamos muito cuidado. Se o cidadão não tem uma boa alimentação, se o cidadão não tem as condições de levar o seu filho para escola, e quando adocece, não tem uma boa assistência por parte do poder público, fica muito complicado de se viver.

Então, nós, que somos políticos, temos a obrigação de tentar apoiá-los, de orientá-los.

E é isso que esses Prefeitos estarão fazendo aqui amanhã o dia todo, até a noite, exatamente para que possamos dar oportunidade a eles de buscarem as informações de que precisam em Brasília.

O Parlamentar que não puder colocar uma emenda para um Município de um Prefeito nosso, pelo menos, dará ao prefeito a oportunidade de conversar com ele neste ano, já que só assume, no dia 1º de janeiro, o mandato de Prefeito. Então, pelo menos, eles terão a oportunidade de conversar e dialogar no dia de amanhã. Esperamos, então, que esse encontro seja de muito êxito.

É claro que alguns Vereadores do nosso Estado virão, mas nem todos estarão aqui. Vamos, depois, antes do final do ano, fazer um encontro para discutir com os nossos representantes das Câmaras Municipais, os nobres edis. Aprendemos assim a chamá-los.

Sr. Presidente, comecei minha vida como Vereador da minha cidade de Araguaína. Acho o mandato de vereador extremamente importante e embaixador para o futuro que qualquer cidadão ou cidadã possa querer ter na vida pública. Portanto, minha homenagem aos Vereadores que aqui estão e aos que disputaram a eleição.

A vida do Vereador é extremamente difícil já que ele não tem os recursos. A dos prefeitos é difícil, mas a do vereador ainda é mais porque ele não tem recursos para executar nada. Ele está ali tentando, ele é o pára-choque, ele é o primeiro a receber os reclames da população, o pedido de apoio, enfim, tudo aquilo que sabemos que chega à porta da sua casa.

Aliás, Sr. Presidente, até vou repetir uma frase do Deputado Eduardo Gomes, meu aliado, meu companheiro antigo, embora seja jovem. Ele costuma dizer que Vereador apanha duas vezes: uma, quando sai de casa, porque não consegue atender o povo em que tudo o que precisa; e outra, quando chega a casa, porque apanha da mulher porque deu tudo o que tinha lá fora.

Então, essa é a frase mais correta que já ouvi um político dizer, alguém dizer no palanque a respeito do Vereador. A vida é muito sofrida.

Portanto, a minha homenagem aos Vereadores do Tocantins, aos Vereadores do nosso País.

Encerro, Sr. Presidente – até porque nós queremos ouvir o Senador Mão Santa –, dizendo que saio dessas eleições com uma lição muito grande: na vida é preciso ter humildade.

Nós tivemos algumas vitórias. Tivemos vitórias por um voto, Sr. Presidente. Tem um Prefeito nosso que ganhou a eleição por um voto no Estado. Tivemos Prefeito que perdeu a eleição por 20 votos. Que coisa lamentável! Mas tivemos Prefeito que ganhou a eleição de forma consagrada. Então, eleição é isso mesmo: é a disputa do dia-a-dia, é a disputa de idéias, é a disputa de quem é melhor, de quem pode fazer mais, de quem será melhor. E aquele que convencer melhor a sua população consegue galgar êxito no seu pleito, naquilo que deseja. E nós estamos aqui.

Encerro dizendo que, enquanto mandato eu tiver de Parlamentar, serei sempre um defensor do municipalismo, serei sempre um defensor dos Prefeitos, daqueles que precisam ter cada vez mais apoio para administrar. Nós precisamos fazer, Sr. Presidente – e não vai dar para falar hoje –, um novo pacto federativo. O Brasil é muito injusto. A situação atual é muito injusta para a arrecadação. Tanto nos Estados quanto nos Municípios e na União, a fatia do bolo teria que ser como o é em alguns países. Nós precisamos fazer um novo pacto federativo. São assuntos que depois nós vamos discutir para que o Município possa ter mais.

A Constituição de 88 deu muita responsabilidade aos Municípios e deu poucos recursos para que os Prefeitos possam executar aquilo que a população precisa. O Prefeito vem para o mandato cheio de idéias e de desejo de realizar muito, mas, quando ele abre o cofre da Prefeitura, quando ele verifica a situação em que o Município está, encontra dívidas com o INSS, problemas com precatórios, enfim, uma série de problemas que lhe deixará muito triste e com dificuldades para administrar.

Por isso, é importante que os Prefeitos venham a Brasília e conversem com seus Parlamentares, a fim de que eles possam aqui conseguir um recursozinho extra, uma emenda, para que eles possam aplicar em obras. Eles não podem aplicar esses recursos em folha de pagamento e na sustentação da máquina e, portanto, eles terão de executar aquela obra para o fim específico determinado. Então, são importantes a vinda e a presença do Prefeito em Brasília.

Meus cumprimentos a todos que disputaram a eleição, sobretudo no meu Estado: aos que venceram e àqueles que souberam participaram com altivez, que participaram do debate público nas campanhas. Alguém saiu vencedor, mas eles também ganharam em alguma coisa, porque participaram do debate e

vão estar preparados, com certeza, para disputar as próximas eleições.

Sr. Presidente, obrigado pela paciência. Dou-me por satisfeito, feliz por ver que nós podemos fazer muito pelos nossos Municípios e pelo nosso País. Basta que queiramos discutir, cada vez mais, a questão do municipalismo brasileiro. Eu voltarei para discutir a questão do pacto federativo.

Obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. João Ribeiro, o Sr. Jefferson Praia deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Wellington Salgado de Oliveira.*

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador João Ribeiro.

Tive oportunidade de conhecer o Estado de Tocantins quando a capital ainda era Miracema. Lembrome bem, uma estrada que acaba no rio. Minha mãe, que é educadora, disse que dava aula onde o avião pousava, que era a pista principal, que chegava no palácio, naquela época.

Parabéns pela evolução do Estado, inclusive com Senadores como V. Ex<sup>a</sup>, que sempre procura cuidar bem do seu Estado.

Com a palavra esse senhor que representa muito bem o nosso Partido, Senador Mão Santa, representante do Piauí.

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Wellington Salgado, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros que aqui estão e os que nos assistem pelos sistemas de comunicação do Senado, Padre Antônio Vieira disse que o exemplo arrasta. V. Ex<sup>a</sup> deu bom exemplo ao fazer uma retrospectiva do grandioso partido da democracia, o PMDB. Então, peço permissão para ser o último orador desta solenidade e também para mostrar o nosso entusiasmo, do PMDB, de todos nós.

A vida é cheia de confusão. No livro de Cervantes, Dom Quixote dá uma ilha, João Ribeiro, para Sancho Pança governar, premiando a companhia que ele teve. E aí o ensina a governar. Ele diz: “Mas eu não posso ser governador, não tenho saber”. Ele responde: “É, mas eu tenho observado, e você tem um importante mérito, que é a maior sabedoria: é temente a Deus”. Isso é uma sabedoria. E aí o ensinou a governar: não abuse da bebida, evite a preguiça, seja honrado, honesto. E foi ensinando. E, João Ribeiro, ele foi até um bom governante, temente a Deus, humilde.

Antes de sair, Dom Quixote disse: “Quero lembrá-lhe uma coisa: só não tem jeito para a morte”. Por isso é que a gente usa essa expressão. É dele. Mas, João Ribeiro, ele foi até um governador bom, humilde, cheio de sabedoria. Aí o Sancho Pança estava lá quando Dom Quixote voltou. Ele disse que deu saudade. Ele disse: “O que você acha de ser governo?”. Ele respondeu: “É um golfo de confusões”. Então, isso é um golfo de confusões. O PMDB surgiu nessas confusões.

Mas eu quero dizer que a nossa história, a nossa entrada na política foi por ideal, pelo sonho. Hoje as coisas mudam. Tudo muda na natureza. A nossa geração tinha um ideal de redemocratizar este País.

Eu estudava Cirurgia no Rio quando quis Deus eu estar no Maracanãzinho, quando um jovem que transformou... A música, Wellington Salgado, comove muito, ela tem uma força muito maior do que a oratória. Você pode ver o livro de Deus, os Salmos: era Davi, era Salomão dedilhando a harpa e fazendo as músicas. “Deus é meu pastor, nada me faltará”. E a música leva. E eu estava na juventude, fazia cirurgia no Hospital dos Servidores, e, quando eu vi – estava no Maracanã – um jovem pegar um violão e chamar o Brasil para acordar: “Vem, vamos embora, que esperar não é saber; quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Isso se canta desde aquela data, há mais de quarenta anos. Foi essa música que fez derrubar, que ativou o ideal político.

E, nesse balanço, entramos no PMDB. É uma história muito bonita.

Em 1972, antes do Ulysses – Ulysses aqui foi em 1974, o anticandidato –, liderávamos esse partido da oposição em nossa cidade e tiramos da ditadura a maior Prefeitura do Estado do Piauí, Parnaíba, cidade histórica, onde nasceu Evandro Lins e Silva; João Paulo dos Reis Velloso, que foi Ministro; Alberto Silva; Chagas Rodrigues, que foi Senador e Vice-Presidente desta Casa.

Então, esse partido é grandioso. Quer dizer, as liberdades democráticas renasceram aí. Recordamos Ulysses Guimarães, que está encantado no fundo do mar; Juscelino Kubitschek, humilhado, cassado, exilado, sofrido, o maior exemplo de tolerância e de amor à democracia. Aí você vê o que é a vida do político, não é? Imaginar um Juscelino sair daqui humilhado, cassado, exilado. O próprio Tancredo, da sua terra, imolou-se pela transição e deu, com a sua tolerância e inteligência, exemplos enormes de solidariedade. Olha, ele, que herdou a caneta de Getúlio, ele, que discursou no túmulo... E, no túmulo de Getúlio, Senador Wellington Salgado... Devia haver 22 Governadores naquela época. Atentai bem para a grandeza do povo de Minas, que V. Ex<sup>a</sup> representa. Eram 22 Gover-

nadores. Getúlio era PTB e era Presidente. Devia ter mais da metade dos Governadores, mas só um foi ao enterro de Getúlio – olha como é a política: Juscelino Kubitschek. Que coragem!

Mas esse partido é grandioso mesmo nessa conjuntura, nessas dificuldades, nessa destinação. E é aquilo que você disse: é complicado, é partido, é muita liderança, viveu sob esse ideal. E, com o pluripartidarismo, nasceram filhos dele. O PSDB é um filho dileto dele.

Mas estamos no PMDB e somos agradecidos. Por esse partido, sou Senador da República e fui eleito duas vezes Governador do Estado do Piauí.

Evidentemente que a política é assim. Senador Wellington Salgado, basta, para entendermos a política... Acho que o maior líder da história do mundo foi Winston Churchill, porque ele foi um líder militar – foi em duas guerras mundiais, na última ele foi o comandante – e foi político. Então, ele definiu, e ninguém melhor do que ele...

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Sem contar Jesus Cristo.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sim, outras eras!

Então, Winston Churchill disse: “Política é como a guerra, com diferença que, na guerra, a gente só morre uma vez”.

Rui Barbosa perdeu várias vezes e está ali – perdeu como quê! De Abraham Lincoln, eu só não lhe desejo a bala, que ele pegou. Foi o homem que perdeu mais. Agora, eles nos dão ensinamentos. Já perdi eleições, já ganhei eleições. Um sujeito como Rui Barbosa não pode perder, ô João Ribeiro, a vergonha e a dignidade. Ele que não perca, não, porque é o fim!

O PMDB, peguei uma vez. No começo, eram só dois partidos. Quando entrei numa eleição, acho que o Alberto Silva, muito sabido, pensou – estava ali presidente: “Vou botar esse menino aí para ser piranha e me eleger Deputado Federal”.

Wellington Salgado, eu me lembro que, em 1994, o PMDB tinha três Prefeituras, apoiado pelo Prefeito de Teresina, Wall Ferraz. Quatro. Eram 145 cidades. De repente, Deus – negócio de Deus – e o povo me fizeram Governador do Estado. E três Prefeituras pequeninhas: Sigefredo Pacheco, Canavieira – Zé Nordeste, um grande líder –, e um pastor no sul; só tinha um. E Teresina. E Wall Ferraz era Prefeito do PSDB, grande líder, maior do que eu. Aliás, ele tinha me convidado para ser vice, mas desistiu. Era Prefeito de Teresina. Deus nos ajudou e estamos aqui. E Wall Ferraz, o maior líder da história política, ainda hoje mantém o PSDB, graças ao mito que ele foi. Enfrentou a ditadura.

Agora, o mérito maior desse Partido no Piauí, sem dúvida nenhuma, é Alberto Silva, que foi Senador. Aliás, é uma benção, está na Bíblia que o homem abençoado por Deus tem longevidade e, até o fim de sua vida, exerce sua atividade. João Ribeiro, Alberto Silva vai fazer 90 anos no dia 10 de novembro e é o Presidente do PMDB. É o maior líder do PMDB! Fez muito: foi Prefeito da minha cidade, um extraordinário Prefeito; foi Governador do Estado, um extraordinário Governador. Vai fazer 90 anos!

A ingratidão é uma doença do caráter. Ninguém fez ele, quem o fez foi ele mesmo, que enfrentou. Ele saiu com Tancredo para o PP. Voltou. Ele que deu os votos para consolidar o MDB. Ele que deu à delegação e que consolidou o Partido. O PMDB, quando já mudou o nome, precisou do PP. Alberto Silva deu, somou e está aí.

Realmente, ele é um empreendedor! Ele ficou na história como um homem de tocar obra. Mudou a fisionomia do Piauí. Uma vez, ele foi Governador indicado, no sistema revolucionário, e, outra vez, voltou nos braços do povo. E ganhei duas vezes nos braços do povo.

A história do PMDB reflete essas duas administrações extraordinárias. Cada uma na sua época. Fui depois. Tive mais chances de criar 78 cidades, 400 faculdades.

Então, o PMDB vive desses dois fenômenos que governaram o Estado e que fizeram as riquezas do Estado.

A ingratidão é uma doença de caráter.

Realmente, nessas eleições, ele diminuiu. Não vou dizer que não, mas estou satisfeito e estou aqui movido pelos dados e números que Wellington Salgado trouxe e que o Brasil todo conheceu.

Somos o maior Partido em número de prefeitos, o maior Partido em número de vereadores. Cresceu. No Piauí, depois que fui Governador, o Partido cresceu muito. Então, são normais essas ilações. Eles se coligaram, e o PT tomou isso fácil. É lógico!

Então, diminuiu, mas ninguém vai tirar o mérito. Quem tem bastante luz própria não precisa diminuir ou apagar a luz dos outros. Essa é uma filosofia que tem que ser levada em conta, João Ribeiro. Então, para ter luz, não vou precisar culpar o Alberto Silva, não. O Alberto Silva foi quem plantou, quem criou e que fez tudo. A ingratidão seria a doença do caráter. Realmente, o PT cresceu: tomou o Governo, fizeram um acordo, e o próprio candidato à Teresina era do PT, um homem de bom caráter; e o Vice era do PMDB, o filho de Alberto Silva.

Mas o fato é que perdemos em algumas cidades, mas o PMDB tem essa história. Perdemos cidades fa-



bulosas, onde tínhamos hegemonia. Mas deixamos uma história extraordinária: Oeiras, a primeira capital.

É o PMDB mais forte, porque estava há alguns anos. É Juarez Tapety a melhor figura política que conheço. Fui Deputado Estadual com ele em 1979; ele era líder; e eu, Vice-Líder. Seus filhos: Tapety Neto e Mauro Tapety, extraordinários!

Eu queria lembrar que Winston Churchill ganhou a guerra e perdeu a eleição seguinte. Depois, ele voltou. O povo o chamou para ser Primeiro-Ministro. Mas ele perdeu. Ele ganhou a guerra, Wellington Salgado, e perdeu a eleição.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Não posso fazer aparte, Senador Mão Santa, mas tive oportunidade de estar com Iris Rezende, Prefeito reeleito em Goiânia. Ele ganhou a primeira vez, e tivemos uma conversa. Ele falava: “Wellington, você sabe que, se eu não fosse, de novo, eleito, eu ia morrer frustrado”. Já foi tudo o Iris Rezende...

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Está aí: uma vida como a de Abraham Lincoln. Perdeu, mas nunca perdeu a vergonha. V. Ex<sup>a</sup>, com a inteligência privilegiada de Minas, mencionou nosso recente Iris! Dei um exemplo de longe: Winston Churchill, Abraham Lincoln e Rui Barbosa.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – O Iris ganhou e, logo depois, estava correndo numa maratona!

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Pois é. Então, o Iris, que foi a inspiração de V. Ex<sup>a</sup>, perdeu aqui, mas é sempre o maior símbolo. Está aí um bom candidato do PMDB à Presidência da República. As coisas nascem assim.

Perdemos em Oeiras, mas são os mais valerosos da história do PMDB. Isso é normal. Perdemos em Uruçuí, do melhor líder que conheço no sul do Estado. Olhem, senti aquele negócio de Gurguéia. Se for criado o Estado, o primeiro Governador tem que ser Chico Filho, um bravo, um líder. Ele é uma figura.

O PT cobiou lá, e o Governo, você sabe, está com força no Nordeste, com a criação desse Bolsa-Família. Mas é uma administração extraordinária. Levamos a Bunge, que foi a mudança do cerrado, a introdução do plantio de soja, com a vinda da raça gaúcha, da raça de Santa Catarina, do Paraná, para a última fronteira. Foi o Chico Filho quem promoveu. Ainda mais: a ponte do Gurguéia, a ponte que nos leva a Ribeiro Gonçalves. Tudo foi ele quem fez. É como Winston Churchill e os interesses.

Em Luís Correia, no meu litoral, o PMDB perdeu por pouco; por 30 votos. Atentai bem como isso é um negócio complicado! Luís Correia é irmão do meu avô. Em Cristino Castro, onde jorra água; um líder extraordinário,

João Falcão. Eles se igualam à luta política de Abraham Lincoln, de Churchill, de Rui Barbosa, de Iris Rezende, a minha mesmo, a de Alberto Silva. Alberto Silva é homem de muitas lutas. Ele amargou algumas derrotas na sua carreira política, mas nunca perdeu o entusiasmo, e nunca ninguém falou como o poeta nordestino:

Não chores, meu filho;  
Não chores, que a vida  
É luta renhida:  
Viver é lutar.  
A vida é combate,  
Que os fracos abate,  
*Que os fortes, os bravos*  
*Só pode exaltar.*  
(Gonçalves Dias)

E essa turma é a melhor. É um Partido que tem, talvez, a maior Bancada estadual. Dividiram-se: uns foram para o Governo, outros seguiram a nossa lide: João Madsen; Mauro Tapety; Ana Paula, uma encantadora mulher, irmã de Chico Filho e Zé Nordeste, que ganhou já em outra sigla, o PTB, que pode ser um Partido aliado, no futuro; Moraes Souza Filho, meu sobrinho; Kléber Eulálio, que é Secretário de Governo; Temístocles Sampaio, que é o Presidente da Assembléia, talvez o melhor de todos; Warton Santos, médico como eu, líder do Governo; além dos Deputados Federais Alberto Silva e Marcelo Castro, os dois extraordinários, cada um com a sua história, e de mim, Senador.

Então, o PMDB, como no Brasil... Hoje, o Cláudio Humberto, sem dúvida nenhuma, é o melhor cronista político, o mais lido. Meu amigo Fernando Collor só cometeu um erro: naquele negócio de botar os notáveis, tirou-o do cargo de Secretário de Comunicação. Se ele estivesse no cargo, jamais o Collor teria caído.

O Cláudio Humberto deve estar dizendo: “O Mão Santa está cacarejando, aí, que o PMDB tem candidato a Presidente.”

Eu acho que sim, Wellington Salgado, é um debate.

Atentai bem! Se, em 1974, Ulysses Guimarães, sem a mínima condição no Colégio Eleitoral, contra Sobral Pinto, sob condições adversas, conhecendo seus eleitores – os eleitores eram do Partido do Governo, da Arena –, deu esse exemplo. Como é que, agora, 35 anos depois, nós que, como V. Ex<sup>a</sup> mostrou, não só quantitativamente mas qualitativamente, somos melhores que essa gentalha que está aí à frente, querendo tomar o poder no Brasil...

Nós somos melhores, nós temos história, nós temos currículo, nós temos isso. Então, eu não admito.

Como eu lutei por Germano Rigotto, Garotinho! Eu estava lá. Como eu lutei pela candidatura própria!

Depois, Pedro Simon, que não deixaram. Agora, com muito mais razão, primeiro, quantitativamente e qualitativamente. Agora mesmo você citou um nome: Iris Rezende. E esses Ministros todos, não podem ser? Não estão aí? Não são os Ministros que estão dando a popularidade? Não são os Ministros do nosso Partido que são capazes, que são eficientes, que são competentes? Não são eles que estão fazendo mudar tudo isso aí? Com todos eles: Reinhold Stephanes; Geddel Vieira, esse bravo; Edison Lobão; o seu Hélio Costa. Por que não? E os Governadores que estão aí? São tão bons: o Requião do Paraná; o do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, que votava sempre comigo, igual ao meu voto.

Esse negócio de dizer que Lula tem mágoa... Tem, não. O Luiz Inácio gosta de quem vota. Esse Sérgio Cabral nunca deu voto pelo Lula. Eu votava com ele ali. Ele olhava o quadro. Pode ver; pode ir aos arquivos. Votou sempre contra. Ele combinava: "Mão Santa, eu não posso votar só, é para ter dois". V. Ex<sup>a</sup>, Wellington Salgado, está sabendo: votou tudo contra o Luiz Inácio. E não é, hoje, o queridinho?

Esse agora, que está lá candidato, disse que falou até do filho dele. Eu nunca falei. Pelo contrário, minhas palavras, até com a Dona Marisa, são respeitadas. Comparei-a a Marta Rocha, que foi uma das mais belas mulheres, tanto fisicamente como moralmente, na história. Então, não tem nada que... A maior firmeza.

E aquele da Sealopra? Aquele esculhambou o Lula. Eu, não. Eu tenho sido a favor e contra. Olho as votações conforme a minha consciência. De tudo o que V. Ex<sup>a</sup> falou, foi muito bonito dizer que o PMDB não tem dono, tem um povo. Então, eu tenho votado, aqui, como Ulysses disse: "Ouça a voz rouca das ruas". Quando está bem, eu voto; quando não está bem, eu voto.

Mas nós temos candidato. E o nosso Presidente do Partido?

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Senador Mão Santa, prorrogo por mais meia hora a sessão.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Não, em três minutos vou encerrar.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Mas eu vou dar meia hora para V. Ex<sup>a</sup>. Quando fala do PMDB, eu gosto bastante.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Olha, Michel Temer, candidato extraordinário. Como é que um partido desses pode esquecer um homem de uma bela vida política, de uma bela vida de mestre, que pegou o PMDB? Está aqui, cresceu. Napoleão Bonaparte dizia que o francês é tímido, até preguiçoso, mas, com um grande comandante, ele vai. Esse grande comandante foi Michel Temer. Esse Partido cresceu. Ele soube na-

vegar. Ele soube e está aí; pode ser nosso candidato a Presidente da República.

Se esse é um bom conceito, atentai bem, aqui no Senado, por que nós vamos abdicar? Ô Wellington Salgado, olha o Rui Barbosa aí. Por que nós vamos abdicar a Presidência deste Senado? Por quê? Você já está aí, posso ser eu. Eu estou doidinho por isso. Eu sou bom. Nós não botamos o Garibaldi aí?

O Rui Barbosa está ali, e sabe o que ele disse? Que o homem que não luta pelos seus direitos não merece viver. Aqui tem uma praxe, uma tradição, uma história, um costume. O Partido majoritário somos nós. Estão aqui, 21, foram lidos os nomes. Eu não fiz acordo com ninguém, não. Eu vou atrás desse candidato do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – O Partido da governabilidade.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – E, aqui, não podemos abdicar.

Então, ô Cláudio Humberto, é fato: nós vamos ter candidato aqui. Nós somos melhores em quantidade e em qualidade. Atentai bem e olhai. Está aí. Não botamos, aí, o nosso Garibaldi, que está levando, com muita honra e com muita dignidade? Ele é apenas um dos 21. Não é qualquer...

No meu Estado está a discrepância. Eu defendi Garotinho, defendi Germano Rigotto, defendi Pedro Simon, defendo para Presidente e defendo no nosso Estado. Tem muitos homens bons. Está cheio. É a maior Bancada estadual: dois federais, Senador, nomes outros que já exerceram cargos públicos, ex-Prefeitos, todos extraordinários. Qualquer um desses pode ser candidato: um dos Tapety, o Chico Filho, o João Falcão, o Toinzinho, o ex-Ministro, o Henrique.

Então, defendo a tese da candidatura própria do PMDB. Eu acho que o Brasil vai ter muito a lucrar, porque temos demonstrado isso, e o povo do Brasil tem correspondido com a credibilidade que deu à luta do PMDB.

Então, são essas as minhas palavras.

Sendo do Piauí, eu apenas queria esclarecer isso tudo, embora, hoje, tenhamos diminuído a nossa participação nas prefeituras. Esse é um momento, mas vamos conquistar, pela governabilidade que o PMDB tem dado ao Brasil e tem dado ao Piauí. Acho que o Presidente Luiz Inácio tem de devolver ao Piauí obras estruturantes, obras fundamentais que nos levem a uma riqueza.

Nós aprendemos com o povo de Minas. Juscelino, na suas memórias, disse que em Diamantina acabou o ouro, acabou o diamante, mas não acabou a vergonha do povo. Todo mundo estudava e trabalhava. Até as suas figuras folclóricas, como toda cidade tem, trabalhavam, tinham um serviço, um trabalho.

Então, não pode o nosso povo ficar à toa, como estão fazendo no Piauí. É lógico que ninguém tem

nada contra essa Bolsa-Escola, é uma caridade – que a caridade seja bem-vinda –, mas ela tem de ser transformada numa realidade de trabalho, de riqueza e de grandeza. Para isso existe o Parlamento.

Aproveitem isso, Wellington Salgado: some-se, entregue-se para a Prefeitura, vote-se uma lei pela qual o governador tem de dar mais 20%, o prefeito, 10%, e o prefeito encaminhe para o trabalho.

O trabalho, disse Rui Barbosa, vem antes. O trabalho e o trabalhador geram a riqueza. Segundo o próprio Deus: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. Apóstolo Paulo: “Quem não trabalha não coma”.

Nós queremos obras do Presidente da República, pela grandeza do PMDB nacional, pelo apoio que os nossos Ministros têm dado, pelo apoio à governabilidade no Estado do Piauí, pelos peemedebistas que estão nas Assembléias Legislativas. Mas nós queremos obras como o Porto de Luís Correia. Quantas vezes eu já bati aqui: há mais de um século, com US\$100 milhões gastos... Eu pensei, Wellington Salgado, que o Luiz Inácio com o governador iam terminar. Tanto é que eu aloquei R\$17 milhões e teria alocado mais. Com os R\$3 milhões, já seriam R\$20 bilhões para o Porto de Luís Correia. Um bem nunca vem só; vem sempre com outro bem. E aí vem a estrada de ferro, que é necessária, num Estado comprido como o quê! O transporte... Aí vem a ZPE, vem o aeroporto para funcionar. Só tem mentira. Eles falam em dois aeroportos internacionais, mas na minha cidade não tem nem teco-teco. Sempre teve, sempre voou. Eu era menino e voava. Em São Raimundo Nonato só tem jumento na pista. Aí é piada. Nós queremos a Transcerrado para transportar a soja, levá-la até a ponte do Maranhão e pegar a ferrovia. Nós queremos o hospital universitário; terminar o metrô que Alberto Silva sonha; aqueles dois tabuleiros de Guadalupe e a irrigação.

Eu acho que o governador devia se arejar nos ventos da praia e ver que a grande obra de redenção para o Piauí é uma refinaria em Paulistana. Se olharem o mapa do Piauí, verão que o sul do Estado fica em Paulistana, eqüidistante das capitais do Norte e Nordeste. E a Petrobras indica que o problema do Norte e Nordeste será a deficiência dos derivados do petróleo: a gasolina, o óleo, o gás. Daí ele ser caríssimo. É o mais caro do mundo.

Então, Paulistana é eqüidistante de Boa Vista, capital de Roraima, de Amapá, eqüidistante de Belém, de São Luís, de Teresina, de Fortaleza, de Natal, de João Pessoa, do Recife e de Aracaju. Então, se era mais caro, porque não é no litoral... Atentai bem para o exemplo de Juscelino! Era mais cara Brasília? Mas ele colocou no interior, para interiorizar, para dividir as riquezas.

Então, essas são obras que realmente queremos, que o povo do Piauí não fique à-toa, que o povo seja fortalecido com educação, com uma nova universidade federal.

Minas tem quantas universidades federais, Wellington Salgado?

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – É o Estado que mais tem universidade federal.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Quantas?

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – É o Estado que mais tem universidade federal. Não sei de cabeça.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI – Mais ou menos... Não são menos de seis, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Não são menos seis não; afora as estaduais, que são boas universidades. Temos universidade em Uberaba, em Uberlândia. Mais de seis.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sim; mas estou falando das federais. As estaduais... Esse homem que está aqui criou 400 faculdades estaduais, que o PT tem diminuído.

Mas, então, está na hora de criar uma segunda federal, a do Delta. Há um outro projeto no sul do Estado. Isso é o que nós queremos. Nós queremos obras estruturantes, que nos dê, através do estudo e do trabalho, o caminho da riqueza, como o das suas Minas.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, é sempre uma honra muito grande ouvi-lo.

O PMDB, com certeza, aonde chegou, tem muito do trabalho de V. Ex<sup>a</sup>.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.249, DE 2008**

Senhor Presidente,

Como membro titular da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, fundado no art. 40 do Regimento Interno do Senado, requero licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa nos dias de 3 e 4 de novembro do ano em curso, para fins de participar da Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se em Montevidéu, no Uruguai.

E, nos termos do art. 39 do Regimento Interno desta Casa, comunico que estarei ausente do País no período de 31 de outubro a 5 de novembro de 2008, para atender à missão.

Sala das Sessões, 20 de outubro de 2008. – Senador **Romeu Tuma**.

**REQUERIMENTO Nº 1.250, DE 2008**

Senhor Presidente,

Tendo sido autorizada por Vossa Excelência para representar o Senado Federal no Seminário sobre as Políticas de Financiamento da Educação, que será realizada na Cidade do México, requeiro, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 28 a 31 de outubro do corrente, para desempenhar mencionada missão.

Comunico, nos termos do artigo 39, inciso I, do Regimento Interno, que estarei ausente do País no mencionado período.

Sala das Sessões, 20 de outubro de 2008. – Senadora **Fátima Cleide**.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão apreciados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 1.251, DE 2008**

(Requerimento nº 81, de 2007-CDH)

(Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Com fundamento nos arts. 222 e 223 do Regimento Interno do Senado Federal requeiro voto de solidariedade ao Padre Julio Lancellotti, pelo trabalho que tem realizado na Casa Vida de acolhimento das crianças contaminadas pelo vírus do HIV ou que perderam seus pais em virtude desta doença, de atendimento e solidariedade ao povo de rua, de compreensão e orientação aos menores infratores e que recentemente foi vítima de extorsão e acusações de abuso sexual.

**Justificação**

Os moradores do bairro Moóca são habituados a ver um homem alto, de pele clara, calvície acentuada, que anda rapidamente nas ruas e nos bairros de São Paulo, ou pedindo uma passagem aos conhecidos, ou algum outro tipo de auxílio. Vestido sempre com camisa clara e calças jeans, sandálias franciscanas nos pés e óculos para corrigir alguns graus de miopia e astigmatismo. Olhos que sabem falar. Sempre em ponto de comover-se, alegrar-se e surpreender-se. Sempre atento com os movimentos da alma e das pessoas que estão em volta dele, sejam eles criaturas da rua, infratores reincidentes, mendigos, pequenas prostitutas ou encarcerados. Denunciando violência e anunciando justiça. Enterrando corpos massacrados pela polícia, abençoando rostos sem nome, revelando torturas e extermínios sem autores.

Padre Renato Julio Lancellotti, de origem italiana, já é uma lenda em São Paulo. Como educador formou uma escola de resistência aos métodos violentos e militares no interno da casa de correção para menores. Como coordenador da Pastoral dos menores inaugurou a pedagogia dos educadores de rua. Como um padre solidário aos mendigos fundou comunidades que tentam resgatar-lhes do esquecimento. Como vigário do Cardeal da metrópole brasileira, Dom Paulo Evaristo Arns, defendeu os direitos humanos sempre que possível; e também quando impossível. Como pároco fez da sua paróquia uma tribuna de denúncia.

Como homem sempre viu Deus nos homens e os homens em Deus. Depois de 14 anos como padre de rua, ele chegou ao seu último desafio. Abriu a “Casa Vida, uma casa de acolhimento para meninos abandonados todos portadores do vírus HIV. Indicados da extinta Febem; recolhidos na rua, como Yovi, que pesava um quilograma quando chegou lá; achados no lixo, como Yulema; tirados da dos pais por maus tratos, como Giulia, que tinha o corpinho coberto de feridas.

Aos 51 anos, o padre Júlio Lancellotti é coordenador do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, da Pastoral do Menor, da Igreja Católica. Ele também foi um dos principais interlocutores dos internos da extinta Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem), instituição que tinha a missão de reeducá-los e reintegrá-los à sociedade. O padre Júlio além de diretor da Casa Vida, entidade que há dez anos atende crianças portadoras do vírus HIV, também é pároco da Igreja São Miguel Arcanjo, na Móoca, em São Paulo.

Diretor da Casa Vida, a qual visitei diversas vezes, sou testemunha de como ali Padre Júlio acolheu inúmeras crianças como um atencioso pai adotivo. Ele mantém, sob sua custódia, 34 crianças órfãs e portadoras do vírus HIV. Ao longo dos últimos dez anos, lá foram acolhidas 109 crianças.

Pelos caprichos da vida, justamente um ex-interno da extinta Febem transformou a vida do padre Júlio em um verdadeiro calvário, de denunciante o padre passou a denunciado, de acusador a acusado. Segundo o padre, Anderson Marcos Batista, de 25 anos, que conheceu na Febem há sete anos, e mais três pessoas, entre elas a mulher de Anderson, o tem ameaçado fisicamente e coagido com denunciá-lo de pedofilia. “Eles conseguiram minar meus recursos. Nos últimos três anos deixou de ser ajuda e passou a ser extorsão.” Durante este período eles extorquiram quantia considerável de dinheiro, obrigando o padre Júlio a pagar prestações do financiamento de uma Mitsubishi Pajero, para o ex-detento, entre outras exigências.

Além de intimidá-lo com insinuações de agressão, o grupo passou nos últimos meses a dizer que pro-

curaria a imprensa para denunciar um suposto abuso sexual cometido pelo padre contra o filho de Conceição Eleutério, companheira de Anderson. “Tem coisas que você não consegue explicar. Tem coisas subjetivas. Eu queria mudá-los”, disse o religioso, ao ser questionado por que tinha pago aos acusados por tanto tempo.

O padre Júlio conta que denuncia o caso de extorsão às autoridades desde o governo passado. Em 2006, diz ter procurado o coronel Elizeu Eclair, comandante da PM durante o governo de Geraldo Alckmin (PSDB), para pedir ajuda. Na época, também segundo o padre, foram coletadas informações e feitas buscas nas casas dos suspeitos, mas nada foi encontrado. A Polícia Civil, no entanto, afirma que soube da denúncia de extorsão somente em agosto, segundo informou Marco Antônio Bernardino Santos, delegado-assistente do SIG (Setor de Investigações Gerais) da 5ª Delegacia Seccional.

A pedido da polícia padre Julio gravou conversas nas quais era chantageado. Os quatro acusados tiveram suas prisões decretadas por crimes de extorsão e formação de quadrilha, como noticiou o jornal **Diário de S.Paulo** no dia 16 de outubro último. Foi por meio destas gravações que a polícia prendeu em flagrante no dia 6 de setembro o ajudante Everson dos Santos Guimarães, quando recebia a quantia de R\$ 2.000,00 dentro da Igreja do Belém. Há ainda um inquérito policial para investigar acusações de abuso sexual relativa a um menor, feitas por uma ex-funcionária da Casa Vida II.

No início de novembro, a Polícia Civil de São Paulo concluiu que o padre Júlio Lancelotti foi vítima de extorsão e indiciou as quatro pessoas presas sob acusação de envolvimento no crime. Para a polícia, há provas contra o grupo. O inquérito ainda será analisado pela justiça. No final do mês de novembro, Márcio

José de Lima, preso em abril deste ano, negou ter tido relacionamento íntimo com o Padre.

Padre Júlio, como diz o jornalista Walter Falceta Júnior, representa o que há de melhor em nossa sociedade. Ostenta como atributos a tolerância, a compaixão, a energia para o trabalho, a perseverança, a humildade e a coragem.


Seus serviços oferecem um fio de esperança aos que foram humilhados, destituídos, feridos, maltratados e excluídos pela farisaica elite brasileira. Sim, nessa comunidade da outra São Paulo há também os loucos, os consumidos pelo vício e os seduzidos pelo crime de varejo. A esses homens, mulheres e crianças feitos párias, à beira do redemoinho da morte, padre Julio estende a mão, seguindo as recomendações dos evangelistas.

Na próxima terça-feira, dia 11/12, o governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, segundo notícia publicada nos jornais do dia 4/12, irá homenagear o Padre Júlio, que será agraciado com o Prêmio Direitos Humanos, pela sua grande luta no enfrentamento da pobreza e em reconhecimento ao seu trabalho em prol dos necessitados e excluídos. O próprio presidente Lula já esteve presente várias vezes nos natais de solidariedade promovidos pelas entidades que Padre Júlio coordena.

Embora ainda não haja uma conclusão final para o caso, está sendo comprovado que as acusações não se sustentam.

“Não é bastante pedir, distribuir a hóstia e perdoar os pecadores” diz padre Julio. A missão de um padre é de operar para que o mundo se torne mais justo e mais humano.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2008.

  
**Senador EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**

*Sen. Flávio Arns*  
*Sen. José Roberto Guimarães*  
*Sen. José Maranhão*  
*Sen. Sérgio Guerra*  
*Sen. Humberto Alves*  
*Sen. José Carlos Tinoco*  
*Sen. Marco Aurélio Melo*  
*Sen. Roberto Campos*

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**44º REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2007, ÀS 09 HORAS E 03 MINUTOS.**

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** Declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Cumprimento já aqui o Senador César Borges, o Senador Mesquita Júnior, hoje teremos uma importante votação de um projeto que amplia a licença maternidade da nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes. Eu faço um apelo a todos Senadores, se puderem, o Senador César Borges já garantiu que estará aqui para debater e votar o projeto que amplia a licença maternidade. Eu faço o apelo a todos os Senadores que se encontram das dependências da Casa para que venham à Comissão de Direitos Humanos, é um projeto terminativo, Senador Mesquita Júnior já está aqui e vai ser o primeiro a fazer uso da palavra, que amplia a licença maternidade de quatro para seis meses. O importante que esse projeto construído pela Senadora Patrícia em que eu tive a alegria, Senador Mesquita Júnior, de ser indicado por ela mesma como Relator, é fruto de um longo debate com toda a sociedade brasileira. E não há porque alguém ser contra, na minha avaliação, não estou falando como Relator, mas sim como Presidente. Já que é um projeto optativo. As empresas que quiserem terão incentivos fiscais para que possam então aderir a esse programa que vai fortalecer toda a formação, eu diria, intelectual e mesmo física das nossas crianças porque ficarão um tempo maior em contato direto com as crianças.

Então esse é o grande debate que nós teremos aqui hoje, que eu entendo que será o projeto aprovado por unanimidade. Eu só vou ler a pauta e vou passar em seguida ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Projeto de Lei do Senado nº 281/2005 que cria o Programa Empresa Cidadã destinado à prorrogação da licença maternidade, mediante a concessão de incentivo fiscal. Autora, Senadora Patrícia Saboya, Relator Senador Paulo Paim, o meu parecer é pela aprovação da matéria com cinco Emendas. Emendas que, repito, foram conversadas com a Senadora Patrícia. Essas Emendas são fruto de um entendimento da Senadora com os mais variados setores da sociedade.

Concedo a palavra nesse momento... Eu vou ainda apresentar o que nós vamos... Temos como pauta depois do Item 01. Temos também como Item 02, Emenda nº. 01 - CCJ e nº. 02 - CCJ ao Projeto de Lei do Senado nº. 490/2003, terminativo. Que dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e direitos humanos, especialmente que tratam das mulheres, crianças e adolescentes. Também a autora Senadora Patrícia Saboya, Relatora Fátima Cleide. Também o projeto é terminativo. Nós pretendemos também aprová-lo no dia de hoje. O projeto foi aprovado nessa Comissão em caráter terminativo, em 24/2007, retornou a essa Comissão para a Relatora pudesse dar parecer sobre as Emendas, a Emenda nº. 01 e nº. 02 de autoria do Senador Eduardo Suplicy

Antes mesmo de começarmos a leitura do Relatório eu gostaria de passar a palavra para o Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Geraldo Mesquita, V.Ex<sup>a</sup> quer fazer algumas considerações para que... Em seguida eu lerei o Relatório, e daí sobre o Relatório iniciaremos efetivamente a discussão. Prefere que eu leia primeiro? Vamos fazer a leitura do Relatório de imediato.

Já estamos no Item 01. Eu gostaria de solicitar ao Senador Mesquita Júnior que assumisse nesse momento a Presidência para que eu possa... Farei aqui ao seu lado mesmo, a leitura do Relatório.

### **[troca de presidência]**

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Com a palavra o Senador Paulo Paim para a leitura do Relatório de sua autoria.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** Passo, de imediato, a fazer a leitura do Relatório do Projeto da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que trata sobre a ampliação da licença maternidade de quatro para seis meses.

Esse Projeto de Lei da Senadora é de nº. 281/2005 que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença maternidade e conseqüentemente por opção, a concessão de incentivo fiscal.

Relatório. Em análise nesta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº. 281/2005 acima ementado, de autoria da nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes, repito, a Senadora Patrícia que construiu esse projeto como também todas as Emendas. Eu faço questão de dar esse destaque, que sou o Relator de uma construção coletiva que a Senadora fez e eu acatei todas as Emendas que ela em discussão com a sociedade entendeu que devia remeter a esse Senador.

Então, todo mérito tanto do projeto como das Emendas é da Senadora Patrícia Saboya Gomes. Vamos lá.

O projeto vazado em seis artigos cria benefício fiscal para as empresas que aderirem ao Programa Empresa Cidadã, o qual possibilita a prorrogação por mais 60 dias da licença maternidade previsto no art. 7º, nº. 18 da Constituição Federal, que nos moldes da legislação atual é de 120 dias. Nos termos da iniciativa para a trabalhadora fazer jus à extensão da licença maternidade, recebendo seu salário integral, nos moldes do que é pago pelo Instituto Nacional de Seguridade Social é necessário que concorram os seguintes requisitos:

Primeiro, que a empresa na qual a empregada labora tenha aderido ao programa, por isso que eu dizia que é optativo. Ninguém está engessando ninguém, empresários nenhum precisa ficar preocupado que ele é obrigado a aderir. Não é. Vai aderir quem quiser. Isso mostra pra mim que não pode ter na minha avaliação nenhuma posição contra esse projeto tão bem formulado pela normal Senadora.

Segundo. Que a prorrogação seja requerida até o final do primeiro mês após o parto;

Terceiro. Que seja concedida imediatamente após a afruição da licença maternidade previsto no art. 7º e 18 da Constituição Federal.

Quarto, que durante o período da prorrogação da licença maternidade a empregada não exerça qualquer atividade remunerada sob pena de perder o benefício.

E quinto e último, que a criança não freqüente creche ou instituição similar no período, também sob o perigo da perda do benefício. Aqui é para que não esteja ocupando o espaço de uma outra criança numa creche já que ela vai ficar diretamente com a mãe durante esse período. Acho que mais do que justo essa recomendação, já que tudo é autorizativo que faz a Senadora, mas aqui deixar muito claro e eu acatei que quem infligir essa norma poderá perder o benefício.

Em contrapartida, a concessão da prorrogação da licença maternidade, conforme diz o art. 4º da proposição, estabelece que a pessoa jurídica que voluntariamente aderir ao Programa Empresa Cidadã terá direito enquanto perdurar a adesão à dedução integral no cálculo do Imposto de Renda da pessoa jurídica do valor correspondente à remuneração integral da empregada nos 60 dias da prorrogação de sua licença maternidade.

Como vemos, ninguém perde nada. É apenas quem ganha são as crianças. Fica muito claro que para deduzir de forma integral do Imposto de Renda.

O Senador Cícero Lucena, aí eu começo já comentar as Emendas, apresentou uma Emenda no art. 4º, acima mencionado, para que o abatimento seja feito do montante da contribuição sobre movimentação



ou transmissão de valores e de créditos de natureza financeira CPMF ou outro tributo que venha substituí-lo. Foi realizado no âmbito da CDH três Audiências Públicas para instrução da matéria das quais foram ouvidas diferentes setores da sociedade.

Análise. Compete a essa Comissão nos termos do Regimento Interno do Senado Federal manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa em mérito das matérias que lhe são submetidas.

No aspecto formal a iniciativa satisfaz o prescrito no art. 22, número 23, 61 e 201 do § 1º da Constituição Federal. Não contraria princípio geral do direito. De direito. Não padece, portanto, de vício algum de inconstitucionalidade ou de injuridicidade.

No mérito a iniciativa é bem-vinda e pertinente, na medida que reconhece o descompasso entre a previsão da licença maternidade de 120 dias que equivalem a aproximadamente quatro meses, e a recomendação da Organização Mundial da Saúde de que as crianças devem sempre que possível ser alimentadas exclusivamente no leite maternidade durante os seis primeiros meses de vida que é exatamente o que propõe a nobre Senadora.

Atualmente a legislação de regência no Brasil nega essa possibilidade à mãe trabalhadora. E naturalmente a criança. Nessa medida é alvissareiro a proposta de viabilização dessa diretiva da nobre Senadora. É ainda necessário salientar que conforme explica o Dr. Dioclécio Campos Júnior, Presidente da Associação Brasileira de Pediatra. Diz ele. Está aqui presente. É bom lembrar que o Dr. Dioclécio Campos Júnior está aqui presente, se a Câmara puder focar, Drª. Raquel também, estão aqui, ajudaram no debate e na elaboração desse projeto e conseqüentemente do relatório sempre com a orientação da nobre Senadora Patrícia. Foi sempre combinado com ela cada vírgula que foi colocado nesse Relatório. Diz ele, Dr. Dioclécio Júnior, Presidente da Associação Brasileira de Pediatria. "O leite materno é uma verdadeira vacina capaz de prevenir diversos males do primeiro ano de vida, como pneumonia, diarreia e doenças alérgicas. Com isso, em médio prazo a tendência é o Estado gastar menos com a hospitalização de crianças. Só com o tratamento hospitalar de crianças até um ano em pneumonia, o Sistema Único de Saúde depende em torno de 400 milhões de reais anuais. A licença de seis meses com o conseqüente estímulo ao aleitamento materno exclusivo tende a melhorar esse quadro". Outro aspecto positivo da iniciativa é a criação de um programa de incentivo fiscal de adesão voluntária, por parte dos empresários que poderão, dessa forma, avaliar as suas possibilidades econômicas, financeiras e sociais para adotar ou não a medida. Ao permitir o desconto no Imposto de Renda do valor pago a título de extensão da licença maternidade do salário percebido pela trabalhadora nesse período a iniciativa pretende aliviar o custo da mão-de-obra feminina evitando que a medida implique na sua sub valorização.

Isso quer dizer que o abatimento se dirá de forma justa e equânime, visto que a imposto devido consiste em dedução efetiva.

Assim, por não possuir limite global é indiferente se a pessoa jurídica tributada com base no lucro real que aderir ao programa não tem direito à outra dedução de qualquer espécie, pois o direito a essa dedução se dirá de forma garantida.

Ressaltamos ainda que em função do disposto no art. 10º da Lei 9.532 de 10 de dezembro de 97, a dedução a título de incentivo fiscal somente poderá ser feita por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

Outra observação que fazemos e que não há previsão para as empresas que aderirem ao programa possam dele se retirar nem mesmo se sofrerem deteriorização em suas condições financeiras. Tal situação não condiz com o espírito do projeto que é de adesão voluntária e pretende ser um estímulo para que o empresariado tenha um atendimento maior dos benefícios indiretos. Tanto sociais como de produtividade, decorrente de uma postura socialmente responsável no que importa a mãe trabalhadora em período de amamentação. Mas essa interrupção no gozo da prorrogação não deve ser imediata para as empregadas que já estão em gozo do benefício, devendo ser gradual para que tenha o tempo necessário para organizarem suas rotinas e para o retorno antecipado para o trabalho. Com a finalidade de tornar o programa mais atrativo ao empresariado, aumentando ainda mais suas chances de sucesso, deve-se incluir no programa a isenção dos encargos sociais referentes às empregadas que estejam fluindo da prorrogação da licença maternidade.

Outro ponto que merece e ser aperfeiçoado e diz respeito à inclusão das microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples, garantindo-lhes também a oportunidade de ingressarem no programa. Apresentamos também uma Emenda com vista a garantir o acesso ao benefício às mães adotantes.

Outra contribuição que fazemos ao projeto é extensão do... é a extensão do direito à licença maternidade prorrogada para o maior número de trabalhadores possível. Não podemos esquecer as servidoras públicas que também serão contempladas por essa proposta. Por essa razão apresentamos uma Emenda que não obstante sua natureza autorizativa terá cremos um condão de sensibilizar o Executivo para essa demanda nobre, justa e urgente.

Senadora Patrícia, comecei lendo o Relatório de V.Ex<sup>a</sup>. Fiz questão de dizer que cada vírgula aqui tem o pensamento da nobre Senadora. Eu fui instrumento com muita alegria na elaboração de seu parecer. V.Ex<sup>a</sup> é autora e também eu diria à pessoa que construiu com a sociedade brasileira o Relatório, que eu tenho alegria nesse momento por determinação de V.Ex<sup>a</sup> de fazer a leitura do Relatório e fiz questão de dizer no início que é obra integral de V.Ex<sup>a</sup>. Parabéns pelo trabalho, eu

vou concluindo o Relatório que V.Ex<sup>a</sup> construiu e pediu que eu fosse... Quem apresentasse o Relatório.

Finalmente, no que importa a Emenda nº 01 da CDH, em que pese os louváveis argumentos do nobre Senador Cícero Lucena, entendemos que vincular o principal benefício do programa a CPMF não representa solução adequada nesse momento principalmente se considerarmos o momento atual em que a prorrogação ou não dessa contribuição vai ser discutida no Congresso Nacional. Ainda que se prorrogue a cobrança de CPMF ela terá caráter provisório e o programa ora busca estabelecer vínculo definitivo e ficaria vulnerável. Tampouco ia responder a questão do enunciado de que caso se extinga a CPMF a extensão deverá recair sobre outro tributo que vier a substituí-lo pelo grau de incerteza jurídica ainda que se reveste.

No voto, pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 281 da nobre Senadora Patrícia com as Emendas apresentadas a mim por ela em discussão que ela fez com a sociedade. E rejeitamos, já conversamos com ele e ele entendeu, somente a Emenda nº. 01. A primeira Emenda.

Acrescenta-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado 281/2005 o seguinte § 2º renumerando-se o atual para o primeiro... O Parágrafo Único para o primeiro. A prorrogação será garantida na mesma proporção também à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção da criança. Segunda Emenda, acrescenta-se ao PLS 281/2005 o seguinte art. 2º renumerando-se os demais. Art. 2º. Fica a administração pública direta ou indireta e funcional autorizada a instituir o programa que garanta a prorrogação da licença maternidade também para servidoras como prevê o art. 1º. A outra Emenda, a pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá deduzir do imposto devido em cada período de apuração o total da remuneração integral da empregada paga nos 60 dias da prorrogação da licença maternidade, vedada a dedução como despesa operacional. E a outra Emenda, no dispor desse artigo, aplica-se às pessoas jurídicas enquadradas no regime de lucro presumido e as optantes pelo sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das microempresas, e empresas de pequeno porte, Simples. E a última Emenda. Art. 6º. Alínea E, do § 9º do art. 28 da Lei 802/91 passa a vigorar acrescido do seguinte art. 10. Recebidas a título de prorrogação da licença maternidade no âmbito do Programa Empresa Cidadão sem prejuízo da contagem do tempo de contribuição da segurada. Vocês devem ter visto que aí no art. 6º nós suprimimos da Emenda 06 a parte final da Emenda mediante acordo depois de uma longa conversa entre a Senadora e aqueles que tinham postulado num primeiro momento a Emenda.

Esse é o Relatório, eu quero dizer que dou meu parecer com muita alegria. Não rejeitei nenhuma Emenda da Senadora. Todas Emendas que a Senadora me apresentou mediante conversa com a sociedade eu acatei

e enquadrei no seu projeto original. Eu poderei fazer comentário no segundo momento, mas de imediato, lido o Relatório, eu abro o debate da proposta da nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes que eu tive muito orgulho de ser o instrumento da Relatoria. Feito, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Prezado amigo Senador Paim, antes de devolver a Presidência a V.Ex<sup>a</sup> eu quero ter o prazer, me permita, de passar a palavra àquela que junto com V.Ex<sup>a</sup>, com o Dr. Dioclécio, Dr<sup>a</sup>. Raquel e com tantas pessoas sérias desse País... Vou passar para você. Elaboraram um projeto e um Relatório em várias mãos que é uma ferramenta que permite à sociedade brasileira salvar vidas, Senadora Patrícia. Salvar milhares de vidas nesse País. Olha que coisa emocionante isso.

Eu quero ter o prazer de passar a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes, autora desse importantíssimo projeto que ora tramita na Comissão de Direitos Humanos dessa Casa.

**SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE):** Meu querido Senador Geraldo Mesquita, Senador Paulo Paim, Senador Suplicy, minha querida Dr<sup>a</sup>. Raquel que está aqui conosco, Dr. Dioclécio, responsável na verdade pela apresentação desse projeto. Hoje pra mim é um dia radiante. Um dia muito feliz. Talvez um dos momentos mais importantes inclusive do meu mandato. E eu quero antes de qualquer coisa, já agradecendo ao Dr. Dioclécio, a Sociedade Brasileira de Pediatria, a Ordem dos Advogados do Brasil por terem confiado em mim e entregado esse projeto em minhas mãos para que eu pudesse aqui no Senado ser autora, eu já terei essa gratidão pelo resto da vida porque é algo que eu venho sonhando pela minha vida, durante a minha vida que era assegurar esse direito às nossas crianças e aos nossos filhos.

Quero agradecer ao Senador Paulo Paim, não tenho nem palavras, Senador Paulo Paim, para dizer quanto V.Ex<sup>a</sup> foi de uma grandeza como é o seu caráter, como é o seu costume, como é aqui o exercício do seu mandato. Eu fico até sem palavras para lhe agradecer a seriedade com que tratou esse projeto, a delicadeza com que tratou esse projeto, a sensibilidade, acolhendo, aguardando em todos os momentos e colocando sempre como se fosse a minha orientação que pudesse lhe orientar...

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** [pronunciamento fora do microfone]

**SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE):** Mas eu quero agradecer porque V.Ex<sup>a</sup> desde o primeiro momento teve o entusiasmo que contagiou a todos nós que defendemos os direitos da criança e do adolescente, fez um Relatório marcado para uma data importante que é o mês de outubro, onde se comemora, onde se lembra o dia da criança--

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** Me permita um aparte? E o mês do seu aniversário.

**SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE):** E o mês do meu aniversário. Ainda me deu esse presente maravilhoso. [risos]

Portanto, Paulo Paim, quero agradecer do fundo do coração, acho que hoje é um momento não de formalidades, mas muito mais de colocar o coração à frente que é o que eu estou sentindo nesse momento. Nós vamos aprovar se Deus quiser daqui a pouco um projeto que vai dar oportunidade, vai garantir um direito que na verdade é dos nossos filhos de estar em contato com as suas mães ou com a pessoa que cuida dessa criança.

Ao longo de mais um ano, eu, o Dr. Dioclécio, todos os Presidentes, a Dr<sup>a</sup>. Raquel, da Sociedade de Pediatria, dos Estados, principalmente no meu Estado, também do Ceará, nós conseguimos mobilizar a sociedade, conseguimos mais de 400, 500 mil assinaturas também apoiando e a solidariedade em relação esse projeto. O que mais me encanta é poder garantir que uma mãe, uma mulher na hora que tem um filho, na hora que dá a luz, que é eu diria talvez o momento mais maravilhoso, mais... Não sei nem explicar, que uma mulher pode ter na vida. Eu tive essa oportunidade quatro vezes. Em ser mãe quatro vezes. E cada uma delas você vai aprendendo, você vai amadurecendo, vai... Mas o primeiro filho é sempre o mais difícil, o primeiro filho é sempre mais complicado porque a gente ainda não tem experiência, eu ainda tive a minha muito novinha com 19, 20 anos de idade, então é um momento que você precisa ter tempo para curtir mesmo. Para ficar ao lado do seu filho, para proteger, para dizer as palavras de alguém que você durante nove meses carregou dentro do seu ventre, na sua barriga. É difícil quando a gente fala sobre aspectos econômicos, sobre números, quando se fala de vida, não é Senador Suplicy, eu percebo, às vezes, uma certa resistência, às vezes por parte da Fazenda ou então de alguns empresários, que me deixa até chocada. Não porque eu acho que de má-fé agem, mas porque precisam pensar para frente, precisam imaginar que uma sociedade ela só pode ser justa, só pode ser digna, as pessoas só podem ser livres quando esses seus direitos são garantidos. E o primeiro direito está aqui no nosso ventre. E esse que tem que ser respeitado. E acho que o Senador hoje aprovando esse projeto que garante mais dois meses de licença maternidade para as mulheres, nós vamos conseguir um feito muito importante, no mesmo sentido que V.Ex<sup>a</sup> disse, Senador Geraldo Mesquita, de ajudar a salvar a vida de milhões de crianças. O UNICEF diz em seu Relatório que se todas as crianças brasileiras pudessem ser amamentadas, nós diminuiríamos em 10% a mortalidade infantil. Isso é um milagre. É um milagre. Não se pode ser contra, não é porque é meu projeto, aliás, não é meu, é da sociedade brasileira--

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** Senadora Patrícia, a senhora vai falar um longo período hoje, mas eu quero justiça que eu esqueci e a assessoria me lembra, que o seu projeto eu recebi aqui a orientação, tem todo apoio do Ministro José Gomes temporão e da Ministra Nilcéia Freire.

**SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE):** Com certeza. Participaram e inclusive vou chegar e quero falar que foi muito importante a participação, tanto do Ministro Temporão como da Ministra Nilcéia, foi extraordinária a participação. Quando o Ministro Temporão resolveu abraçar o projeto publicamente nós ganhamos muitas adesões no Brasil inteiro, de prefeituras municipais, hoje já seis Governadores já concedem a licença maternidade para as funcionárias públicas estaduais, seis meses, hoje mais de 70 municípios também já oferecem a licença maternidade para as funcionárias públicas municipais que é um trabalho que a gente vem fazendo fora a parte do projeto, mas tentando sensibilizar Governadores, Prefeitos e Prefeitas do Brasil inteiro da importância de um projeto dessa natureza que, como disse o Senador Geraldo Mesquita, vai ajudar a salvar a vida de tantas e tantas crianças brasileiras.

Alguns dizem que isso é muito moderno para um País que é tão pobre, para um País que é tão cheio de dificuldades, onde tem tantos miseráveis. Mas aí que o projeto deve ser aprovado. Porque esse projeto precisa entender, o Governo, que ele não significa nenhum gasto. Esse projeto significa investimento. É investir nas nossas crianças, é investir no nosso País, é investir no futuro do nosso País. Garantindo a essas crianças aquilo que é essencial para o seu desenvolvimento físico, para o seu desenvolvimento intelectual, para sua... Para que essa criança possa crescer uma criança mais saudável, mas ao mesmo tempo mais pacífica. Os estudos mostram, os cientistas mostram a toda hora, já provaram e comprovaram que uma criança quando nasce, nasce com seis bilhões de neurônios. Esses neurônios precisam estar ligados entre si. E o que estimula essa sinapse é justamente os estímulos que a criança recebe. E nada mais estimulante, nada mais precioso nesse momento nos seis primeiros meses de vida de uma criança de que o contato, a amamentação, do que a palavra, o carinho, o afeto, tanto é que o projeto, Senador Paulo Paim, como V.Ex<sup>a</sup> viu, o projeto ele não trata especificamente, não obriga a amamentação. Nós sabemos que o leite materno é a melhor vacina que existe no planeta para combater as principais doenças na primeira infância. Nós sabemos disso. Mas, ao mesmo tempo, o que nós queremos é provar que o afeto, que o fortalecimento do laço afetivo é o verdadeiro responsável pelo desenvolvimento das crianças. Isso já foi comprovado através de estudos de pesquisas, inclusive de grupos que são acompanhados hoje, adultos que foram acompanhados desde a sua primeira infância, que foram amamentados, que freqüentaram a primeira escola, e a conclusão sempre é a conclusão de que a primeira infância deve ser preservada, que a primeira infância deve ser cuidada, que essa responsabilidade de todos nós, homens e mulheres de bem, que acreditam numa sociedade mais justa, que acreditam numa sociedade melhor, nós fizemos as contas, se todas as empresas do Brasil aderissem à licença maternidade de seis meses, Senador Suplicy, o custo disso seria em torno de 500 milhões por ano. O SUS gasta por ano 300 milhões de reais só para cuidar de crianças

com menos de um ano de idade com doenças respiratórias que poderiam ser evitadas justamente com seis meses de licença maternidade.

Portanto nós estamos contribuindo para fazer até uma... Se vamos falar de número, uma grande economia para esse País. Porque é justamente os seis meses do vínculo do fortalecimento dos vínculos afetivos, da amamentação que vai garantir que essa criança se previna de doenças respiratórias, de doenças alérgicas, de doenças de obesidade, de doenças cardíacas, enfim, de tantas doenças que essa criança pode estar livre, Senador Tuma, porque nós vamos dar a garantia de que os nossos filhos serão cuidados.

Outra queixa, outra ponderação que me faziam ao longo da discussão do projeto, provavelmente também ao Senador Paulo Paim, é de que isso iria prejudicar o acesso da mulher ao mercado de trabalho. Porque empresários que não tenham a sensibilidade necessária não iriam mais querer contratar mulheres. Essa discussão, Senador Paulo Paim deve lembrar muito bem, em 88 foi a mesma coisa, quando se garantiu os quatro meses de licença maternidade. Que ia ser um caos. Que ninguém ia querer mais contratar as mulheres. Como se as mulheres, inclusive cheguei a ouvir de alguém, como se as mulheres tivessem filhos com o objetivo de ter uma licença do trabalho. Quer dizer, é a pequenez nesse momento que não entende a grandeza da vida. A grandeza de uma vida humana. E como qualquer esforço que se faça ainda é pouco para se salvar ou se construir, ajudar a se fazer uma vida de uma criança, de um ser humano se tornar um cidadão digno, se tornar um cidadão feliz. É essa a nossa intenção com esse projeto. A esses empresários que ainda pensam dessa forma eu tenho dito aquilo que eu ouvi se não me engano da Senadora Serys uma vez logo que cheguei aqui, que é preciso que o Brasil comece a respeitar mais suas mulheres. Nós mulheres. Nós somos 52% da população brasileira. E os outros 48%, Senador Suplicy, são os nossos filhos que são os homens. É a nossa vida. Se somos 52%, os outros 48% são nossos filhos.

Portanto, se não fôssemos nós mulheres, não existiria... A humanidade não existiria. Então, a esse apelo àqueles empresários que procurem entender que nós estamos investindo no País, nós estamos investindo também na economia, nós estamos investindo em todos os segmentos e setores a partir do momento que nós estamos fazendo isso.

Tem uma notícia muito boa, Senador Paulo Paim, a NESTLÉ que fez parte de uma audiência nossa, aderiu à licença maternidade para seus funcionários, assim como a FERSOL que veio trazer o depoimento do empresário, mostrando como ele conseguiu recuperar a sua empresa de uma falência no Estado de São Paulo, a FERSOL que é uma indústria de química, como ele estava praticamente falindo, quebrando, resolveu mudar completamente a gestão da sua empresa, resolveu contratar mulheres, resolveu conceder licença de seis meses há muito tempo, resolveu conceder agora licença paternidade de dois meses na empresa

dele. E ele tem conseguido se recuperar e hoje se destaca no meio empresarial como um dos empresários muito bem sucedidos. E assim outras e outras empresas que já voluntariamente fazem isso, sem nenhum tipo de estímulo do Governo, de incentivo do Governo, principalmente as empresas que trabalham com mulheres, alguns argumentam que já está garantido que a mulher quando ela tem um filho ela pode ir e voltar para amamentar pelo menos duas vezes por dia. Ora, quem conhece a realidade, Senador Paulo Paim, do trabalhador, da trabalhadora brasileira, sabe que nenhuma mulher tem condição de sair do trabalho, pegar um ônibus que o trabalho é distante da sua casa para ir amamentar e voltar. O que acontece é que geralmente as mulheres acabam perdendo a oportunidade de amamentar e seu leite que é tão precioso acaba sendo desperdiçado ou jogado fora.

Portanto, eu quero apenas mais uma vez Dr. Dioclécio, Dr<sup>a</sup>. Raquel que estão aqui representando os médicos, agradecer a todos, Senador Heráclito, Senador Suplicy, principalmente ao Senador Paim novamente pela sua grandeza, pela sua sensibilidade, eu tenho certeza que nós vamos hoje aprovar esse projeto, vamos dar uma notícia para o Brasil muito boa, que os nossos filhos vão ter seus os direitos garantidos. E, se Deus quiser, muito em breve, que essa realidade seja a realidade de todas as mulheres brasileiras. Muito obrigada, Senador Paulo Paim, muito obrigada Senador Geraldo Mesquita, a todos os Senadores que contribuíram tanto com esse projeto.

[palmas]

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Antes de passar a palavra ao Senador Romeu Tuma que solicitou formalmente...

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Senadora Patrícia, é que eu sempre me emociono com os projetos que V.Ex<sup>a</sup> apresenta nessa Casa e o vigor com que os defende. É interessante esse projeto. Ninguém pode imaginar o valor que ele representa para a dignidade da mulher. Para o respeito que ela passa a ter pelo filho. Que, às vezes, não tendo creche, porque o Estado não oferece creche, não oferece condições. A criança às vezes fica à mercê de uma criança com um ou dois anos a mais tomando conta. Eu me lembro da minha esposa, Senadora. Ela engravidou por quatro vezes. Professora. Ficava até a véspera de dar os sinais que tinha que dar a luz trabalhando. E qual era o argumento dela? Eu ficava bravo. "Tira a licença, você tem direito". "Não, eu vou tirar licença depois do parto, que o meu filho vai precisar de mim". Então eu tirava os 120 dias no dia seguinte do parto para ela poder ter um tempo maior de ter a primeira condição de amamentação, de orientação, de dar à criança aquele calor humano que só a mãe pode dar.

Então, é um projeto que talvez com atraso vem a tempo de demonstrar que o Brasil raciocina com a cabeça como tem pessoas como



V.Ex<sup>a</sup> dentro do Congresso Nacional. Que Deus a abençoe e que a gente possa vencer.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP):** Sr. Presidente, enquanto eu falo aqui queria fazer um apelo aos demais membros da Comissão de Direitos Humanos que estão nos ouvindo porque falta apenas um para dar o quórum e podemos votar esse projeto tão importante da Senadora. Então gostaria de pedir... Obrigado, Senador Romeu Tuma, mas é importante que seja o Senador José Nery, seja Senadora Fátima Cleide, e outros que tem sempre estado aqui conosco que possam comparecer o quanto antes para dar o quórum e possamos votar.

Quero cumprimentar a Senadora Patrícia Saboya Gomes pela sua proposição, também a Sociedade Brasileira de Pediatria, Dr. Dioclécio campos Júnior, a Dr<sup>a</sup>. Raquel Nesque(F) que aqui se encontra pela colaboração que deram a este projeto, onde a Senadora Patrícia Saboya Gomes, com a sua sensibilidade e percepção da importância dos cuidados maternos para com as crianças, e, sobretudo, nos primeiros seis meses de vida, e a importância de se garantir a amamentação e a proximidade da mãe junto ao neném, e percebendo o quão isso significa economias de longo prazo para a sociedade como um todo, para cada família, e, portanto, se trata de uma destinação de recursos aqui previstos através da isenção do Imposto de Renda no equivalente ao salário desses dois meses que as empresas poderão ter como benefício, como algo que se justifica. Portanto, sou inteiramente favorável e cumprimento a Senadora Patrícia. Muito bem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Com prazer passo a palavra ao Senador Heráclito, fazer uso...

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, eu serei bem breve. Quero apenas parabenizar o Ceará. Esse Estado extraordinário que teve a felicidade de mandar para o Senado essa figura fascinante que é a Senadora Patrícia Saboya Gomes. Senadora Patrícia tem um compromisso com as questões sociais permanente. É sua marca desde que chegou aqui ao Senado da República. Aliás tem enfrentado momentos difíceis quando defende causas nas quais acredita e recebe pressões, mas não se abate. Essa vitória que ela acaba de ter dessa Comissão que com certeza será consagrada no Plenário é apenas mais uma etapa dessa sua caminhada em buscas de conquistas para suas convicções.

Eu quero parabenizar a Senadora Patrícia por ter sido pertinente e buscado esta vitória que é uma vitória consagrada. Portanto, não tenho nenhuma dúvida em reafirmar que o Ceará está em parabéns em tê-la mandado para cá. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Podemos votar? É terminativo, Sr. Presidente. Os dois projetos.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** Como Relator, eu queria fazer duas considerações rápidas. O Senador chegou aqui, o Senador Zambiasi e o Senador... O Presidente da Comissão está nesse momento fazendo um contato com ele, e a nossa intenção inicial, o processo de votação, eu pensei na seguinte forma, Senador César Borges, para que outros Senadores que estão vindo possam chegar em tempo de nós termos o quórum para efeito de votação nominal. Nós iniciariamos o processo de votação e cada Senador além de votar poderia declarar o seu voto. Fazer uma declaração do voto. Eu tive vendo regimentalmente, não tem nenhum problema. Que nem, o Senador Flávio Arns esteve aqui comigo agora, assinou o livro, estava com compromisso, mas fez questão de dizer qual era o seu voto. Então ele fez uma declaração de voto, só que essa declaração de voto cada um poderá fazer no microfone.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone]

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** Nós precisamos de 11 votos aqui. 10 votos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Senador Nery, estamos discutindo um importantíssimo projeto proposto pela Senadora Patrícia, relatado pelo Senador Paim, tenho certeza absoluta que V.Ex<sup>a</sup> deseja se manifestar sobre ele.

**SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA):** Sr. Presidente, Srs. Senadores, em especial meus cumprimentos à Senadora Patrícia Saboya por essa importante iniciativa que trata da criação do Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, além dos 120 dias já previstos constitucionalmente essa licença conforme adesão da empresa se estenderia por mais 60 dias.

Sem dúvida, esse projeto é de iniciativa da Senadora Patrícia. Só reafirma para todos nós o compromisso desta Casa, do Senado Federal, da Comissão de Direitos Humanos, e em especial da Senadora Patrícia, sem dúvida, uma das baluartes da luta em defesa de direitos de criança e adolescente no nosso País. Tal qual tem sido o seu esforço para acompanhar, monitorar, denunciar, propor ações das mais diversas naturezas que tenha por objetivo garantir a cidadania, os direitos elementares fundamentais de crianças e adolescentes. Essa iniciativa se reveste da maior importância, porque sabemos que o acompanhamento da mãe, o aleitamento materno nos primeiros meses de vida é fundamental para a formação--

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Senador Nery, me permita. Nós estamos com problema de constituição de quórum. Alguns Senadores têm o compromisso inadiável.

Eu peço a permissão de V.Ex<sup>a</sup> para interromper e retorno a palavra em seguida para a gente iniciar o processo de coleta de votos.

**SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA):** Sem dúvida, Sr. Presidente. Sob o seu comando aqui atendemos a todas as suas orientações.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Isso aqui é uma operação salva-vidas.

[risos]

**SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA):** Literalmente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Eu colho de imediato o voto do Senador Heráclito Fortes, que é o que tem mais premência.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):** Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Com o Relator e com a Relatora também. [risos] Relatoria de várias mãos.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Sr. Presidente Geraldo Mesquita, sim, voto com o Relator e de acordo--

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Senador Suplicy, sim. Senador Heráclito, sim.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Mas gostaria de reiterar porque logo cheguem aqui os Senadores--

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Nós estamos em contato com vários deles. Eles estão a caminho, além de V.Ex<sup>a</sup> a quem a Mesa agradece muito. Senador Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Eu voto com a autora e com o Relator, com os cumprimentos da Nação brasileira.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Senador César Borges.

**SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA):** Com o Relator e com a Relatora, parabenizando a ambos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** O voto do Relator é conhecido. Devolvo a palavra ao Senador José Nery. O processo de votação está em curso. Os Senadores que chegarem vão declarar seu voto.

**SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA):** Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita, continuando as minhas considerações sobre o projeto que estamos aqui votando nesta manhã. E para seguir a ordem de sua convocação, não bastasse a autora, ser a Senadora Patrícia Saboya, com o seu declarado e imenso compromisso na defesa dos direitos fundamentais de nossas crianças e adolescentes, o projeto tem como

Relator o Senador Paulo Paim, outro expoente da luta pelos Direitos Humanos no Brasil, pela defesa dos trabalhadores, e que em seu Relatório traz argumentos, considerações fundamentais para mostrar a importância dessa iniciativa, a importância dessa decisão para contribuir com o bem-estar das nossas crianças, dos seus pais, pai e mãe, quando esse projeto estende a licença maternidade por adesão das empresas por mais 60 dias além daquele já estabelecido constitucionalmente.

E ao lembrar aqui uma outra questão ligada ao direito das nossas crianças, sabemos da batalha que travamos nessa Casa em prol da defesa do direito de crianças e adolescentes, não permitindo a sua criminalização como pretende o projeto já aprovado na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, dizer que essa luta contra a... Aquela luta contra a redução da maioria penal. Também tem na Senadora Patrícia e daqueles que defendem os Direitos Humanos no Brasil, especialmente nesta Casa, uma brilhante defensora. E nós só podemos orgulhar de estarmos aqui nesta manhã, Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita, que conduz os trabalhos e o Senador Paulo Paim, brilhante Relator dessa matéria, e aqui aproveitar, Sr. Presidente, para declarar meu voto favorável ao projeto pelo mérito, pela importância e parabenizar o Senador Paulo Paim pela Relatoria e o Brasil, as nossas crianças que com essa decisão podem, a partir da decisão das empresas de aderirem a esse programa, podem efetivamente ajudar a construir um futuro melhor. Porque todo o empenho na formação dessas nossas crianças a partir dos primeiros meses de vida é fundamental para que nós tenhamos pessoas com condições de exercer melhor o seu papel na vida social e na sociedade em que vivemos.

Então, essa possibilidade de mais tempo da mãe com a sua criança amamentando, dedicando a ela todo carinho é fundamental para construir, para constituir uma pessoa física, mental e psicologicamente equilibrada. Então todo apoio à iniciativa, voto com louvor ao parecer do Relator Senador Paulo Paim, com os cumprimentos à Senadora Patrícia por mais essa brilhante iniciativa.

E aqui saudando o Senador Sérgio Zambiasi que está chegando, vai fazer os seus comentários e com certeza proferir também o seu voto favorável a um projeto tão meritório. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Obrigado, Senador Nery. Queremos agradecer o Senador Zambiasi que saiu de uma reunião importantíssima agora para prestigiar a Senadora Patrícia, Senador Paim, nessa votação tão importante. Com a palavra e já com a declaração de voto, Senador Zambiasi.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS):** Obrigado, Presidente Paim, Presidente Mesquita, Senadora Patrícia e colegas. Efetivamente eu fui designado sub Relator para área da justiça e nós estávamos neste momento tratando de algo que tem muito a ver com a luta da Senadora Patrícia. O PRONACE, que para tratar da reeducação, reenaminhamento

social de jovens, do trabalho fundamental de integração social de jovens em situação de risco e que através do PRONACE receberam o apoio necessário para a sua reintegração social, a sua recuperação, enfim, o resgate da sua cidadania. Mas o grupo de técnicos entendeu a importância da... A importância do projeto da Senadora Patrícia e, enfim, que promove mais uma alternativa de inclusão social que eu acho fundamental. E por esta razão, com a licença dos técnicos que lá estão trabalhando, estudando alternativas de apoio a esses projetos sociais importantes que o Governo está fazendo, cumpro aqui a minha missão além de completar o quórum necessário, oferecer meu voto favorável a esse importante projeto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Eu quero pedir que os Senadores que já declararam seus votos em relação ao projeto, que o façam também em relação às Emendas. Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores que votaram no projeto, consulto se o mesmo voto pode ser consignada em relação às Emendas.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Sim, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Há cinco Emendas favoráveis e uma contra. Essa é a indicação do Relator. Pergunto quem vota com o Relator em relação às Emendas consignadas no projeto.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Com o Relator, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Com o Relator. Todos votam com o Relator?

**SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA):** Com o Relator, Sr. Presidente.

**SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA):** Com o Relator, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Ótimo. Obrigado. Com a palavra o Senador Paim para tecer novas considerações acerca do projeto que estamos aqui apreciando.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** Na verdade, Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita Júnior, eu vou também declarar o meu voto. Vou aqui querer ter o mesmo direito dos outros Senadores e Senadoras que no momento de votar puderam declarar o seu voto. Vou declarar o meu voto fazendo um pequeno comentário. E nesse comentário, eu faço questão, Senadora Patrícia, já na abertura dos trabalhos falei do seu trabalho magnífico, mas quero aqui também fazer uma rápida leitura de um resumo que eu recebi aqui por parte do Ministério da Saúde.

O Ministro da Saúde José Gomes Temporão lançou em agosto a Semana Mundial de Amamentação no Brasil. O tema da campanha deste ano tem o objetivo de estimular o aleitamento materno na primeira hora

de vida do bebê. Segundo o Ministro, a ação no Brasil pode salvar a vida de aproximadamente sete mil bebês a cada ano.

Senadora Patrícia, eu acho que essa campanha que o Ministério nesse momento lança em todo País tem tudo a ver, eu diria até inspirado no seu projeto. E esse dado, sete mil bebês a cada ano poderão ser salvo nesse processo que seu projeto está deflagrando, eu diria.

Então eu faço questão de mais uma vez demonstrar que esse projeto tem todo apoio do nosso Ministério da Saúde. Diz mais, o leite materno é o único alimento capaz de oferecer todos os nutrientes na quantidade exata que o bebê precisa para seu crescimento e desenvolvimento. Razão pela qual não deve ser substituído em hipótese alguma. A amamentação também garante ao bebê proteção contra infecções, alergias e outras doenças, e a mãe menos chance de desenvolver câncer de mama. Inclusive a mãe é beneficiada, interessante também essas considerações. Diabete, anemia, pela diminuição do sangramento pós-parto. Além da saúde a amamentação fortalece o vínculo efetivo entre mãe e filho. Que foi tão falado aqui nas Audiências Públicas o aspecto psicológico da formação do bebê de hoje, do adolescente de amanhã e do adulto que vai dirigir esse País no futuro. Então o seu projeto, na verdade, tem uma abrangência eu diria infinita em matéria de ganhos para nosso povo, toda nossa gente. Por isso que é uma proposta que ganha adeptos em outros países do mundo, e o Brasil felizmente graças à iniciativa de V.Ex<sup>a</sup> está caminhando nesse sentido.

Enfim, aqui diz pelas conclusões, pelos argumentos acima, repito de novo isso, o Ministro José Gomes Temporão e a Ministra, acho que é importante, Nilcéia Freire estão empenhados em buscar apoio à prorrogação da licença maternidade a todas as trabalhadoras brasileiras. Faço por uma questão de justiça essa leve consideração.

Ainda, Senadora Patrícia, podemos continuar dialogando, eu não estou concluindo ainda o meu voto e dou um aparte a V.Ex<sup>a</sup>.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Senadora Patrícia, quero aproveitar, não colhi ainda o seu voto. Peço que--

**SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE):** Ah, é verdade. [risos]

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Peço que declare seu voto...

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** E com uma declaração primeiro.

**SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE):** Senador Paulo Paim, com muito orgulho.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** A assessoria está orientando aqui que autora não vota.

**SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE):** Não pode votar.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** Mas conta a presença. Para efeito de quórum.

**SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE):** Senador Paulo Paim, eu queria também aproveitar, até para fazer aqui uma saudação muito especial ao Ministro Temporão. Pra mim ele tem se destacado como um dos Ministros mais ousados no sentido de buscar, trazer a sociedade para assuntos até polêmicos. E o Ministro tem dito em todos os jornais, em todos os meios de comunicações que isso é uma questão de saúde pública.

Portanto, ao abraçar essa causa, eu acho que o Ministro deu uma relevância ainda maior ao nosso projeto e eu quero aqui dizer e eu digo brincando para ele que ele virou garoto propaganda do projeto porque todos os lugares que ele vai ele fala da importância dos seis meses na licença maternidade.

Portanto eu quero aqui agradecer ao Ministro Temporão, quero agradecer muito a interna Nilcéia Freire que esteve conosco em Audiências Públicas, inclusive me apresentou empresários que já trabalham com a licença maternidade de forma voluntária, e quero aqui cumprimentar alguns artistas que têm feito parte, não só da campanha dos seis meses da amamentação, que foi a nossa querida Maria Paula, que é mãe da neta do Senador Suplicy, sua nora, que foi maravilhosa conosco, esteve em todos os momentos no lançamento da campanha, na Mangueira, esteve lá comigo, o Dr. Dioclécio, a Raquel, estivemos lá todos juntos, e ela tem de um entusiasmo porque a forma como ela fala da questão da licença maternidade é com todo coração. Ela coloca que... Da necessidade desse contato afetivo, que isso é uma descoberta, principalmente o primeiro filho é uma descoberta para nós mulheres. É um ser que está ali, que depende de nós para poder sobreviver, literalmente depende de nós, e ela coloca isso de uma forma muito delicada, muito bonita que contagia também todos nós. Então eu quero agradecer dar um beijo bem grande na Maria Paula por todo carinho que ela teve com esse nosso projeto. Quero agradecer a Flávia também da Mangueira que nos ajudou que é uma trabalhadora que mora na Mangueira, que esteve conosco, fez parte da campanha de amamentação, agradecer o Thiago Lacerda, a Vanessa Lóes, quero agradecer também a Cássia Kiss, a Isabel Filardini, enfim a todos os atores que buscaram também nos ajudar e estimular--

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** Senadora Patrícia, só para ilustrar, digamos, a minha memória aqui. Aquela empresa que esteve aqui--

**SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE):** A FERSOL.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** Eles convidaram inclusive, eu quero dizer de público que é a nossa intenção, um dia desses pedir a

Comissão de Direitos Humanos, dentro do possível, para os Senadores e Senadoras que a gente vá visitá-lo.

**SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE):** Ali vale a pena porque ele conseguiu fazer uma verdadeira revolução no pedaço dele. Mas ele cumpre todas as... Enfim, todas as condições para dar oportunidade e para fazer com que as pessoas que estão excluídas da nossa sociedade possam estar incluídas. Então é um exemplo fantástico que deve ser conhecido. Acho que a Comissão vai fazer um grande papel [corte no áudio]

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Senadora Patrícia, eu aqui lanço uma espécie de desafio às empresas brasileiras. Que tão logo optem por ingressar nesse programa proporcionado pelo projeto de V.Ex<sup>a</sup> que transmita a informação a V.Ex<sup>a</sup>, Senadora, para que semanalmente S.Ex<sup>a</sup> possa da Tribuna do Senado ler a relação de empresas que aderiram ao programa, se a relação for muito grande, nós todos ajudaremos a V.Ex<sup>a</sup> a fazer a leitura da relação.

**SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE):** Com certeza, Senador Mesquita. Vai ser uma ótima idéia.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Eu estou aqui fazendo um apelo às empresas brasileiras, que nos ouvem nesse momento para que informem a Senadora Patrícia, ao Senado Federal semanalmente quando aderirem ao programa para que os seus nomes possam ser declinados da Tribuna do Senado pela Senadora Patrícia. O processo de votação está aberto. Eu quero aqui colher a declaração de voto Senador Paulo Paim que ainda não declarou em relação inclusive as Emendas da forma como foram formuladas.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** Sr. Presidente, quero dizer a V.Ex<sup>a</sup> que o processo de votação --

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** Senador Inácio Arruda, só o seguinte. Como eu estava declarando meu voto e vou votar, mas como sou Relator, eu vou permitir que V.Ex<sup>a</sup> declare primeiro o seu voto e depois eu declaro o meu. [risos]

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** Eu quero declarar meu voto que estabelece quórum que já há número suficiente se quiser encerrar a votação com a Relatoria das Emendas já podemos fazê-lo. E uma consideração breve, nós tivemos oportunidade de discutir em Audiência Pública esse projeto de autoria da Senadora Patrícia Saboya. Do seu alcance, o seu significado para as crianças e para as mulheres. Para as mães.

Então, quer dizer, ele tem um duplo alcance. E acho que é muito importante que possamos propagá-lo, divulgar ao máximo pelos instrumentos que o Senado da República dispõe, que a Câmara dos Deputados dispõe para que haja uma efetiva integração com as empresas,



e que o Governo Federal, os governos estaduais e Governos Municipais, muitos já tomaram iniciativas, mas que esses entes públicos inclusive empresas estatais tomem iniciativa de aderir ao programa. Empresa estatais, Governos Municipais, Governos Estaduais e Governo Federal porque é esse exemplo que vai estimular também o setor privado a aderir com mais rapidez a um programa que as incentiva e vai, digamos assim, duplamente beneficia a sociedade porque beneficia a crianças e beneficia as mães e mulheres, mas beneficia também as empresa. Porque a medida que elas têm um benefício, a produtividade, a vontade, a disposição das mulheres para o trabalho nessas empresas também vai ser muito maior. Então acho que elas também são beneficiadas. Não é só o benefício fiscal, é o benefício da qualidade do trabalho que eu tenho a convicção que será alcançado com a aprovação desse projeto. Obrigado Sr. Presidente, parabéns Senadora Patrícia Saboya.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Já colhi o voto do Senador Inácio Arruda nessa operação salva-vidas. Senadora Ideli Salvatti, por favor, com a palavra. Peço a V.Ex<sup>a</sup> que declare o voto que o nosso processo de votação está em curso, em aberto.

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Já vou declarar meu voto que já é conhecido também de todos. Eu sei que estava aqui um parto difícil para concluir, alcançar o quórum. Uma pressão muito grande. Eu estava numa reunião lá na liderança do bloco e estava com dificuldade de subir. Mas quero aqui em primeiro lugar parabenizar a Senadora Patrícia pela iniciativa, as mulheres do Brasil inteiro estão com uma expectativa muito grande de que seja aprovado o projeto e como não poderia deixar de ser, o nosso voto é favorável ao projeto. Sabemos que tem o apoio do Ministério da Saúde, da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres e para variar o parecer contrário da Fazenda. Mas como essa história de fazendo filho, fazendo filho é responsabilidade nossa e nós queremos fazer os filhos com responsabilidade, com tranqüilidade, com condições de cuidá-los bem, principalmente nos primeiros momentos de vida que é tão imprescindível a presença dos pais e da mulher, da mãe de forma muito especial, é que apesar da Fazenda não fazer, nós que fazemos somos favoráveis à licença, o projeto de licença maternidade que na prorrogação que a Senadora Patrícia está apresentando.

Então, quero parabenizar também o Senador Paulo Paim que vivenciou agora momentos muito difíceis com o seu filho que todos nós torcemos muito, já está em franco restabelecimento, e só quando a gente está numa situação às vezes delicada com o filho que a gente sabe quanto são imprescindíveis para a nossa vida e imprescindíveis para a nossa tranqüilidade e poder cuidá-los bem é algo que tem que fazer parte aqui da nossa preocupação central aqui no Parlamento.

Por isso parabéns à Patrícia, parabéns ao Paim e parabéns a todos homens e mulheres que desta forma com a prorrogação da licença

maternidade vão ter mais condições de cuidar dos nossos queridos filhos e filhas quando eles chegam aos nossos braços.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Eu quero agradecer às Senadoras e os Senadores que aqui acorreram, por solicitação dessa Comissão para participarem dessa histórica votação. Dessa operação salva-vidas. Quero agradecer ao Senador Valter Pereira, que acaba de chegar e a quem eu passo a palavra. O processo de votação está em aberto, Senador Valter Pereira, e nós estamos aqui ansiosos para colher seu voto. Com a sua declaração.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Sr. Presidente, eu também acompanho o voto dos demais colegas que já me antecederam, especialmente porque o Relator, Senador Paulo Paim, é um Parlamentar sempre atento a essa questão da cidadania que está embutido no coração desse projeto, projeto que cria o programa de Empresa Cidadã destinado à prorrogação da licença maternidade, mediante concessão de incentivo fiscal. Acho que isso aqui restabelece uma prática que torna mais palatável a execução de metas dessa natureza. Portanto, tem a minha aprovação aqui o parecer do ilustre Relator Paulo Paim, é um projeto de tamanha envergadura.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Muito obrigado. Antes de passar novamente a palavra ao Senador Paulo Paim, quero concluir este histórico processo de votação e declarar o resultado. Senador Valter, posso contar com seu voto, não é isso? Resultado da nossa votação. O projeto está aprovado e merece uma salva de palmas.

[palmas]

Coloco em votação em bloco as Emendas do Relator de números 2 a 6. Os Srs. Senadores... Consulto se os Srs. Senadores repetem a mesma votação.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Confirmamos. Favorável.

**SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):** Confirmado. Emendas aprovadas. Em votação Emenda nº. 01 com parecer contrário. Quem acompanha essa Emenda... Rejeitada. Portanto, o Projeto está aprovado, Emendas acolhidas e a única Emenda sugerida pelo Relator pela rejeição também teve o voto de todos os Senadores. Devolvo a palavra ao meu querido amigo e ilustre Senador Paulo Paim.

[troca de presidência]

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** Eu agradeço ao Senador Mesquita Júnior que é o nosso Presidente na representação no

Mercosul que com a competência de sempre organizou aqui e votação desse importante projeto que eu tive a alegria de ser o Relator.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu gostaria de aqui na Comissão de Direitos Humanos expressar a minha solidariedade e acredito de todos Senadores da Comissão com respeito ao Padre Júlio Lancelotti da Pastoral da Criança criador da Casa Vida que cuida de crianças de pais aidéticos, muitas vezes órfãos aonde ele abrigou ao longo desses anos inúmeras crianças e eu visitei, ele tem sido uma das pessoas mais preocupadas em São Paulo a respeito de todos aqueles que são os moradores de rua, os catadores de papel, uma pessoa extraordinariamente dedicada a causas sociais com enorme sensibilidade, presença. Todos nós temos acompanhado, o próprio Presidente Luis Inácio Lula da Silva, desde o seu primeiro mandato, tem Estado presente no Natal dos moradores de rua justamente a convite do Padre Júlio Lancelotti. Ontem e hoje nós estamos acompanhando as repercussões relativas ao fato de que um rapaz que foi interno da FEBEM que procurou... Que quando estava preso na FEBEM, que havia sido inclusive objeto de dificuldades, de maus-tratos e tudo, então recebeu a atenção do Padre Júlio Lancelotti. Pois bem, esse rapaz quando saiu da FEBEM acabou solicitando de maneira crescente ajuda, o Padre Júlio Lancelotti até providenciou que pudesse ter uma oportunidade de trabalho, uma acolhida, mas posteriormente este mesmo rapaz acabou realizando um processo longo de extorsão até que o Padre Júlio Lancelotti se viu na eminência de revelar à polícia o que estava ocorrendo e isso está sendo revelado.

Pois bem, nós vemos hoje a expressão de solidariedade por parte do Cardeal Odílio Scherer, do ex-Ministro da Justiça e Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Município de São Paulo, José Gregori, Mário de Oliveira Filho, Comissão de Direitos Humanos da OAB, Rose Nogueira, Presidente do Grupo Tortura Nunca Mais e do Conselho de Direitos da Pessoa Humana do Estado de São Paulo, Floriano Pesaro, Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, Henri Sobel, o rabino, Ariel de Castro Alves, Secretário Geral do Conselho Estadual de Defesa de Direitos da Pessoa Humana, todos dando seu testemunho sobre a história de vida e integridade do Padre Júlio Lancelotti e muitas vezes, Senadora Patrícia, Senador José Nery, Senador Valter Pereira e Senador Paulo Paim, nós que estamos acostumados até pela natureza de nossas funções como Senadores a ouvir pessoas em necessidade, por vezes nos vemos sujeitos a situações de abuso de pessoas. E infelizmente aqui aconteceu isso e o Padre Júlio acabou por sua solidariedade sempre ao longo de toda sua vida sendo vítima de uma extorsão.

Eu quero aqui registrar isso, Senador Paulo Paim, a minha solidariedade ao Padre Júlio Lancelotti cuja história de vida sempre foi de modo a trazer de nós toda a solidariedade. Aqui está Dom Odílio Scherer no Globo de hoje, "sinto muita dor pelo Padre Júlio Lancelotti", se

solidarizando também pelo fato de ter sido chantageado, pressionado por uma situação de injúria. É esse o registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** Essa Presidência se soma ao Senador Suplicy. Senadora Patrícia.

**SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE):** Queria somar as palavras do Senador Suplicy também em relação ao Padre Júlio Lancelotti. Fiquei ontem também estarecida, como todo mundo, todo mundo acho que conhece a sua dedicação, o seu entusiasmo com que trata as questões principalmente dos adolescentes, e eu trago também, eu quero apenas trazer o meu abraço de solidariedade também ao Padre Júlio Lancelotti. Sei que está na sua terra, em São Paulo, se estiver com ele dê-lhe um abraço muito forte, e que Deus esteja ao lado dele e que ele possa ter ao lado dele toda a sociedade solidária com esse absurdo que infelizmente aconteceu.

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** Senador José Nery.

**SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA):** Sr. Presidente Senador Paulo Paim, quero me somar à manifestação de solidariedade ao Padre Lancelotti, aqui manifestada pelo Senador Eduardo Suplicy, pela Senadora Patrícia Saboya, dizer que infelizmente muitas pessoas que se dedicam à causa dos mais pobres, dos desvalidos, excluídos, em algumas circunstâncias pela própria situação de miséria, de violência que as pessoas são submetidas, acabam às vezes por envolver indevidamente pessoas que têm uma história, uma trajetória de vida inatacável. E com certeza a todos nós, comove a todos nós o exemplo de vida e dedicação às crianças e ao seu futuro dedicado pelo Padre Júlio Lancelotti e sugeriria, Sr. Presidente Paulo Paim, de uma manifestação oficial da Comissão de Direitos Humanos, mas que pudesse, Senador Suplicy, a partir do seu pronunciamento fazer uma carta, uma manifestação escrita por nós Senadores que conhecemos a luta do Padre Júlio Lancelotti e sabemos do seu compromisso em defesa da vida, da cidadania, dos Direitos Humanos e em especial de crianças e adolescentes, sobretudo dos moradores de rua também porque parte do seu compromisso em defesa da vida. Creio que poderíamos fazer uma manifestação oficial da Comissão, não sei se assim seria possível, mas uma manifestação dos Senadores e Senadoras que apóiam a causa, a luta do Padre Júlio Lancelotti e sabem do seu compromisso, da sua retidão no tratamento, no encaminhamento de questões tão importantes para o resgate da cidadania de pessoas abandonadas e morador de rua, de crianças e adolescentes da nossa juventude.

Então eu queria além de manifestar a solidariedade e com a fala inicial do Senador Suplicy, sugerir que possamos enviar uma carta, um documento, uma manifestação formal a esse grande lutador em defesa dos Direitos Humanos no Brasil, em especial em São Paulo onde

desenvolve o seu ministério sacerdotal cidadão em prol do nosso povo. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** Nessa linha de sugestões, talvez se o Senador Suplicy assim entender, o Senador Suplicy apresentar no Plenário um voto de solidariedade de aplauso com a assinatura de todos nós e dizer inclusive que vai como recomendação da Comissão de Direitos Humanos, o Plenário deve aprovar e a gente remete a uma forma de nesse momento tão difícil na vida desse lutador que é o Padre Lancelotti ter o apoio da Comissão e do Plenário. Se assim V.Ex<sup>a</sup> entender, a sua Assessoria formularia... senão eu posso formular.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Podemos então colocar em votação, Sr. Presidente, uma manifestação de apreço e solidariedade ao Padre Júlio Lancelotti que em conjunto podemos estar redigindo e apresentarmos conjuntamente em nome da Comissão de Direitos Humanos para ser apreciado e votado em Plenário hoje à tarde. Está bem?

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o voto de solidariedade a essa manifestação da Comissão de Direitos Humanos a ser submetida ao Plenário permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós temos o segundo ponto da pauta, é também da Senadora Patrícia, e como sempre tratando das mulheres, das crianças, dos adolescentes, enfim, do povo brasileiro. Eu até poderia colocar em votação, porque o projeto já foi aprovado, Senadora. O que está em momento discussão são duas Emendas do Senador Suplicy. Também com o parecer favorável. Mas, como a votação é nominal, e para que ninguém diga que a gente não respeitou o princípio dos Senadores declararem efetivamente seu voto, eu vou ter que infelizmente deixar o projeto para um outro momento com a presença da Senadora Fátima Cleide. O voto de solidariedade a Assessoria lembra, seria bom que V.Ex<sup>a</sup> remetesse à Mesa, mas todos os Senadores assinam, nós vamos depois remeter ao Plenário.

Eu queria ainda que esse Requerimento não há necessidade da presença porque não é terminativo e é Extrapauta, a aprovação de um Requerimento, submeto aos Srs. Senadores e Senadoras se concordam como Extrapauta a aprovação de um Requerimento de Audiência Pública. Se concordam permaneçam como se encontram. Vou fazer a leitura do Requerimento.

Sr. Presidente, da Comissão de Direitos Humanos, com fundamento no artigo... Inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90 do Regimento Interno requero a realização de Audiência Pública com vista a tratar dos problemas inerentes às demissões arbitrárias de dirigentes sindicais em data a ser definida devendo ser convidados os representantes da OIT, Organização Internacional do Trabalho, Secretaria de Recursos

Humanos da República, Tribunal Superior do trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego. Isso aqui vou explicar o que é que é. É uma declaração que inúmeros dirigentes sindicais fizeram na OIT. A OIT acatou a reclamação das demissões arbitrárias. Mandou essa posição da OIT para o Ministério do Trabalho. O Ministério do Trabalho mediante uma delegação entendeu que já virou uma questão de Direitos Humanos. A forma arbitrária como os dirigentes sindicais estão sendo afastados das suas funções tanto na área pública como também na área privada. Lá na Comissão de Assuntos Sociais onde V.Ex<sup>a</sup> preside nós até já aprovamos um projeto para garantir a estabilidade do dirigente sindical. Que está tramitando na Casa, é um recurso, mas faz parte de um jogo democrático e voltará de novo para uma Comissão.

Então se os Srs. Senadores entenderem, nós faríamos um debate aqui com olhar voltado na questão de direitos humanos, com a presença inclusive da OIT. Talvez, Senadora Patrícia, aqui lembrando e claro que a gente tem que ter muito cuidado, a senhora tem inclusive me alertado nessa questão quando há a possibilidade de fazermos ou não a audiência conjunta. Se a senhora concordar, já que está presente, eu acho que tem tudo a ver com a Comissão de Assuntos Sociais. Nós poderíamos fazer a audiência conjunta e aprovaríamos num segundo momento lá também o Requerimento no mesmo molde no momento que V.Ex<sup>a</sup> entender mais adequado. Os Senadores e Senadoras que concordam com esse Requerimento permaneçam como se encontraram. Aprovado e buscaremos o entendimento para fazer também de forma conjunta na Comissão de Assuntos Sociais o debate sobre essa questão com olhar da OIT sobre esta questão da demissão dos dirigentes.

Antes de terminar, de encerrar a nossa Audiência Pública,... Não sei se o Senador Suplicy queria falar...

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Sr. Presidente, mais no sentido de um diálogo com V.Ex<sup>a</sup> e os membros da Comissão, parece que há a intenção de ser colocado na próxima quarta-feira o projeto da Senadora Fátima Cleide a respeito, e havia pedido de requerimentos de audiências. Eu acho que se trata de uma questão que precisa ser objeto de reflexão, de diálogo. É possível que haja um entendimento inclusive com o Executivo no sentido de que o Presidente da República se aqui aprovada a matéria iria tomar algumas iniciativas relativamente a veto de parte do projeto e--

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** Senador Suplicy, para ajudar na--

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Gostaria que isso pudesse ser objeto de um diálogo entre nós para se ter a devida responsabilidade no que diz respeito ao assunto. Podemos dialogar em seguida.

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** Vou tentar colocar como é que está a situação. É um projeto polêmico, é o Projeto 122, e a Senadora Fátima Cleide está fazendo um excelente trabalho nessa questão, dialogando muito com todos setores, e eles chegaram a um entendimento e apresentaram pra essa Presidência que eu tinha também o pedido de uma Audiência Pública. Retiraríamos todos os pedidos de Audiência Pública, mediante a vontade das partes envolvidas, os contra e a favor o projeto 122, na próxima quarta-feira nós botaríamos em votação o projeto, já está previamente acordado que vai ser pedido vista, o projeto sairá de pauta novamente e voltará à pauta no momento que as partes entenderem que deva ser votado. Porque o pedido de vista é legítimo, não tem como proibir a vista, e uma das partes me disse que ia pedir vistas. Então eu tenho como Presidente apenas atender. Não tem como. A melhor forma é jogo franco. Vai vir na próxima quarta, se V.Ex<sup>a</sup> concordar em tirar o pedido de Audiência Pública, eu de minha parte já concordei. Entra para votação, uma das partes eu sei que vai pedir vista, que é legítimo, não tem como, até me avisaram antes... Tudo bem, pode botar em votação, vamos pedir vista, mas vai ter que voltar novamente na próxima Sessão.

Bom, e nesse período se construirmos um entendimento para votar, melhor. Senão construirmos, vamos votar e cada um vai aqui expressar a sua opinião sobre o projeto.

**SENADOR EDUARDO SUPLY (PT-SP):** Tendo em vista esse entendimento e esse esclarecimento de V.Ex<sup>a</sup>, então eu concordo tendo em conta o testemunho de que houve das partes um entendimento no sentido de que retiro o pedido de audiência para então as partes se entenderem com respeito ao assunto na forma como V.Ex<sup>a</sup> está propondo. E agradeço essa forma clara de fazer as coisas como Presidente V.Ex<sup>a</sup> faz muito bem. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** Muito obrigado. Eu incluo Extrapauta os três Requerimentos de pedido de Audiência Pública já que ambos setores entenderam de Audiências Públicas já tivemos diversas e atendeu, digamos, as posições quanto a favor ou contra. Nós entraremos agora num processo efetivamente de votação dentro do que manda o próprio regimento da Casa. Ou seja, com o pedido de vista daqueles que assim entenderem no momento adequado e daí numa outra Sessão vamos efetivamente para a votação.

Então, nesse momento eu coloco em votação os três requerimentos. E eu passo à leitura. Nos termos do art. 2º do regimento interno requero a retirada em caráter definitivo do Requerimento CDH nº 30/2007, solicitando a Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara 122/2006. Todos que se encontram de acordo... Aprovado. Retirado.

Outro. Nos termos no art. 256 do Regimento Interno requero a retirada em caráter definitivo do Requerimento da CDH nº 94/2007 que solicita Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº. 122.

Os que concordam com a retirada permaneçam como se encontram aprovando assim o Requerimento. Está aprovado.

Nos termos do art. 256 do Regimento Interno requero a retirada em caráter definitivo do Requerimento CDH de 2007, que solicita Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara 122/2006. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. Retirado. Estão retirados os três requerimentos. Nós vamos para a votação na próxima quarta, repito, o pedido de vista é uma questão regimental. O Presidente não pode dizer que aceita ou não aceita. Ele tem que acatar a vontade do Plenário. E já explicito que há um setor que vai pedir vista. E se for vista coletiva obviamente nós atenderemos.

Senadora Patrícia Saboya Gomes, eu quero dizer que essa para mim foi uma Sessão histórica como a gente gosta de dizer, efetivamente pra mim foi. Quero dizer que durante esses anos todos, veja bem que o projeto de V.Ex<sup>a</sup> é de 2005. 2005. Foi amplamente debatido com toda a sociedade. Sei que V.Ex<sup>a</sup> viajou por esse País, discutiu com todos os setores, e me trouxe a fim como Relator inúmeras sugestões que eu acatei todas que V.Ex<sup>a</sup> me apresentou de forma de Emenda. Cumprimento também a sua Assessoria. Sua Assessoria com certeza ajudou muito. Eles me subsidiaram, ajudaram a escrever o Relatório e pra mim é muito bom. O meu gabinete também agradece. Essa construção coletiva dizendo que o projeto de V.Ex<sup>a</sup> é uma revolução no campo da formação das nossas crianças e do processo inclusive de educação.

Eu estou muito orgulhoso de ter sido indicado por V.Ex<sup>a</sup>, V.Ex<sup>a</sup> me indicou como Relator, eu não avoquei o projeto. V.Ex<sup>a</sup>: "Paim eu quero que V.Ex<sup>a</sup> relate esse projeto". Algumas Senadoras: "Pô, Paim, por que você não deu pra mim relatar?" "Eu não, porque ela me indicou". [risos] Então eu peço desculpas a algumas Senadoras, fiz questão de relatar pela sugestão da nobre Senadora Patrícia e eu quero dizer que a alegria não é só minha, a alegria é dos homens e mulheres desse País. Porque esse projeto não entende somente, como alguns pensam interesses das mulheres, mas principalmente o interesse das crianças. Homens e mulheres.

Eu tinha que terminar essa Sessão ela teria que encerrar fazendo uma homenagem a V.Ex<sup>a</sup>. E minha homenagem é nessa pequena fala porque todos os Senadores já homenagearam. E dizer que seria muito bom que V.Ex<sup>a</sup> fizesse uma fala de encerramento, que nós todos dizemos a V.Ex<sup>a</sup> muito obrigado por saber que nesse País existem pessoas como a senhora.

**SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE):** Senador Paulo Paim, um beijo no seu coração e beijo em todos. Muito obrigado, mesmo e viva nossas crianças. Obrigada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):** Está encerrada a Audiência Pública.

*Sessão encerrada às 10h36*



**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Nos termos do art. 222, §1º, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 498/08/PS-GSE

Brasília, 17 de outubro de 2008

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovada nesta Casa, o Projeto de Lei nº 7.376, de 2006, do Senado Federal (PLS nº 652/04, na Casa de origem), o qual “Disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido, e dá outras providências.”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – O ofício lido vai à publicação e será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2004.

Sobre a mesa, ofícios do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 179/2008/CAE

Brasília, 7 de outubro de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na ocasião da 23ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, realizada em 7 de outubro do corrente, foi dado conhecimento à comissão e encaminhado aos seus membros, através do Ofício CAE nº 43/2008-Circular, o Aviso nº 47, de 2008 (nº 287/GMF, na origem), 25 de agosto de 2008, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de julho de 2008, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação

entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

Comunico, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Ofício nº 180/2008/CAE

Brasília, 7 de outubro de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na ocasião da 23ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, realizada em 7 de outubro do corrente, foi dado conhecimento à comissão e encaminhado aos seus membros, através do Ofício CAE nº 43/2008-Circular, Aviso nº 48/08 – Aviso nº 78/08-BCB-Presi, de 29 de agosto de 2008, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de julho de 2008, as razões delas determinantes, a posição das reservas internacionais a ela vinculadas.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Ofício nº 182/2008/CAE

Brasília, 7 de outubro de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na ocasião da 23ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, realizada em 7 de outubro do corrente, foi dado conhecimento à comissão e encaminhado aos seus membros, através do Ofício CAE nº 43/2008-Circular, Aviso nº 56/08 – Aviso nº 86/08-BCB-Presi, de 30 de setembro de 2008, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o anexo demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de agosto de 2008, as razões delas determinantes, a posição das reservas internacionais a ela vinculadas.

Informa, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Sérgio Guerra e Alvaro Dias enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “GUERREIROS DAS SOMBRAS”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 17 de setembro do corrente.

A matéria destaca que à medida que vêm à tona detalhes da participação dos espões da Agência Brasileira de Inteligência na chamada Operação Satiagraha, fica cada vez mais evidente que esteve em curso uma ação secreta, descontrolada e clandestina patrocinada e desenvolvida por agentes do estado, cujos objetivos ainda não foram devidamente esclarecidos. Ainda seguindo a reportagem, além de grampearem o presiden-

te do Supremo e autoridades federais, arapongas da Abin vigiaram jornalistas que buscavam informações sobre o caso.

Sr. Presidente, para que conste dos **Anais do Senado**, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## GUERREIROS DAS SOMBRAS

Além de grampearem o presidente do Supremo e autoridades federais, arapongas da Abin vigiaram jornalistas que buscavam informações sobre o caso

DIEGO ESCOSTEGUY

**A** medida que vêm à tona detalhes da participação dos espões da Agência Brasileira de Inteligência na chamada Operação Satiagraha, fica cada vez mais evidente que esteve em curso uma ação secreta, descontrolada e clandestina patrocinada e desenvolvida por agentes do estado, cujos objetivos ainda não foram devidamente esclarecidos. Há duas semanas, **VEJA** revelou que conversas do presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro Gilmar Mendes, foram ilegalmente interceptadas por espões a serviço da Abin. O diretor da agência, Paulo Lacerda, foi afastado pelo presidente Lula, embora jurasse que a cooperação de seus arapongas com a Polícia Federal se limitasse a uma inocente consulta a cadastros e banco de dados, análises de documentos e apoio logístico aos policiais — tudo informalmente. Na semana passada, soube-se que a tal participação “informal” empregou um contingente de 52 agentes, que custaram 250 000 reais em verbas secretas. Soube-se, também, que, além de grampos ilegais contra autoridades do Legislativo, Executivo e Judiciário, os arapongas tiveram acesso a dados sigilosos da investigação e até seguiram, fotografaram e filmaram os passos de jornalistas que estavam em busca de informações sobre o caso.

Os delegados da Polícia Federal que investigam os grampos clandestinos e as ações ilegais ocorridas ao longo da operação já têm a lista de todos os agentes da Abin convocados para a missão. Eles estão tentando descobrir, por exemplo, quem entre eles foi o responsável por uma gravação de áudio entre uma jornalista da *Folha de S. Pau-*

*lo* e um interlocutor não identificado. A gravação foi exibida pelo delegado Protógenes Queiroz, no fim do mês de maio passado, ao delegado Paulo de Tarso Teixeira, diretor da Divisão de Combate a Crimes Financeiros. Na fita aparece a jornalista conversando sobre a Operação Satiagraha. Protógenes era o chefe da operação, juntamente com o diretor da Abin, Paulo Lacerda. De acordo com as informações do próprio delegado Protógenes, a gravação teria sido feita pelo pessoal da agência de inteligência e serviria para provar que havia uma conspiração contra ele. Os arapongas do governo já estavam “informalmente” integrados ao caso e, ao que parece, também grampeando tudo e todos — já que não havia autorização judicial nenhuma para ouvir conversas de jornalistas. Teixeira não ficou com cópia da gravação, nem soube informar se ela foi feita a partir de uma escuta ambiental, o que é mais provável, ou de um grampo telefônico clandestino. Qualquer que tenha sido o método, porém, foi mais uma ilegalidade.

Não será fácil aos policiais identificar os agentes responsáveis pelos grampos dos telefones das autoridades em Brasília. Desde que o caso veio a público, além de negar o envolvimento de seu pessoal e patinar em sucessivas contradições, a agência de inteligência também se esforça para confundir as investigações. Na semana passada, a revista *IsioÉ* apontou o araponga aposentado Francisco Ambrósio do Nascimento como o autor das interceptações telefônicas contra as autoridades. O espião foi contratado para trabalhar na Operação Satiagraha, segundo ele,

para analisar documentos. Pelo menos foi isso o que disse aos delegados que investigam o caso. Em depoimento à CPI dos Grampos, o chefe afastado do setor de contra-inteligência da Abin, Paulo Maurício Fortunato, afirmou que conhecia Ambrósio, mas que não falava com ele fazia mais de dez anos. Era mentira. Maurício havia se reunido com Ambrósio cinco dias antes. Propôs ao agente que, se fosse procurado pela polícia, contasse uma versão que não comprometesse a Abin. Disse também que a agência já tinha pistas sobre quem havia vazado os grampos clandestinos e chegou a mostrar alguns suspeitos. Foi também do ex-chefe a revelação de que não eram oito, como se dizia, mas sim 52 o número de arapongas convocados para atuar em conjunto com a Polícia Federal. Em entrevista, Ambrósio garantiu que nada ent-

tendia de grampos, que seu trabalho foi exclusivamente analisar mensagens eletrônicas apreendidas pelos investigadores, que desempenhou suas tarefas no prédio da Polícia Federal e que foi contratado por 9 000 reais diretamente pelo delegado Protógenes. Nada, portanto, a ver com a Abin. ■

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “No STF, governo defende volta de punições mais duras para jornalistas”, publicada pelo jornal **O Globo** em sua edição de 20 de junho 2008.

A reportagem destaca que a Advocacia Geral da União, AGU, enviou parecer ao Supremo Tribunal Fede-

ral, STF, defendendo que trechos da Lei de Imprensa de 1967 que estão suspensos voltem a vigorar.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# No STF, governo defende volta de punições mais duras para jornalistas

AGU defende artigos da Lei de Imprensa da época da ditadura militar

Carolina Brígido

• BRASÍLIA. A Advocacia Geral da União (AGU) enviou parecer ao Supremo Tribunal Federal (STF) defendendo que trechos da Lei de Imprensa de 1967 que estão suspensos voltem a vigorar. Falando em nome do governo, a AGU defendeu que sejam mantidos três artigos que estabelecem penas mais duras para a imprensa do que as expressas no Código Penal para quem praticar crimes contra a honra — calúnia, injúria e difamação. Se os artigos continuarem banidos, os jornalistas ficarão sujeitos às punições do Código Penal, como acontece com qualquer cidadão. O parecer da AGU servirá de subsídio aos ministros da mais alta Corte do país no julgamento que decidirá se a Lei de Imprensa, herança da ditadura militar, perderá ou não a validade de forma definitiva.

A Lei 5.250, de 1967, começou a ser discutida no STF a partir de uma ação ajuizada pelo PDT. O partido pediu a revogação de toda a legislação por se tratar de desrespeito à liberdade de informação prevista na Constituição Federal. O relator, ministro Carlos Ayres Brito, suspendeu a lei por meio de liminar em fevereiro. Dias depois, o plenário do tribunal confirmou a decisão. Ainda não há data marcada para o julgamento do mérito da ação.

## Pedido inclui apreensão e destruição de publicações

O advogado Sérgio Eduardo Tapety, que assina o parecer de 59 páginas da AGU, argumenta que crimes contra a honra são mais graves quando praticados por jornalistas, pois têm repercussão maior e merecem punições mais rigorosas. “A intenção do legislador, ao tratar de forma específica crimes contra a honra praticados por meio da imprensa, foi dar ao Estado o poder de impor sanções mais severas àqueles que praticam esses delitos, uma vez que a violação ao referido bem jurídico através da imprensa tem um alcance e efeitos mais amplos que potencializam o dano acarretado à vítima”, diz o texto.

A AGU também defende que

voltem a vigorar os artigos que permitem apreensão e destruição de publicações com propaganda de guerra, preconceito de raça ou classe social e ofensa à moral e aos bons costumes.

Na ação, o PDT argumentou que a apreensão de material jornalístico afronta a Constituição, que veda qualquer espécie de censura. Em relação à moral e aos bons costumes, o parecer da AGU admite que o conceito é subjetivo. Mas defende que os juízes definam, caso a caso, se há ofensa por parte do veículo de comunicação.

“No que tange especificamente aos impressos que venham a ofender a ‘moral pública e os bons costumes’, é importante destacar que a expressão tem conteúdo muito fluido e amplo. Por isso, caberá ao juiz, diante do caso concreto, avaliar se os impressos ofendem ou não a moral pública e os bons costumes”, diz o parecer da AGU.

A parte inicial do texto da AGU defende que os ministros do STF rejeitem a ação do PDT antes mesmo de examinar se a lei é ou não constitucional. A AGU sustenta que a ação do

PDT, para ser admitida, precisaria atacar a legislação de imprensa de forma mais específica, com provas concretas de que ela violou preceitos constitucionais. “Seria preciso que a petição inicial apresentada pelo argüente (o PDT) indicasse de forma clara e específica todos os dispositivos da Lei de Imprensa que estariam a violar as disposições constitucionais, com a devida fundamentação jurídica. Não é admissível a impugnação genérica e abstrata de todo o instrumento normativo atacado”, diz o texto. ■

## MP agora quer punir também ‘Estado’

Como a de Marta, entrevista com Kassab é contestada

Tatiana Farah.

• SÃO PAULO. O Ministério Público Eleitoral ingressou com mais duas representações contra a imprensa na Justiça. Desta vez, o jornal “O Estado de S. Paulo” e a revista, “Veja São Paulo” são acusados de fazer propaganda extemporânea do prefeito Gilberto Kassab (DEM), pré-candidato à reeleição, devido a entrevistas feitas com ele. No início da semana, o juiz Francisco Carlos Shintate, da 1ª Zona Eleitoral de São Paulo, condenou a “Folha de S. Paulo” e a “Veja SP” por entrevistas com a pré-candidata a prefeita Marta Suplicy, do PT. Marta e as empresas foram multadas e recorrem da decisão ao Tribunal Regional Eleitoral anteontem.

A decisão de primeira instância, que na prática proíbe entrevistas com pré-candidatos, foi criticada por juristas, magistrados e entidades de defesa da liberdade de imprensa. A organização internacional Reporters Sem Fronteiras divulgou ontem nota contra a medida: “O caráter absurdo desta decisão, da qual esperamos uma rápida anulação, já foi denunciado tanto pelo poder Executivo como pelas instâncias superiores da Justiça. Sobretudo antes de eleições, a imprensa deve abordar a atualidade política, e o trabalho jornalístico não pode ser comparado a propaganda. (...) Durante a campanha eleitoral oficial, a igualdade na distribuição dos tempos nos meios de comunicação audiovisuais é necessidade real. Mas esse tipo de controle parece bem mais difícil na imprensa escrita e, de maneira geral, não tem razão de ser fora dos períodos de campanha. Consideramos que, por estes motivos, a lei deverá ser modificada”, afirma a entidade.

Segundo o Departamento Jurídico do “Estado de S. Paulo”, a entrevista contestada pelo Ministério Público Eleitoral foi publicada no dia 14 de junho. A empresa recebeu a citação judicial ontem e está preparando sua defesa. Uma das promotoras responsáveis pelas representações eleitorais, Maria Amélia Nardy Pereira, disse que não se proíbe que se entrevistem as pessoas:

— O que se proíbe é propaganda antecipada. Quando um candidato fala de plataforma de governo, pela lei das eleições, é vedado. Não há censura — disse a promotora, afirmando que o pré-candidato não pode criticar adversários porque, para ela, é propaganda antecipada.

O advogado André Hermann Tostes, professor de Direito da PUC-Rio, avaliou como exagero a decisão da Justiça Eleitoral, mas disse que as condenações não são censura:

— Parece um certo exagero considerar uma entrevista como propaganda eleitoral. Mas, para isso, existem os recursos e, muito provavelmente, as instâncias superiores vão reverter essa decisão. Mas chamar de censura é um equívoco, porque censura é um ato arbitrário, não sujeito a um contraditório. O que se tem é uma decisão judicial questionável, da qual se pode recorrer e obter uma revisão. Isso faz parte de um mundo com instituições funcionando.

Para o especialista, a condenação à “Folha” e à “Veja SP” não deverá abrir a porta para outras decisões desse tipo:

— Não acredito que aconteça, porque algumas instituições funcionam maduramente no Brasil. A imprensa é uma delas, a Justiça em níveis elevados funciona de uma forma madura. Os erros serão cometidos sempre, mas não vejo como impedimento para entrevistas.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “A política externa brasileira perdeu seu último trunfo”, publicada pela revista **IstoÉ** em sua edição de 13 de agosto de 2008.

A matéria destaca a entrevista com o embaixador Rubens Ricupero que, apesar de cercar-se de cuidados para criticar o governo Lula, afirma que o colapso de Doha foi o fracasso da mais importante aposta do Itamaraty.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# “A política externa brasileira perdeu seu último trunfo”

O ex-ministro da Fazenda diz que o colapso da Rodada de Doha foi fracasso da mais importante aposta do Itamaraty

Por RUDOLFO LAGO E OCTÁVIO COSTA

**O** embaixador Rubens Ricupero cerca-se de cuidados para criticar o governo Lula. Afinal, até hoje ele paga pelo “escândalo da parabólica”, que levou à sua demissão do Ministério da Fazenda no governo Itamar Franco. Ali, quando se preparava a campanha de Fernando Henrique Cardoso para suceder a Itamar, Ricupero foi flagrado fazendo inconfidências a um jornalista antes de dar uma entrevista na televisão. Assim, Ricupero, atualmente diretor da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), de São Paulo, esforça-se em equilibrar críticas e elogios quando analisa a política externa e comercial de Lula. Com a autoridade, porém, de quem foi o secretário-geral da Conferência Nacional das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad), Ricupero avalia que o Brasil pagará um preço grande pelo insucesso da Rodada de Doha, de negociação de regras para o comércio internacional. Para o ex-embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Doha

era o último vértice de um tripé em que o Brasil apostou. As duas outras pontas – o assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e o

estabelecimento do Mercosul como único bloco de países no continente – já tinham malogrado. O fracasso de Doha representa a derrota da última

grande aposta brasileira no campo internacional. O Brasil, insiste Ricupero, não errou na tese. Apenas não teve sorte. “O príncipe precisa de virtude e de fortuna (sorte)”, diz Ricupero, citando Maquiavel. “Na política externa, faltou a fortuna”, completa ele, ressaltando que sua avaliação não é crítica, mas, sim, objetiva.

**ISTOÉ** – O Brasil apostou todas as suas fichas no sucesso da Rodada de Doha, mas a cúpula fracassou. O que se projeta agora para o País?

**Rubens Ricupero** – A aposta brasileira na rodada e na Organização Mundial de Comércio era uma imposição da nossa realidade. Um país que tem a sua competitividade concentrada na agricultura não tem outro caminho. Os problemas maiores da agricultura derivam sobretudo dos subsídios e das barreiras que os países desenvolvidos utilizam. Os europeus não vão abrir mão dos seus subsídios ou das suas barreiras se os americanos não fizerem o mesmo. Portanto, eles não vão negociar nada dis-

so com o Brasil porque o que está em jogo para eles não é o Brasil, são os Estados Unidos. Então, isso só se resolve no âmbito multilateral. Infelizmente, para o Brasil, não há alternativa senão as negociações na Organização Mundial de Comércio.

**ISTOÉ** – *Então, não temos saída?*

**Ricupero** – Nós temos que esperar que ocorra agora o que aconteceu na Rodada Uruguai (a série de negociações comerciais anterior à Rodada de Doha). Lá, a reunião que deveria ser a final, em Bruxelas, em dezembro de 1990, terminou com um fracasso total. Dois anos depois, a rodada se reativou e terminou num nível muito bom, que inclusive levou à criação da própria Organização Mundial de Comércio.

**ISTOÉ** – *Foi errada a tática do Brasil de dar as costas aos seus parceiros tradicionais e ficar numa posição autônoma?*

**Ricupero** – O G-20 foi uma aliança para dizer não e não para dizer sim. Ela foi uma aliança construída em setembro de 2003 para fazer oposição ao que os americanos e os europeus queriam impor em Cancún, que era uma solução muito desequilibrada e insatisfatória na agricultura. Ali, o Brasil se uniu a um grupo muito poderoso, mas também que já se sabia muito disparatado. O Brasil tinha um interesse genuíno na liberalização do comércio agrícola, enquanto Índia e China sempre foram contrários. A aliança foi útil enquanto se tratava de resistir às imposições americanas e européias. Mas chegou um momento em que o Brasil fez o julgamento de que, agora, o que americanos e europeus estavam oferecendo era mais satisfatório.

**ISTOÉ** – *O G-20 acabou?*

**Ricupero** – Todos os países envolvidos vão dizer que o G-20 permanece. Se o problema for utilizar de novo essa tática de resistir às imposições de americanos e europeus, o G-20 serve. Mas, se for para negociar, não dá. Não é uma aliança para ganhar o jogo, é uma aliança para empatar o jogo.

Ganhar o jogo para nós significa aumentar o nosso acesso a mercados agrícolas não só da Europa ou do Japão, mas da China e da Índia.

**ISTOÉ** – *Se o G-20 não é para ganhar o jogo, qual deve ser a estratégia do Brasil no momento em que se retomarem as negociações multilaterais?*

**Ricupero** – Só interessa ao Brasil que o G-20 vá até o final da negociação se isso não significar o fechamento do acesso brasileiro aos mercados agrícolas da China e da Índia. O futuro das commodities no mundo não está nos países ricos, está na Índia, na China e nos países asiáticos. Ali é que há mercado. E a razão é fácil de entender: a Europa e o Japão estão com uma população declinante.

Como você não pode se alimentar além de um determinado limite, não há ali grande possibilidade de crescimento.

**ISTOÉ** – *E como conquistar esses mercados?*

**Ricupero** – O ideal seria o Brasil fazer ao máximo acordos com o Mercosul. Mas eu não sei se o presidente Lula vai querer enfrentar os problemas que decorrem disso. A complicação do Mercosul não é só a instabilidade da Argentina ou os problemas que viriam da adesão da Venezuela. O problema maior é que o Mercosul não tem um mecanismo de falar numa só voz como a Europa tem. A União Européia negocia comércio por sua comissão em Bruxelas. O Mercosul não tem uma estrutura assim. Não tem um executivo para negociar como bloco único. Negociar em bloco no Mercosul implica-

**Lula é um discípulo de Getúlio Vargas, equilibra posições opostas do gabinete e fica na condição de árbitro”**

ria criação de um executivo único, e não sei nem se o Brasil deseja isso mesmo, porque também significaria abrir mão da sua própria autonomia.

**ISTOÉ** – *E qual o futuro, agora? Qual o caminho a seguir enquanto fica no ar a Rodada de Doha?*

**Ricupero** – A Rodada de Doha, no curto prazo, dificilmente ressuscitará. Haverá eleições nos Estados Unidos e também na Índia. Enquanto isso não acontecer, esses países não vão se mexer. Mas, num prazo de um ano, não acho impossível que as negociações sejam retomadas. E a verdade é que, em negociações bilaterais, o Brasil só vai conseguir resultados limitados, num produto ou noutro. Nós nem podemos negociar sozinhos, porque fazemos parte de uma união aduaneira, que é o Mercosul.

O Brasil só pode fazer um acordo se todos os países do Mercosul fizerem. E nós temos parceiros complicados. É importante, para nós, fechar um acordo em Doha. Estrategicamente, para o País é ruim esse fracasso.

**ISTOÉ** – *Por quê?*

**Ricupero** – A política externa do governo Lula teve três focos: o ingresso com lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU, a ideia de usar o Mercosul como semente de uma união comercial e econômica da América do Sul e um acordo agrícola na Rodada de Doha. Eu devo dizer que estou de acordo com os três, mas a verdade é que esse tripé malogrou. A ampliação do Conselho de Segurança é uma discussão que saiu da agenda. O Mercosul como uma aliança única na América do Sul não é algo mais viável,

depois que Chile, Peru e Colômbia assinaram com os Estados Unidos a entrada na Alca (Área de Livre Comércio das Américas). Realisticamente, só o que sobrava era a conclusão da Rodada de Doha.

**ISTOÉ** – *Então, fracassou a política externa do governo Lula?*

**Ricupero** – Política externa é algo que depende muito daquilo que diz Maquiavel em *O príncipe*: “O príncipe precisa de virtude e de fortuna.” Fortuna aí como sinônimo de sorte. Na política externa, faltou a fortuna. Em política externa, mesmo que se faça tudo certo, o sucesso também depende dos outros. Entrar para o Conselho de Segurança não depende só de nós. Aqui, no caso do Mercosul, as circunstâncias mudaram. A tônica hoje no continente não é mais a convergência, é a divergência.

**ISTOÉ** – *Mas será que o Brasil percebeu isso? Não houve alguns passos equivocados? Por exemplo, ter dado apoio às Farc, ter amparado Hugo Chávez?*

**Ricupero** – Acho que o presidente Lula, conscientemente ou não, é um discípulo da forma de governar de Getúlio Vargas. Getúlio sempre governou equilibrando posições opostas no seu gabinete. Quando ele caiu, em 1945, estava no centro da criação de dois partidos, o PSD e o PTB, um rural e conservador; o outro urbano e progressista. Ele sempre se identificou com o PTB, mas governou com os dois. E sempre teve no governo pessoas que representavam posições opostas, e ele ficava na condição de árbitro. O presidente Lula faz exatamente o mesmo. Em política econômica, ele tem o Henrique Meirelles no Banco Central representando a faceta de direita, conservadora, que combate a inflação, e o Guido Mantega, no Ministério da Fazenda, com uma equipe crítica, alternativa. Na Justiça, tem o Tarso Genro com essas declarações sobre punição para tortura, e o Nelson Jobim do outro lado. Na Agricultura,

tem o ministério do agronegócio e o da reforma agrária.

**ISTOÉ** – *E no Itamaraty?*

**Ricupero** – Há ali o quadro de diplomatas e o grupo fora do quadro, liderado por Marco Aurélio Garcia. Este é o homem do partido, que tem simpatia pelas Farc. Antigamente, se dizia que o Partido Revolucionário Institucional (PRI, o partido então no poder no México) tinha uma política econômica conservadora, mas uma política externa progressista, de crítica aos Estados Unidos, como forma de se manter apegado às origens remotas da Revolução Mexicana. O mesmo ocorre com o PT. Tem que dar apoio simbólico ao padre Camilo, que vem aqui representar as Farc. Tem que acenar ao Hugo Chávez. Fazer um gesto em relação ao Fidel Castro. Mas, na hora de decidir, o governo é mais conservador.

**ISTOÉ** – *O ministro Celso Amorim foi alvo de muitas críticas ao final da reunião de Genebra. O sr. acha que ele se desgastou como negociador?*

**Ricupero** – Não acredito. O ministro teve momentos pouco felizes, como quando citou a frase de Goebbels (Joseph Goebbels, ministro da Propaganda nazista). Mas isso se justifica no nervosismo da negociação. Ele é um homem extremamente inteligente, um diplomata audacioso. Há alguns anos, quando se falava de ampliação do Conselho de Segurança, sempre se citava também México e Argentina como possibilidades. Mesmo que essa seja uma discussão fora da pauta atual, hoje só

se fala no Brasil como candidato a uma vaga. Isso é um mérito da política externa brasileira. Onde o Brasil poderia ter feito mais é na questão ambiental, na discussão sobre o aquecimento global. O Brasil detém a maior floresta tropical do mundo, tem a maior biodiversidade, tem uma matriz energética limpa e 30 anos de experiência na tecnologia de biocombustível. Faltou inteligência para o Brasil, no momento em que malograram os três focos em que apostou na política externa, ter investido nessa bandeira.

**ISTOÉ** – *O governo vem adotando a alta das taxas de juros como principal instrumento de combate à inflação. Esse é o caminho correto?*

**Ricupero** – A ameaça da inflação é real. E grande parte dessa ameaça vem do Exterior, de uma conjuntura mundial difícil. Então, aumentar a taxa de juros não vai resolver muito. Internamente, há medidas que, a meu ver, são contraditórias com o combate à inflação. Não vejo, por exemplo, como se pode conciliar combate à inflação com uma expansão desmesurada da produção de automóveis somada ao amparo de instrumentos de crédito. A promoção de 20 milhões de pessoas das classes D e E para a classe C é bem-vinda. Mas isso se justifica no consumo de alimentos, de gêneros de primeira necessidade. Mas automóvel não é bem de primeira necessidade. Incentivar isso é algo que eu só posso rotular de populismo. ■

**“Marco Aurélio Garcia é o homem do partido. Tem que acenar a Chávez e a Fidel. Mas, na hora de decidir, o governo é mais conservador”**

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Nada mais havendo a tratar, para felicidade de todos neste momento, hoje trabalhamos bastante – disseram que não trabalhamos neste

período eleitoral, e estamos trabalhando muito –, a Presidência vai encerrar os trabalhos.  
Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 25 minutos.)

**CONVÊNIO Nº 00 27 / 2 0 0 8**  
(Processo n.º 010.238/08-5)

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O SENADO FEDERAL E O BANCO BBM S/A PARA EMPRÉSTIMOS A SENADORES E SERVIDORES, SOB CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO.**

**O SENADO FEDERAL**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, AGACIEL DA SILVA MAIA, e, do outro lado, o **BANCO BBM S.A.**, inscrito no CNPJ sob o n.º 15.114.366/0001-69, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 1.632, Salas 301 a 304, Caminho das Árvores, Salvador – BA, CEP: 41.820-020, através de sua filial localizada na cidade do Rio de Janeiro, na Praça Pio X, nº 98 – A, nos andares 3º, 4º, 5º, 6º P, 7º, 8º, 10º P, 11º P e 12º P, Contato: Bruna Teixeira, telefone (21) 2514-7768, e-mail: [brunateixeira@bancobbm.com.br](mailto:brunateixeira@bancobbm.com.br), doravante designado **CONVENIADO**, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares dos Decretos n.º 4.961, de 20 de janeiro de 2004, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, mediante as cláusulas que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Convênio tem por objeto possibilitar ao **CONVENIADO**, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores do Senado Federal, com mais de seis meses de exercício no cargo.

**Parágrafo único** - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 11 do Decreto n.º 4.961, de 2004.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO**

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência do **CONVENIADO**.

**Parágrafo único** - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pelo **CONVENIADO**, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL**

Durante a vigência deste Convênio, o **SENADO FEDERAL** compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e

3. proceder, mediante simples comunicação por escrito ao **CONVENIADO**, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência do **CONVENIADO**, especificada na Cláusula Segunda.

**Parágrafo único** - A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do SENADO FEDERAL por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DO CONVENIADO**

Do **CONVENIADO** será cobrada mensalmente a quantia de R\$ 5,00 (cinco reais) por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

**Parágrafo Primeiro** – O **CONVENIADO** encaminhará ao Senado Federal, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes a taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Recursos Humanos.

**Parágrafo Segundo** - O **CONVENIADO** se obriga a fornecer aos consignados extrato mensal, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO**

Caberá ao **CONVENIADO** a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo SENADO FEDERAL.

**Parágrafo único** – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados do que preceitua o art. 18 do Decreto n.º 4.961, de 2004, quanto às responsabilidades administrativa, civil e penal.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES**

O SENADO FEDERAL obriga-se a recolher ao **CONVENIADO**, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, observando-se o disposto no artigo 13 do Decreto n.º 4.961, de 2004, em sua conta corrente, a ser informada pelo **CONVENIADO**.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR**

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o SENADO FEDERAL se obriga a comunicar o fato, imediatamente, ao **CONVENIADO**, na forma do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Décima Primeira.

**Parágrafo único** – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.



### CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O prazo de execução do presente Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

### CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

O descumprimento pelo **CONVENIADO** das obrigações fixadas na Cláusula Quarta sujeitará o **CONVENIADO** às sanções legais estabelecidas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, além do imediato descredenciamento perante o Senado Federal.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará a suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

**Parágrafo único** - A consignação relativa a amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário, nos termos do inciso II do art. 17 do Decreto n.º 4.961, de 2004.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

**Parágrafo único** - Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, aplicando-se ainda as normas previstas nos Decretos n.ºs 4.961, de 20 de janeiro de 2004 e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis n.º 8.666/93 e 8.078/90.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

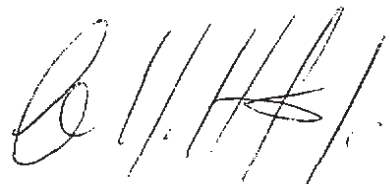
Brasília-DF, 13 de outubro de 2008.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**DIRETOR GERAL DO SENADO FEDERAL**



**BENY PARNES**  
CPF: 729.641.627-00  
RG: 04.116.256-1 IFP/RJ  
BANCO BBM S/A



**EDGARD LACERDA FREIRE JÚNIOR**  
CPF: 754.248.867-87  
RG: 05.722.885-0 IFP/RJ  
BANCO BBM S/A



Diretor da SADCOR



Diretor da SSPLAC  
**Marcos André de Melo**  
Diretor da SSPLAC

# COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

## Bahia

**Minoria-DEM** - Antonio Carlos Júnior\* (S)  
**Bloco-PR** - César Borges\*  
**PDT** - João Durval\*\*

## Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Maioria-PMDB** - Paulo Duque\* (S)  
**Bloco-PP** - Francisco Dornelles\*\*

## Maranhão

**Maioria-PMDB** - Lobão Filho\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Roseana Sarney\*  
**PTB** - Epitácio Cafeteira\*\*

## Pará

**Minoria-PSDB** - Flexa Ribeiro\* (S)  
**PSOL** - José Nery\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Mário Couto\*\*

## Pernambuco

**Minoria-DEM** - Marco Maciel\*  
**Minoria-PSDB** - Sérgio Guerra\*  
**Maioria-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

## São Paulo

**Bloco-PT** - Aloizio Mercadante\*  
**PTB** - Romeu Tuma\*  
**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*\*

## Minas Gerais

**Minoria-PSDB** - Eduardo Azeredo\*  
**Maioria-PMDB** - Wellington Salgado de Oliveira\* (S)  
**Minoria-DEM** - Eliseu Resende\*\*

## Goiás

**Minoria-DEM** - Demóstenes Torres\*  
**Minoria-PSDB** - Lúcia Vânia\*  
**Minoria-PSDB** - Marconi Perillo\*\*

## Mato Grosso

**Minoria-DEM** - Gilberto Goellner\* (S)  
**Bloco-PT** - Serys Slhessarenko\*  
**Minoria-DEM** - Jayme Campos\*\*

## Rio Grande do Sul

**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**PTB** - Sérgio Zambiasi\*  
**Maioria-PMDB** - Pedro Simon\*\*

## Ceará

**PDT** - Patrícia Saboya\*  
**Minoria-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*\*

## Paraíba

**Minoria-DEM** - Efraim Morais\*  
**Maioria-PMDB** - José Maranhão\*  
**Minoria-PSDB** - Cícero Lucena\*\*

## Espírito Santo

**Maioria-PMDB** - Gerson Camata\*  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSB** - Renato Casagrande\*\*

## Piauí

**Minoria-DEM** - Heráclito Fortes\*  
**Maioria-PMDB** - Mão Santa\*  
**PTB** - João Vicente Claudino\*\*

## Rio Grande do Norte

**Maioria-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Minoria-DEM** - José Agripino\*  
**Minoria-DEM** - Rosalba Ciarlini\*\*

## Santa Catarina

**Bloco-PT** - Ideli Salvatti\*  
**Maioria-PMDB** - Neuto De Conto\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Casildo Maldaner\*\* (S)

## Alagoas

**Minoria-PSDB** - João Tenório\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**PTB** - Ada Mello\*\* (S)

## Sergipe

**Maioria-PMDB** - Almeida Lima\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**PSC** - Virgínio de Carvalho\*\* (S)

## Amazonas

**Minoria-PSDB** - Arthur Virgílio\*  
**PDT** - Jefferson Praia\* (S)  
**Bloco-PT** - João Pedro\*\* (S)

## Paraná

**Bloco-PT** - Flávio Arns\*  
**PDT** - Osmar Dias\*  
**Minoria-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

## Acre

**Maioria-PMDB** - Geraldo Mesquita Júnior\*  
**Bloco-PT** - Marina Silva\*  
**Bloco-PT** - Tião Viana\*\*

## Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio Amaral\*  
**Maioria-PMDB** - Valter Pereira\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Marisa Serrano\*\*

## Distrito Federal

**Minoria-DEM** - Adelmir Santana\* (S)  
**PDT** - Cristovam Buarque\*  
**PTB** - Gim Argello\*\* (S)

## Rondônia

**Bloco-PT** - Fátima Cleide\*  
**Maioria-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PR** - Expedito Júnior\*\*

## Tocantins

**Bloco-PR** - João Ribeiro\*  
**Maioria-PMDB** - Leomar Quintanilha\*  
**Minoria-DEM** - Marco Antônio Costa\*\* (S)

## Amapá

**Maioria-PMDB** - Gilvam Borges\*  
**Minoria-PSDB** - Papaléo Paes\*  
**Maioria-PMDB** - José Sarney\*\*

## Roraima

**Bloco-PT** - Augusto Botelho\*  
**Maioria-PMDB** - Romero Jucá\*  
**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*\*

## Mandatos

\*: Período 2003/2011    \*\*: Período 2007/2015

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)  
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)  
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) <sup>(16)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(8)</sup>  
**RELATOR:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(8)</sup>

**Leitura:** 15/03/2007  
**Designação:** 05/06/2007  
**Instalação:** 03/10/2007  
**Prazo final prorrogado:** 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB ) <sup>(1)</sup></b>	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) <sup>(14)</sup>	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) <sup>(11)</sup>	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) <sup>(4,7)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(9)</sup></b>	
Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(13)</sup>	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(2,6)</sup>	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) <sup>(3,12,17)</sup>	
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (AM) <sup>(15)</sup>	

**PDT/PSOL** (10)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

**Notas:**

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
16. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

## 2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**Leitura:** 04/03/2008

**Prazo final:** 04/08/2008

**Designação:** 24/03/2008

**Instalação:** 25/03/2008

**Prazo final prorrogado:** 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) <sup>(1)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(2)</sup>
Magno Malta (PR-ES)	
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
<b>PTB</b>	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

**Notas:**

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

### 3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1.
	2.
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
	1.
	2.
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
	1.
	2.
<b>PTB</b>	
	1.
<b>PDT</b>	

---

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

**Número de membros: 5**

**Leitura: 05/03/2008**

---

#### TITULARES

---

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

---



## 2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

**Finalidade:** Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Pedro

**RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro

**Leitura:** 25/03/2008

**Instalação:** 10/04/2008

**Prazo final:** 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

### 3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

**Finalidade:** Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

**Número de membros:** 9

**COORDENADOR:** Hamilton Carvalhido

**RELATOR-GERAL:** Eugenio Pacelli de Oliveira

**Leitura:** 25/03/2008

**Designação:** 01/07/2008

---

#### MEMBROS

---

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

---

**4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ**

**Finalidade:** Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

**Número de membros: 3**

**Leitura: 03/04/2008**

**TITULARES****Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

**Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )****Maioria ( PMDB )**

Senador José Nery (PSOL) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

**5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA**

**Finalidade:** Acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

(Requerimento nº 756, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

**Número de membros: 3**

**Leitura:** 02/07/2008

**Designação:** 26/08/2008

---

**TITULARES**

---

**Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )**

---

Senador João Pedro (PT)

---

**Maioria ( PMDB )**

---

---

**PSDB**

---

## 6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

**Finalidade:** Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello

**RELATOR:** Senadora Rosalba Ciarlini

**Leitura:** 02/07/2008  
**Designação:** 26/08/2008  
**Instalação:** 27/08/2008  
**Prazo final:** 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) <sup>(8)</sup>
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(5,12)</sup>	5. Lobão Filho (PMDB) <sup>(6)</sup>
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) <sup>(11)</sup>	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(10)</sup>	6. Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
<b>PTB <sup>(4)</sup></b>	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi <sup>(9)</sup>

Gim Argello	2.
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

**Notas:**

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (3)</b>	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. Serys Shhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
<b>PDT PMDB PSDB (1)</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br



## **1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

**Finalidade:** Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

**RELATOR:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(4)</sup>	1. João Tenório (PSDB) <sup>(2)</sup>
Osmar Dias (PDT) <sup>(1)</sup>	2. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(2)</sup>
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

#### 1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

**Finalidade:** Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

**RELATOR:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO <sup>(2)</sup>	2. Valter Pereira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(5)</sup></b>	
Patrícia Saboya (PDT) <sup>(3)</sup>	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO <sup>(1,2,13)</sup>
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO <sup>(9)</sup>	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO <sup>(6)</sup>	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) <sup>(12)</sup>	3. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(10)</sup>
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) <sup>(4)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
<b>PTB <sup>(8)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti <sup>(7,11)</sup>	1. Ada Mello <sup>(14)</sup>
<b>PDT</b>	
João Durval	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
<b>Maioria (PMDB) e PDT</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
<b>Maioria (PMDB) e PDT</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

### 2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
<b>Maioria (PMDB) e PDT</b>	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br



### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(4)</sup></b>	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(13)</sup>
Marina Silva (PT) <sup>(8)</sup>	2. Francisco Dornelles (PP) <sup>(1,12,13)</sup>
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) <sup>(13,14)</sup>
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(7,15)</sup>	6. Neuto De Conto (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) <sup>(11)</sup>	4. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(3)</sup>
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(6)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
<b>PDT</b>	
Osmar Dias <sup>(10)</sup>	1. Cristovam Buarque <sup>(9)</sup>

**Notas:**

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. Eleito em 8.8.2007.
3. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
10. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE****Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (3)</b>	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) (1)
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) (12)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) (5,9)	6. Casildo Maldaner (PMDB) (15)
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (11)
Virgínio de Carvalho (PSC) (6)	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) (13)	5. Marco Antônio Costa (DEM) (14)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) (2)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
<b>PTB</b>	
Sérgio Zambiasi (7)	1.
	2.
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO (10)

**Notas:**

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
VAGO (3)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (4)	1. VAGO (1)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA****Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

## 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) (7)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) (5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO (3)
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) (9)
Cícero Lucena (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (4)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
<b>PTB</b>	
Gim Argello (6)	1.
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (8)	1.

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).



9. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).

11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

**Finalidade:** Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO <sup>(3)</sup>	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b>	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (5)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

**Finalidade:** Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marina Silva (PT-AC)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**RELATOR:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Marina Silva (PT) <sup>(1)</sup>	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

**Notas:**

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

#### 5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO <sup>(1)</sup>	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO <sup>(3,5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (8)</b>	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) (12)
Patrícia Saboya (PDT) (5)	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) (1,2)	
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
César Borges (PR) (4)	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (6)	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) (10)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) (3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PTB (9)</b>	
	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1.

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (4)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (3)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (1)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (3)</b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) (1)	2. Patrícia Saboya (PDT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (2)	1. VAGO (4)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

**Notas:**

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (4)</b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) (17)
	6. Francisco Dornelles (PP)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) (14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) (5,16)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) (6)
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) (2)
Virginio de Carvalho (PSC) (13)	3. Marco Antônio Costa (DEM) (18)
Romeu Tuma (PTB) (3)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) (12)
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
<b>PTB (7)</b>	
Ada Mello (8,9,10,11,20,21)	1.
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia (15)

### Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
9. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
21. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(3,4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. n° 174/2008-CRE).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

### 7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1,6,8)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(3,4,7)</sup>	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO <sup>(5)</sup>

**Notas:**

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
7. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
8. Em 07.10.2008, vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE (Of. Nº 140/2008-GLPTB).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

#### 7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1.

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b>	
Serys Silhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) (3,6)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Casildo Maldaner (PMDB) (8)
Gilvam Borges (PMDB) (5,9)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	5. Romeu Tuma (PTB) (1)
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
<b>PTB (4)</b>	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
<b>PDT</b>	
João Durval	1.

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279



6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao  
**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA  
**Telefone(s):** 3311-4607  
**Fax:** 3311-3286  
**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao  
**Telefone(s):** 3311-4607  
**Fax:** 3311-3286  
**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao  
**Telefone(s):** 3311-4607  
**Fax:** 3311-3286  
**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (4)</b>	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO (8)
Patrícia Saboya (PDT) (3)	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) (1)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) (2)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO (5)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Marco Antônio Costa (DEM) (10)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) (7)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB) (11)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
<b>PTB (6)</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1.
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (9)	1. Osmar Dias

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

**Telefone(s):** 3311-4282

**Fax:** 3311-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b>	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO (5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) (1)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
VAGO (3)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO (4)
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (8)
Marco Antônio Costa (DEM) (9)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
<b>PTB (6)</b>	
VAGO (10)	1.
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

**10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(3)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(4)</sup>
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

**Secretário(a):** Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

## 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b>	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (5,8)	3. Gim Argello (PTB) (6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (1)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) (4)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PTB (3)</b>	
Sérgio Zambiasi	1.
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1.

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

**11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

## 11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b>	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO (3)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB) (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Telefone(s):** 3311-1120

**Fax:** 3311-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br



**COMPOSIÇÃO**  
**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução nº 17, de 1993)**

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) <sup>(1)</sup>	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 17/10/2007

**Notas:**

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):** 3311-5255 **Fax:** 3311-5260  
**E-mail:** scop@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO****PROCURADORIA PARLAMENTAR  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Demóstenes Torres (DEM/GO) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>(2)</sup>	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) <sup>(1)</sup>	PTB

**Atualização:** 17/04/2008**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3311-5255 **Fax:** 3311-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

### 1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF) <sup>(3)</sup>

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) <sup>(6)</sup>	2. Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(4)</sup>
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) <sup>(2)</sup>
João Vicente Claudino (PTB-PI) <sup>(1)</sup>	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) <sup>(7)</sup>	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO <sup>(9)</sup>
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) <sup>(11)</sup>
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(13)</sup>
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) <sup>(10)</sup>
Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(12)</sup>	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<b>PDT</b>	
VAGO <sup>(14)</sup>	1.
<b>Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
Romeu Tuma (PTB/SP) <sup>(8)</sup>	

**Atualização:** 19/07/2008

**Notas:**

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
10. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
11. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
12. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
13. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

**2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(1)</sup>**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**MEMBROS****PMDB**

Roseana Sarney (MA)

**DEM**Marco Maciel (PE) <sup>(2)</sup>**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

**PT**

Serys Slhessarenko (MT)

**PTB**

Sérgio Zambiasi (RS)

**PR****PDT**

Cristovam Buarque (DF)

**PSB**

Patrícia Saboya (PDT-CE)

**PC DO B**

Inácio Arruda (CE)

**PRB**

Marcelo Crivella (RJ)

**PP****PSOL****Atualização:** 16/10/2008**Notas:**

1. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.

2. Indicado para ocupar a vaga do DEM em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, conforme OF. nº 098/08 - GLPFL, lido na Sessão do dia 16.10.2008.

**REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**  
**COMPOSIÇÃO**

**18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)**

**Designação: 27/04/2007**

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)  
Vice-Presidente: Deputado George Hilton<sup>2</sup> (PP-MG)  
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz<sup>2</sup> (PSDB – RS)

**SENADORES**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Maioria (PMDB)</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>DEM</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO <sup>6</sup> (DEM/SC)
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS <sup>4</sup> (PDT/PR)
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

**DEPUTADOS**

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
<b>PSDB/DEM/PPS</b>	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO (PPS/AC) <sup>5</sup>
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>3</sup> (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO <sup>1</sup> (PP/SP)
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 21.07.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil  
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880  
e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)  
[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

<sup>1</sup> Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

<sup>2</sup> Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

<sup>3</sup> Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

<sup>4</sup> Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

<sup>5</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

<sup>6</sup> O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, por 116 dias, a partir do dia 01.07.2008.

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA**  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b>LÍDER DA MAIORIA</b> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<b>LÍDER DA MAIORIA</b> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<b>LÍDER DA MINORIA</b> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<b>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</b> MÁRIO COUTO PSDB-PA
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</b> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</b> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)



**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>2</sup>**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senao.gov.br](mailto:scop@senao.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

---

<sup>2</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

#### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b>PRESIDENTE</b> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<b>PRESIDENTE</b> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<b>1º SECRETÁRIO</b> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<b>1º SECRETÁRIO</b> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<b>2º SECRETÁRIO</b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b>2º SECRETÁRIO</b> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<b>3º SECRETÁRIO</b> Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	<b>3º SECRETÁRIO</b> Senador César Borges (PR-BA)
<b>4º SECRETÁRIO</b> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<b>4º SECRETÁRIO</b> Senador Magno Malta (PR-ES)
<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<b>LÍDER DA MINORIA</b> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<b>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</b> Senador Mário Couto (PSDB-PA)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</b> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</b> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</b> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DE ASSINATURA**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG – 020055</b>	<b>GESTÃO – 00001</b>
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

**Contato internet: 3311-4107**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



**EDIÇÃO DE HOJE: 156 PÁGINAS**